

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A AGROECOLOGIA COMO ORIENTAÇÃO POLÍTICA NO MST

Caminho para emancipação nacional popular ou para o transformismo?

FERNANDA PERES MARANHO

JOÃO PESSOA– PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M311a Maranhão, Fernanda Peres.

A AGROECOLOGIA COMO ORIENTAÇÃO POLÍTICA NO MST Caminho para emancipação nacional popular ou para o transformismo? / Fernanda Peres Maranhão. - João Pessoa, 2019.

153 f.

Orientação: Luciana Aliaga.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. MST; agroecologia; nacional popular. I. Aliaga, Luciana. II. Título.

UFPB/BC



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DA ALUNA

FERNANDA PERES MARANHO

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, realizou-se no Auditório Azul do CCSA, a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada: "A AGROECOLOGIA COMO ORIENTAÇÃO POLÍTICA NO MST: Caminho para emancipação nacional popular ou para o transformismo?", apresentada pela aluna Fernanda Peres Maranho, Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. A Prof^a. Dr^a. Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira (PPGCRI/UFPB), na qualidade de orientadora, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os Professores Doutores Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (PPGCRI/UFPB), Carlos Eduardo Rebuá Oliveira (CE/UFPB) e Marcos Tadeu Del Roio (DCPE/UNESP). Dando início aos trabalhos, a Senhora Presidente Prof^a. Dr^a. Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida foi concedida a palavra à mestranda para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguida pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: APROVADA . Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Tulio Sergio Henriques Ferreira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Prof. Dr. Tulio Sergio Henriques Ferreira, Secretário ad hoc lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 01 de abril de 2019.

Prof. Dr. Carlos Eduardo Rebuá Oliveira

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio

Prof^a. Dr^a. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Prof^a. Dr^a. Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira

FERNANDA PERES MARANHO

A AGROECOLOGIA COMO ORIENTAÇÃO POLÍTICA NO MST

Caminho para emancipação nacional popular ou para o transformismo?

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito necessário para obtenção do Título de Mestre em Ciência política e Relações internacionais.

Orientadora: Prof^a Dr.^a Luciana Aliaga

JOÃO PESSOA– PB
2019

MARANHO, Fernanda Peres. A agroecologia como orientação política no MST: Caminho para emancipação nacional popular ou para o transformismo? João Pessoa, 2019.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito necessário para obtenção do Título de Mestre em Ciência política e Relações internacionais.

Data de aprovação:

Local: Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Humanas, letras e artes.

Banca examinadora:

Profª Dra. Luciana Aliaga - orientadora
Departamento de Ciências Sociais – UFPB

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio
Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP/Marília

Prof. Dr. Rodrigo Freire
Departamento de Ciências Sociais – UFPB

Prof. Dr. Carlos Eduardo Rebuá
Departamento de Habilitações Pedagógicas – UFPB

À todos e todas que lutam pela terra e a emancipação humana.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à professora Dra. Luciana Aliaga, pela orientação atenta e generosa à minha formação intelectual, que não só apontou os caminhos para uma leitura crítica e justa do meu objeto, mas para a expansão da minha percepção sobre as questões que nos cercam.

Ao grupo de pesquisa Materialismo e Modernidade, onde pude desenvolver minhas inquietações teórico/políticas e participar de discussões interessadas e instigantes quanto aos desafios da contemporaneidade, apoiadas pela obra de Antônio Gramsci. Agradeço à todos os integrantes, especialmente ao Thiago, Hévilla, Matheus, Gabriel, Felipe, Ana Karoline, Andressa, Leone e Davi, pelos momentos de troca e crescimento.

Aos professores Marcos Del Roio, Rodrigo Freire e Carlos Eduardo Rebuá pela consideração na leitura do trabalho e valiosas sugestões em ocasião do exame de qualificação e Defesa de dissertação.

Aos amigos e colegas do Grupo de Pesquisa Política, Estado e América Latina (GPPEAL) e a professora Meire Mathias, pelo princípio desta trajetória, as primeiras leituras dos *Cadernos do Cárcere* e a construção do meu projeto de pesquisa.

Ao MST, particularmente aos membros da Escola Milton Santos, Cooperativa de comercialização e reforma agrária Avante (COANA), Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), assentamento Celso Furtado, por me receberem e se disponibilizarem a me contar suas histórias, compartilhar as aspirações para o futuro e desafios diários e tornarem meu trabalho/intenção de contribuir para esta luta possível.

À amiga Marina Prado, por ter me acolhido desde o primeiro dia que cheguei em João Pessoa e me incentivado em momentos difíceis do Mestrado. Aos amigos/as e mestres do curso de teatro, em especial ao Evoé, *Tennessee me*. Aos amigos/as do Templo Guaracy das Dunas, em especial Heloísa Uehara. Aos amigos e amigas de Maringá, que compreenderam, embora não sem ressalvas, meus dias de “férias” estudando e escrevendo, e abdicaram da saudade, para me incentivarem a construir e concluir este trabalho. À Judith, Sergey e Stevan pelos bons momentos vividos, revigorantes nesta caminhada. De forma especial, quero agradecer ao meu

amigo Thiago Faria, por ter sido meu companheiro inquieto nas Ciências sociais, um exemplo de amor e apreço pela vida.

Agradeço, sem medidas, minha família Maria Goreti, Neilor, Elisa, Rogério, Mariana, Kodi, Estêvão e Felícia por serem a todo momento minha referência, pelos laços que construímos entre nós, de comunhão e amizade, por nossas casas representarem um espaço de diálogo e crescimento, onde pude, mesmo com a distância, encontrar apoio, cuidado e muito senso de humor. À minha avó Nilza, meus tios Duda e Maurício, Joice e os pequenos João e Guilherme.

Ao Stéfano, por ser companheiro em todas as demandas deste processo. No trabalho, por compartilhar informação e experiência das iniciativas agroecológicas no campo. Na vida, pelo carinho e consideração por minhas dificuldades e sempre me oferecer o melhor de sua companhia.

Por fim, ao CNPq e a CAPES pelo apoio imprescindível para a realização desta pesquisa.

RESUMO

A partir do arcabouço teórico gramsciano, propomos a análise do projeto de Reforma agrária formulado pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em especial de sua recente resignificação representada pelo adjetivo “Popular” acompanhado de uma nova matriz de produção: a agroecologia. Para tanto, os conceitos de Vontade coletiva nacional popular, Revolução passiva e transformismo, formulados por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, apoiam a pesquisa na perspectiva de que o processo de transição para a nova matriz produtiva pode ser lido enquanto um aprofundamento na construção da autonomia do Movimento como organizador de parcelas expressivas das classes subalternas no campo, ao mesmo tempo em que seu alinhamento político ao governo de um aliado histórico, o PT, determina relações, compromissos e trajetórias que o aproximam do transformismo. Para isto, buscamos na literatura e na documentação produzida pelo MST, mediante uma abordagem teórico-política e histórica das condições objetivas e subjetivas, lançar luz sobre as relações de força envolvidas na construção nacional de seu projeto de Reforma Agrária de base agroecológica, bem como sobre os caminhos e obstáculos para sua implantação. Neste sentido, consideramos tanto os entraves estruturais que se sobrepõem ao desenvolvimento do projeto, como as contribuições que oferece em caráter inovador.

Palavras-chave: MST; agroecologia; Vontade coletiva nacional popular; Revolução passiva; transformismo.

ABSTRACT

From the gramscian theoretical framework, we propose the analysis of the Agrarian reform project formulated by the MST, especially its recent re-signification represented by the adjective "Popular" accompanied by a new matrix of production: agroecology. For this, the concepts of national-popular collective will, passive revolution and transformism, formulated by Gramsci in the *Prison notebooks*, support the research in the perspective that the process of transition to the new productive matrix can be read while a deepening in the construction of the autonomy of the Movement as the organizer of expressive plots of the subaltern classes in the countryside, while its political alignment with the government of a historic ally, the PT, determines relations, commitments and trajectories that bring it closer to transformism. For this, we seek in the literature and in the documentation produced by the MST, through a theoretical-political and historical approach of the "objective and subjective" conditions, to shed light on the relations of force involved in the national construction of its Agrarian reform project, as well as about the ways and obstacles for its implantation. In this sense, we consider both the structural obstacles that overlap the development of the project and the contributions it offers in an innovative way.

Keywords: MST; agroecology; national-popular collective will; Passive revolution.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Metodologia de pesquisa e análise	13
1.2	Observação participante e entrevistas	15
2	A REVOLUÇÃO PASSIVA BRASILEIRA E A QUESTÃO AGRÁRIA	17
2.1	As “raízes” brasileiras e o latifúndio	18
2.1.1	Oligarquias fundiárias, liberalismo e a independência	22
2.1.2	Consolidação da Revolução Burguesa	27
2.1.3	Consequências da via “não clássica”	34
2.2	A manutenção do latifúndio, o agronegócio	41
2.3	O MST	45
2.3.1	Histórico	46
2.3.2	Collor, FHC, o princípio da “crise”	50
2.3.3	A saída pela agroecologia	52
2.3.4	O MST e a escola	56
3	O NACIONAL POPULAR E A QUESTÃO AGRÁRIA	59
3.1	O MST e o Nacional popular	60
3.2	Estratégias para o Movimento popular	74
3.3	Estratégia popular e democracia	80
3.4	Limites e desafios do Nacional-popular	83
3.5	O MST na tentativa de construção da vontade nacional-popular	87
4	DA SUBALTERNIDADE À AUTONOMIA: A DIFÍCIL TRAVESSIA	96
4.1	A política econômica petista: neodesenvolvimentismo ou neoliberalismo?	100
4.2	O PT: partido e governo	115
4.3	Efeitos do transformismo do PT no MST	118
4.4	A gestão petista e o MST	121
4.5	PT – limite para o projeto nacional popular: O MST e a administração pública	129
4.6	Os termos da conciliação	131
4.7	A “confusa paralisia” como “aspecto de domínio”	135
	CONCLUSÃO	137
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141

1 INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar a adoção da agroecologia enquanto orientação política no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) surge da experiência da pesquisadora com o Movimento no interior do Paraná, das oportunidades de observar a recepção do novo paradigma produtivo por assentados e militantes da reforma agrária. A proposição de que agroecologia representa um “novo momento” na trajetória do MST é fruto de apreensões em discussões e vivência nos acampamentos, assentamentos, escolas, cooperativas e nas jornadas de agroecologia, evento onde se reúnem cerca de cinco mil agricultores e agricultoras, anualmente, para debater as experiências produtivas e organizativas realizadas com a agroecologia, bem como, o impacto político dessas na vida dos assentados, na relação campo-cidade e nas perspectivas do Movimento.

Veremos ao longo da discussão que o que foi possível absorver dos eventos e construções discursivas em relação ao “novo paradigma” é fruto de um esforço reiterado nas instâncias organizativas do MST desde os anos 2000 – quando assume a agroecologia como nova diretriz produtiva dentro do movimento – em estabelecer uma nova postura em questões estratégicas da produção e também na incorporação de pautas dos assentados e outros movimentos sociais-rurais na América Latina, sendo a do movimento ambiental-ecológico, a principal delas¹.

O fato da “transição” no paradigma produtivo do MST, no entanto, não acontece como um evento isolado no setor de produção, isto é, não é uma política setorial e sim uma prerrogativa dentro do programa político do Movimento. Como está registrado nos documentos produzidos nos últimos três congressos e como foi encontrado na bibliografia produzida recentemente sobre o tema², a mudança tem implicações em toda a dimensão organizativa e ideológica do Movimento, principalmente, em vista do Programa de Reforma agrária Popular.

Reconhecida a importância desta mudança, o primeiro e talvez mais verdadeiro motivo da presente pesquisa é revelado já no seu título, que coloca a agroecologia entre dois caminhos: o da emancipação nacional popular e o do transformismo. Esta questão organiza os demais tópicos e discussões a partir de um ponto fulcral da abordagem gramsciana: a política enquanto

¹ Esta “mudança de postura”, evidentemente, tem mais de um motivo propulsor, Piccolotto e Piccin (2008) creditam as alterações nos rumos políticos do MST à três principais fatores: a) a reforma neoliberal do Estado brasileiro que pôs fim às políticas setoriais, de preços mínimos e abriu os mercados; b) o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária em 1999; e, c) a formação da Via Campesina.

² Cf. BORGES, 2007; BORSATTO, 2010; NETO, 2016; SCOPINHO, 2010; THOMAZ, 2010.

concretização da vontade e da ação no interior das relações de força presentes em todas as esferas da vida em sociedade.

A partir da análise da nossa longa revolução burguesa – “pelo alto” – e da ausência da reforma agrária no Brasil – entendemos a questão agrária como crucial para construção da autonomia econômica e política das classes subalternas em território brasileiro, diante do projeto emancipatório do MST, lançamos nossa primeira hipótese: o projeto de agroecologia do MST como agente formulador de um movimento político capaz da criação da vontade nacional-popular.

Para isto, buscamos dentro da categoria gramsciana de vontade nacional-popular, mapear a agroecologia nos seguintes aspectos: 1) a capacidade de fomentar no “espírito popular criativo” um “espírito de cisão”; 2) promover a crítica do senso comum, aproveitando seu “núcleo sadio”, a fim de alcançar a forma elaborada do “bom senso”; esses dois primeiros momentos, seriam possíveis a partir do aproveitamento e desenvolvimento de um terceiro ponto 3) da hegemonia enquanto “relação pedagógica”, construída a partir das relações internas entre direção e base.

Dentro dessas prerrogativas, enxergamos que a adoção da agroecologia pelo MST, representa um esforço do Movimento na direção do que é vital no aporte teórico gramsciano: o contato entre intelectuais e simples. A experiência da vida no campo e da produção em base sustentável enquanto conteúdo formulado pelos próprios agricultores ajuda a “amadurecer” a produção de um novo projeto para o meio rural, uma nova concepção de vida nesse espaço, uma vez organizada e problematizada pelos intelectuais dentro do movimento.

É, no entanto, no papel dos intelectuais, em sua função “dirigente” no partido que encontramos a abertura para a segunda hipótese: o projeto de agroecologia do MST, a despeito dos avanços na criação da vontade nacional-popular se rende ao transformismo na medida em que participa da gestão do Estado – em especial nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) – tornando-se um agente administrador dos conflitos.

O MST, assim, passaria por um processo de “transformismo”, definido por A. Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* como uma das formas históricas da Revolução passiva. É tido como o âmbito da pequena política, que, como serva da contingência, limita-se a reproduzir as condições de existência do presente. A forma de dominação consequente à esse processo, indica Aliaga (2017), leva à uma inversão do “exercício normal” da hegemonia, o que Gramsci define em outro momento como consenso “encouraçado de coerção” se torna coerção “encouraçada de consenso”, uma vez que essa forma de Estado (de centralização burocrática e democracia

restrita) “paralisa” o adversário, e pelo processo de transformismo “tolhe suas lideranças e decapitam as classes subalternas, mantendo-as em sua subalternidade” (ALIAGA, 2017, p. 39).

Uma das principais características que definem uma revolução passiva, de acordo com Gramsci, é o fato de o grupo condutor das “novas ideias” não ser um grupo econômico, mas uma camada de intelectuais que, enquanto quadros governamentais, apresentam o Estado como absoluto e conduzem os processos de mudança por dentro desta esfera, “pelo alto” (GRAMSCI, 1999, CC10, §61 p. 427 *et seq*). Desta forma, limita a iniciativa popular, acolhendo parte de suas reivindicações no interior do projeto das classes dominantes, portanto, esvaziando seu conteúdo renovador, de classe.

Dada a subtração na ligação entre os intelectuais orgânicos e os interesses autênticos das massas subalternas, o Estado passa a atuar num papel paternalista e protetor das classes “que nunca conseguem unidade suficiente para formação de uma direção consciente e autônoma” (idem, p.40). No conjunto de “pequenas ondas reformistas sucessivas” capitaneadas “pelo alto”, se define um processo de revolução sem revolução, que modernizam o aparelho de Estado conservando as antigas classes no poder e absorvendo “molecularmente” as lideranças das classes subalternas no interior do aparelho estatal, decapitam as massas “impedindo sublevações violentas vindas de baixo” (ALIAGA, 2017, p. 40).

A atenção, neste caso, está voltada, para a aliança histórica entre o MST e o PT, que ascende ao governo federal em 2003, pouco depois que o IV congresso do MST decide pela transição para a agroecologia (2000). Para Aliaga (2008) a chegada ao poder pelo PT lança uma “confusa paralisia” nas ações do MST, provocada por “análises ambíguas” sobre o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula). O compromisso do movimento com o partido se deve, segundo a autora, ao fato de serem “ramos do mesmo cepo” que “floresceram” no seio dos mesmos grupos organizados, o que criou entre eles uma “ligação orgânica” (idem, p. 39). Contudo, ao assumir governo, o PT teria deixado evidente a base capitalista de seu programa, que teria como finalidade “a superação da crise do modelo neoliberal” (BIANCHI; BRAGA, 2005, p.1753) o que representa a continuidade de políticas liberais na administração do governo, configurando “um duro golpe sobre as demandas dos sem-terra” (ALIAGA, 2008, p. 40).

Buscamos, em síntese, no recorte entre fevereiro de 2000 - data oficial de adoção da agroecologia pelo MST no seu IV Congresso Nacional - até o fim dos governos do PT, marcado pelo golpe de Estado³ que interrompeu o mandato presidencial de Dilma Rousseff em 2016,

³ Compreendemos que o processo político que levou à interrupção no mandato da presidente eleita Dilma Rousseff em 2016 fora um golpe de Estado, dados os trâmites de sua condução. Segundo Michael Lowy (2016): “O que

analisar as relações e ações do MST que se colocaram como barreiras ou potenciais para sua construção enquanto um movimento autônomo e politicamente renovador. Para isso, consideramos os entraves estruturais, advindos da formação política e cultural brasileira, assim como as contribuições do Movimento para a democratização das relações sociais e políticas no campo e para a criação de sujeitos autônomos.

Foi preciso, para isto, acompanhar na trajetória do movimento o seu vínculo profundo com as questões históricas da política brasileira, essencialmente as contradições na formação do Estado, as iniciativas de “modernização” da sociedade civil, a integração das classes ao aparelho de Estado, entendendo estes aspectos da formação nacionais como o campo “objetivo” e “subjetivo” onde se dão as iniciativas populares.

Percorremos este caminho, em grande medida, apoiadas nos intérpretes da formação histórica brasileira e, sobretudo, na obra de Antônio Gramsci, nas indicações metodológicas sugeridas pelo autor nos *Cadernos do Cárcere* quando trata da pesquisa histórica por meio da análise das relações de força. Assim, buscamos manter a atenção aos dois princípios designados pelo Sardo como cânones para reflexão e desenvolvimento da metodologia histórica:

- 1) [...]o de que nenhuma sociedade se põe tarefas cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações (GRAMSCI, 2007, CC13, §17, p. 36).

Como demonstra Gramsci na sequência do texto, esta fórmula deriva da exposição de Marx no *Prefácio à Crítica da economia política*⁴, acrescentada às condições materiais “as formas de vida implícitas em suas relações”. Neste sentido o autor propõe uma análise ajustada aos problemas da relação entre estrutura e superestrutura, que geram as forças políticas/sociais que atuam em determinados períodos históricos. Da observação atenta a este âmbito, se torna

aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal, “constitucional”, “institucional”, parlamentar ou o que se preferir. Mas golpe de Estado. Parlamentares – deputados e senadores – profundamente envolvidos em casos de corrupção (fala-se em 60%) instituíram um processo de destituição contra a presidente pretextando irregularidades contábeis, “pedaladas fiscais”, para cobrir déficits nas contas públicas – uma prática corriqueira em todos os governos anteriores! Não há dúvida de que vários quadros do PT estão envolvidos no escândalo de corrupção da Petrobras, mas Dilma não... Na verdade, os deputados de direita que conduziram a campanha contra a presidente são uns dos mais comprometidos nesse caso, começando pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (recentemente suspenso), acusado de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão fiscal etc.”.

⁴“Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre objetivos que se pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições matérias para sua realização” (nota 23 in GRAMSCI, 2007, CC13, §17, p. 36)

possível distinguir na história os movimentos orgânicos, ou permanentes, dos imediatos, de conjuntura.

A análise política, desta forma, transcende as relações imediatas ou individuais, para alcançar a crítica histórico-social, onde é possível identificar as forças políticas que se organizam mediante as contradições profundas da estrutura, a partir do antagonismo que se forma entre as que atuam para defendê-las e saná-las dentro da ordem e as que buscam resolvê-las historicamente. O erro grave que costuma ocorrer, aponta o autor, na historiografia e sobretudo na arte política, é o de se reconstruir na teoria o que tem fundamento em “paixões baixas e imediatas”, que nessa medida não verifica a análise como um “meio” consciente para estimular a ação, mas um caminho para o autoengano.

Gramsci oferece importantes ferramentas para nossa proposta de pesquisa, visto que o MST surge em resposta às contradições que estruturam o desenvolvimento do capitalismo no país, ao mesmo tempo que sua atuação é incitada permanentemente pelos fatores de conjuntura. Esta condição tem por consequência uma trajetória marcada por “fases”, nas quais é necessário distinguir: o que corresponde à uma posição marcada enquanto força política organizada no antagonismo social e o que pretende um “meio” imediato para solucioná-lo.

1.1 Metodologia de pesquisa e análise

Análise histórico-conceitual

Para consecução dos nossos objetivos, acolhemos a sugestão de Gramsci que aconselha fazer ciência política a partir de um ponto de vista monográfico, sobretudo, quando se trata da formação de grupos sociais subalternos, uma vez que esses não compartilham da mesma realidade dos grupos dominantes, cuja história coincide com a história oficial, dos Estados (GRAMSCI, 2002, CC25, §5 p.139). Sendo assim, é preciso mapeá-la de forma sistemática e crítica, a fim de abranger:

- 1) A formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins conservam por um certo tempo; 2) sua adesão, ativa ou passivamente, às formações políticas dominantes, a tentativa de influir sobre o programa destas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renascimento ou de nova formação; 3) o nascimento de novos partidos das classes dominantes para manter o consenso dos subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos, para reivindicações de caráter restrito e parcial 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos subalternos mas nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral, etc. (GRAMSCI, 2002, CC25, §5 p.140).

Liguori (2017a) sublinha neste roteiro proposto por Gramsci, a intenção do autor em revelar a realidade diferenciada das classes subalternas, sua realidade “objetiva”, uma vez que sua vida fragmentada impede a formulação de uma autoconsciência corporativa ou política diante dos diversos níveis de politização e organização. Gramsci, segundo Liguori, com isso, estabelece “um forte nexos entre o conhecimento histórico e a teoria política também para o que se refere às classes subalternas” (LIGUORI, 2017a, p. 32).

Enquanto “forma partido”⁵ buscamos analisar a atuação do MST sob a mesma premissa monográfica, por meio da qual Gramsci propõe retomar a história dos partidos a partir do grupo social do qual é “a expressão e a parte mais avançada”, haja visto que “a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social” (GRAMSCI, 2007, CC13, §33, p. 88). A leitura gramsciana, desta forma, incide num confronto com a ciência política de “especialistas” como Robert Michels (interlocutor de Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*), que veem a organização política de forma positivista, como resultado único de elementos internos e particulares dos partidos, o que resulta numa análise circunscrita à grupos restritos de intelectuais, em alguns casos, ao limite de uma biografia singular.

Procuramos, portanto, seguir a proposta do sardo na abrangência de sua análise, que compreende que o grupo social fundamental formador do partido não está isolado, faz parte de um “quadro global de todo o conjunto social e estatal” (idem) e que por isso, a história de um partido corresponde à história geral de um país. Portanto seu papel “terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país” (idem).

Os conceitos gramscianos de vontade coletiva nacional-popular, revolução passiva e transformismo, deram suporte ao objetivo deste projeto em analisar o papel do MST enquanto dirigente de uma proposta de Reforma agrária que pauta um rumo entre passado e presente na distribuição de terras e na reorganização do sistema de produção no campo – inserido em um programa político que propõe novas bases sociais de convivência e produção. Neste sentido, a leitura é a de que o movimento busca uma atuação a nível nacional, na construção de uma

⁵ A leitura adotada para a forma política do MST como um movimento social não tradicional é possível a partir do trabalho elaborado por Luciana Aliaga (2008) “A forma política do MST”, onde a autora analisa os momentos e ações em que o movimento assume uma “forma partido” (a partir da concepção gramsciana de partido). Na medida em que a direção do MST elabora uma visão de mundo e uma ação política adequada às classes subalternas do campo, o MST caminha rumo à superação de um momento meramente econômico para à elaboração ético-política, afirmando um propósito além da reforma agrária, inserindo-a num processo de transformação social mais amplo (Cf. ALIAGA, 2008, p.6).

solução capaz de resolver a questão de terras em âmbito tanto regional quanto nacional. Visto isso, o histórico de tais relações sublinhou a necessidade de não as tratar de forma homogênea, e sim, buscar evidenciar as desigualdades marcadas no território brasileiro a partir do processo histórico da formação nacional.

Buscamos, assim, reunir e analisar toda documentação disponível⁶: documentos de congressos, cartas à comunidade, cartilhas de produção e formação política, orientações internas para militantes, notícias e entrevistas veiculadas pelo MST que apontam para a materialidade das relações, no desenvolvimento de uma correlação de forças interna e externa ao MST e na elaboração de políticas para consolidação da agroecologia e do projeto de Reforma agrária.

1.2 Observação participante e entrevistas

O MST conta atualmente com 100 cooperativas de produção, 96 agroindústrias, 1,9 mil associações de produção entre as 350 mil famílias assentadas pelo Movimento (MST, 2018a). Dentre os dados de produção observa-se que as ações de fomento à agroecologia não foram realizadas com a mesma intensidade em todo o território nacional e que diferenças entre regiões não são difíceis de verificar. Os Estados do Sul, a exemplo do Paraná, estão destacados por seus esforços em difundir a proposta agroecológica. Além das Jornadas de Agroecologia, foram criados centros de formação e capacitação técnica em agroecologia para abrigar cursos de nível técnico e superior para os agricultores, que tem como objetivo central capacitar agricultores e extensionistas para difundir a prática em assentamentos e acampamentos (BORSATTO, 2011, p.46).

Contrastando com o que foi alcançado pelo MST paranaense – que apesar de todo o esforço empreendido até o levantamento mais recente, no ano de 2010, contava com apenas 8,58% das famílias em assentamentos ou acampamentos vinculados ao MST, desenvolvendo agricultura em base ecológica (idem) –, nos demais Estados onde atua o MST, tem-se pouco ou incipientes iniciativas agroecológicas, até onde a literatura pôde mapear. Destarte, pode-se afirmar, que passados dez anos do IV congresso onde se decidiu pela agroecologia enquanto

⁶ A experiência de pesquisa apresentou grande dificuldade no acesso aos documentos internos originais, atas de congresso, materiais que orientam a direção nas instâncias educativas, regimento interno. Nestes casos, as informações estão disponíveis ainda por relato ou materiais disponíveis para a comunidade externa.

princípio para prática política e metodológica nos assentamentos, ainda se tinha o paradigma em condição bastante marginal.

O objetivo principal da observação participante e das entrevistas fora, em vista disto, o de alcançar nas experiências dos assentamentos⁷ as principais dificuldades para o desenvolvimento e compreensão da agroecologia enquanto um paradigma produtivo no projeto de Reforma agrária atual do MST. Da mesma forma, apreender as contribuições que a distinguem como um projeto popular para agricultura, no sentido da vontade coletiva nacional popular.

⁷ O material recolhido baseia-se na experiência do assentamento Pontal do Tigre, onde está a Cooperativa de Comercialização e Reforma agrária Avante LTDA (COANA) em Querência do Norte-PR e a Escola Milton Santos em Maringá- PR, como expoentes da região Sul do país, e assentamento de Reforma Agrária Celso Furtado na região do brejo paraibano como expoente da região nordeste.

2 A REVOLUÇÃO PASSIVA BRASILEIRA E A QUESTÃO AGRÁRIA

Neste capítulo pretendemos discutir o contexto social e histórico em que implicam os principais problemas tratados nesta dissertação: a revolução burguesa e a questão agrária no Brasil. O conceito de revolução passiva formulado por A. Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, assim, nos auxiliará na compreensão de nossa revolução burguesa ou revolução “encapuçada”, como chamou Florestan Fernandes, como uma revolução sem revolução ou, em termos gramscianos, uma revolução passiva. Acreditamos que a leitura conjunta dos intérpretes do Brasil e de A. Gramsci sobre as especificidades das revoluções que não seguem o padrão clássico francês, caracterizado pela presença de um elemento popular ativo, lançará luz sobre nosso objeto de estudo, o MST e a relação política que estabelece com sua nova matriz de produção, a agroecologia.

Destarte, o ponto de partida desta análise recai, antes de mais nada, sobre o passado, de onde surgem as condições de emergência do MST, sobre os impasses deixados por uma resolução não popular da “questão agrária” ou “questão de terras” na formação social brasileira. Nos debruçamos, assim, sobre a bibliografia dedicada ao conjunto complexo e contraditório das raízes sociais brasileiras, aos autores que criaram em suas obras, segundo Carlos Nelson Coutinho (2011), uma “imagem do Brasil”⁸. Com maior atenção neste trabalho, – Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Carlos Nelson Coutinho e Francisco de Oliveira – que, apesar de tratarem em suas análises de aspectos e fatores comuns na “raiz” da formação histórica econômica/social/política e cultural brasileira, não deixaram de apresentar substantivas diferenças entre suas considerações. Retomamos as interpretações sobre o passado, sabendo que não se trata, tão só, de uma complementaridade, mas de um debate que procuramos apresentar, sem ter, contudo, a pretensão de esgotar ou concluir a discussão.

⁸ Sobre o conteúdo de “imagem do Brasil” que elabora cada autor, diz, Carlos Nelson Coutinho (2011, p.221): “Não são muitos os pensadores sociais que formularam, em suas obras, o que poderíamos chamar de uma “imagem do Brasil”. Imagens desse tipo articulam sempre juízos de fato com juízos de valor, na medida em que não se limitam a fornecer indicações para a apreensão de problemas específicos da vida social de nosso país (como, por exemplo, o sistema colonial, a industrialização, a consciência do empresariado, o movimento sindical etc. etc.), mas se propõem - para além e/ou a partir disso - a nos dar uma visão de conjunto, que implica não só a compreensão de nosso passado histórico, mas também o uso dessa compreensão para entender o presente e, mais do que isso, para indicar perspectivas para o futuro.”

Adentramos, o debate da particularidade na formação da sociedade brasileira, no intuito de criar um terreno que subsidie a relação entre as “circunstâncias históricas” e a atuação/pauta das organizações políticas no presente. Buscamos mapear no processo histórico-social brasileiro a esfera de atuação do MST, no que incide sua contraposição ao domínio econômico-político do latifúndio – eixo central na estrutura agrária brasileira, que se revelou o mais apto em “gradualmente” e “pelo alto” se recompor nos novos ciclos de desenvolvimento nacional (COUTINHO, 1988, p. 106). Tendo em vista a compreensão do MST como um movimento organizado em torno das contradições que estruturam o desenvolvimento do capitalismo no país, especialmente no que se experimentou como processo de “modernização” dessas estruturas, sublinhamos as considerações acerca da forma e em que medida o processo brasileiro cumpre o que se consolidou como premissas “clássicas” da Revolução burguesa, sobretudo, as tarefas democráticas ou “nacionais-democráticas”. Fazemos este resgate a fim de que possamos, posteriormente, discutir qual é o papel que desempenha e ocupa o MST em meio às “questões nacionais”, no horizonte de uma estratégia democrática – nacional, no presente.

2.1 As “raízes” brasileiras e o latifúndio

Situamos o início da nossa discussão no que Del Roio (2016a, p.10) chamou de um período “clássico e formativo” do marxismo brasileiro, que teria se concluído com o golpe militar em abril de 1964. O debate com as interpretações do período pré-ditadura, no entanto, se inicia motivado pela derrota imposta aos movimentos democráticos em consequência do golpe, o que impulsionou uma profunda revisão acerca das leituras sobre a realidade brasileira predominantes até a época, sobretudo, no interior do Partido comunista brasileiro (PCB). Neste momento, a leitura teórica de Caio Prado Jr. no livro *A revolução brasileira*, lançado em 1966 se consagra entre as interpretações materialistas da história nacional, abrindo polêmica sobre a tese do feudalismo colonial, defendida por Nelson Werneck Sodré.

Conduzindo sua análise⁹ a partir do que considerou as “vicissitudes” da colonização portuguesa no Brasil, Caio Prado Jr. estabelece, seguramente, um prisma na leitura crítica da

⁹ Sobre o conteúdo do livro *A Revolução brasileira* (1966), reafirmar o conteúdo já tratado nos livros *A história econômica do Brasil* (1945) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), afirma, Del Roio (2016a, p. 11): “Em 1966, foi lançado o livro de Caio Prado Jr, *A revolução brasileira*, no qual, de fato, o autor reafirmava a leitura que fazia da formação social brasileira desde os anos 30, mas que nunca havia encontrado passagem no PCB. ”

formação social brasileira: a de que esta é conduzida através de uma sucessão de negligências às necessidades da população e ao desenvolvimento histórico-social da nação, em primazia dos interesses comerciais com as “metrópoles”. Marca ainda que a “vicissitude” mais profunda, e que permanecerá nos demais períodos históricos do país, é encontrada pronta já no período colonial: o fato de todos os setores de produção estarem voltados para o comércio internacional (Cf. PRADO Jr., 1986, p.72). Sendo assim, o que se produzia para consumo interno não era mais do que o necessário para o abastecimento dos centros urbanos, uma vez que a área rural subsistia autonomamente e artigos mais sofisticados, como sal e manufaturas, vinham da importação.

Não se chegara a constituir na era colonial uma economia propriamente nacional, isto é, um sistema organizado de produção e distribuição de recursos para a subsistência material da população nela aplicada; mas ficara-se, modificando apenas a extensão do processo, nesta exploração comercial de um território virgem em proveito de objetivos completamente estranhos à sua população, e em que essa população não figura senão como elemento propulsor destinado a mantê-la em funcionamento (PRADO Jr., 1986, p.72).

Sumariamente, a estrutura e organização da economia, bem como da propriedade e do trabalho encontravam-se controladas por uma pequena minoria branca, proprietária dos grandes latifúndios, em detrimento das condições de vida e desenvolvimento da população, que não tinha outra função senão a da mão-de-obra, em sua maioria escravizada ou dominada (PRADO Jr., 1986, p. 86). Assim Caio Prado Jr. elabora, em *A formação do Brasil contemporâneo* (1972), a ideia de que há uma ligação, “um certo sentido” no conjunto dos acontecimentos que constituem a evolução de um “povo”, que no caso brasileiro, provém da questão pioneira, de ter-se estabelecido aqui uma colônia de exploração¹⁰. No plano mundial, nacional e internacional, esta condição teria tornado a constituição da sociedade brasileira, durante o período colonial, uma “vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu” (idem, p. 25). Este é o verdadeiro “sentido da colonização” (idem) que numa “linha mestra e ininterrupta” de acontecimentos determinam a direção no desenvolvimento histórico do conjunto de fatores que dão forma à realidade nacional. Este “sentido” é, o que dentro de um “todo” mundial confere individualidade à

¹⁰ Cf. Caio Prado Jr. (1972, p.19 et seq.) para uma compreensão mais detalhada da distinção feita pelo autor entre os tipos de colonização europeia ocorrida nas “Américas”: de “povoamento” ocorrida nas “zonas temperadas” hemisfério norte da América e de “exploração”, ocorrida nas zonas “tropicais e subtropicais”, hemisfério sul.

“parcela da humanidade” que representa o Brasil, que pode, portanto, variar de país para país, de acordo com suas circunstâncias.

É isso que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja (idem, p.13).

No entanto, o raciocínio de uma “linha mestra” e “pormenores” (idem) do “sentido da colonização” elaborado de Caio Prado Jr., irá, no contraponto com as teses anteriores – a polêmica com o feudalismo – ser acusada de representar uma fragilidade, em grande medida, pela generalidade do “vínculo colonial” como princípio explicativo. Primeiro porque o lugar que sempre ocupou o Brasil no desenvolvimento do capitalismo mundial pressupõe a configuração de uma ordem capitalista internacional, antes mesmo desta estar plenamente estabelecida, confundindo o princípio da circulação do capital comercial com as vias de fato da sociedade capitalista¹¹. Segundo, pelo fato de tal máxima não prestar atenção à fatores como a ordem e estrutura das metrópoles colonizadoras, que, acusava-se nas leituras precedentes à sua, de se reproduzirem no Brasil, durante o período de colonização. O que, de acordo com Del Roio (2016a), evidencia o fato de que “importava menos a Caio Prado Jr. a particularidade das relações sociais de produção instaladas no Brasil, pois o crucial era mesmo a universalidade do vínculo colonial” (idem, p.12), delegando o “sentido da colonização” irrestritamente ao interesse e predomínio do capital comercial e da burguesia comercial lusitana (idem).

Dentre as leituras precedentes, a de Nelson Werneck Sodré será aquela que tratará da tese do feudalismo colonial como particularidade do período colonial, como uma transposição da particularidade formal e temporal do tipo de feudalismo que viviam as coroas ibéricas¹². Uma evidência disso seria a estratégia de ocupação e distribuição de terras no território da colônia através das donatarias, quando “os donatários como súditos do rei receberiam a concessão de sesmarias”, mas que, “no entanto, a terra tinha pouco ou nenhum valor, sem a força de trabalho necessária para produzir” (DEL ROIO, 2016b, p. 88). Tal situação teria se refletido em fracassadas tentativas de explorar a mão de obra indígena, o que impulsiona a

¹¹ Para Carlos Nelson Coutinho (Cf. 2011, p. 227) essa é uma definição imprecisa da natureza econômico-social do nosso passado, pelo fato de atribuir à circulação uma “prioridade ontológica na definição de uma estrutura econômica”, o que “contraria claramente a lição marxiana”.

¹² A leitura que fazia de Portugal era a de uma sociedade de formação essencialmente feudal, que mantinha uma atividade comercial, sobretudo por sua posição estratégica para escoar produtos vindos do Oriente, e que tinha como particularidade a distância de um “tipo ideal” francês, o que define para o autor, a prerrogativa histórica de que no Brasil, o que era implantado da coroa para a colônia, era um tipo específico, não clássico de feudalismo (Cf. DEL ROIO, 2016b, p.87).

adesão ao tráfico de africanos para escravização do trabalho – que já era uma prática ao sul de Portugal e foi transferida para a colônia – representando, no raciocínio de Sodré, a regressão do feudalismo do reino ao “forjado na colônia”, o que inaugura “a experiência histórica do escravismo colonial, com a produção voltada para o exterior e trabalhadores africanos escravizados” (idem). O autor, assim, defende o escravismo como a forma sócio produtiva predominante na época colonial, o que é fundamental para a compreensão da leitura que faz de que o Brasil teria vivido uma forma particular de feudalismo.

Deste modo, a ordem feudal¹³ associada ao escravismo teria subsidiado grande parte do cenário de onde resultaram a qualidade e o caráter das relações capitalistas e o padrão de exploração do trabalho em períodos posteriores, no contexto nacional e internacional. O comparativo entre Prado Jr. e Sodré, revelaria, assim, a ausência de preocupação do primeiro autor com a indistinção entre feudalismo, relações comerciais de capital e suas consequências na constituição da sociedade capitalista brasileira. O que adianta as críticas que serão feitas por Del Roio (2016a) e Coutinho (2011) à generalidade do “vínculo colonial” como princípio elucidativo do caso brasileiro durante os períodos tratados posteriormente como a Revolução burguesa brasileira.

Não é intenção deste trabalho, contudo, chegar a um consenso entre as duas formas de interpretação da ordem econômica/social durante o Brasil colônia, e sim apresentar o conteúdo fundamental de cada perspectiva, para que ao longo do debate seja possível correlacioná-las às condições materiais e subjetivas que encontraram os demais episódios na formação social brasileira. Buscamos, com isso, destacar na possibilidade de leitura do feudalismo, as implicações para a “questão nacional”, quanto está presente nas relações de trabalho e na divisão da produção no território nacional – em meio à padrões de servidão do trabalho, que, para Sodré, somente uma profunda reforma agrária poderia resolver, enquanto um problema do nosso capitalismo sem burguesia e sem democracia liberal (DEL ROIO, 2016b, p.92). Da mesma forma, apresentamos elementos na leitura de Caio Prado Jr. que consideramos substanciais para percebermos o que “muda” e o que se “conserva” na relação entre passado e presente no Brasil, respeitando a temporalidade de cada período, como o “velho” atua sobre o novo e em que medida se preserva o “sentido da colonização”, quais são os elementos que

¹³ Entendendo por feudalismo: “um conjunto de relações sociais hierárquicas fundadas na relação de dependência pessoal dentro de uma economia agrária com restrita relação de comércio.” (DEL ROIO, 2016b, p.89)

forçaram/forçam os limites do “vínculo colonial”. Especialmente, quanto ao latifúndio, elemento chave para esta discussão.

2.1.1 Oligarquias fundiárias, liberalismo e a independência

Florestan Fernandes, autor que conduzirá grande parte da nossa discussão sobre o período da Independência, não apresenta, propriamente, uma adesão à tese do feudalismo, tampouco à uma ordem capitalista que se origina desde a colônia. Apesar de afirmar que o Brasil evoluiu para o seu presente capitalista desde uma formação econômico-social pré-capitalista, não especifica o caráter dessa formação (COUTINHO, 1988, p. 227). Florestan, assim, trabalha com a denominação de uma “ordem colonial”, como uma forma de produção desenvolvida a partir de fora, impulsionada pelo capitalismo europeu, mas ainda não especificamente capitalista. A implementação do liberalismo no ato da independência, assim, aparece como fermento para o capitalismo brasileiro, mas assimilado em grande medida de modo instrumental e amalgamado às estruturas coloniais. É o que trataremos na discussão a seguir.

O primeiro evento, portanto, a irromper em meio à “ordem colonial” que se formara, é a independência. Ainda que subjugada pelas controvérsias de sua realização, o seu caráter de transação política “inteligente e segura da casa Bragança”, tem a importância em Florestan Fernandes de ser “a primeira grande revolução social que se operou no Brasil” (FERNANDES, 1974, p. 31). Não obstante as contradições que irá engendrar, para este autor, a extinção do antigo “estatuto colonial” tem por si só um significado revolucionário: o de inaugurar um novo tipo de autonomia política, o início da formação de uma sociedade nacional (idem).

As condições em que acontece a Independência, no entanto, revelaram, para o autor, a necessidade de uma nova denominação própria, significativa, que fizesse referência à particularidade da via “não clássica” deste processo, que havia se mostrado, nas suas contradições, igualmente efetivo, por isso o conceito de “revolução encapuçada”. O adjetivo “encapuçado” da revolução se deve ao fato das elites nativas não terem reagido contra a estrutura da sociedade colonial em si, mas contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial, que neutralizavam sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social. O elemento revolucionário, desta forma, teve o objetivo muito direto de eliminar os inconvenientes da coroa às elites senhorias que visavam internalizar o centro de poder entre

si, sem a pretensão de envolver o conjunto integral da população ou incidir sobre a ordem material precedente.

Assim, sem negar a ordem social imperante na sociedade colonial e reforçando-a ao contrário, as referidas elites atuaram revolucionariamente ao nível das estruturas do poder político, que foram consciente e deliberadamente adaptadas às condições internas de integração e funcionamento daquela ordem social (idem, p. 32).

Nesta medida, a independência se realiza enquanto “necessidade histórica” das elites, promovendo a coexistência de elementos antagônicos. O estatuto colonial foi superado em seu estado jurídico-político, mas o mesmo não se sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que se perpetua e serve de suporte à construção da sociedade nacional, uma vez que a grande lavoura e a mineração, como principal fonte de acumulação de capital, nas condições em que podiam ser exploradas produtivamente, impunham a perpetuação das estruturas do mundo colonial (idem, p. 33).

É, talvez, o exemplo mais contundente para esta afirmação, o fato de que o ato da independência, enquanto abertura para a emergência de uma sociabilidade burguesa, não culminou na abolição da escravatura, posto que a grande lavoura dependia do escravismo e enquadrava a realidade nacional dentro da condição heteronômica afiançada pelas elites senhorias. Sodré observa, dentro dos marcos com que trabalha, que nesse caso, a persistência do escravismo implicou nas diferentes regiões do país, que apresentavam diferentes dinâmicas econômicas em relação ao escravismo, na determinação de destinos diferentes:

A dispersão das zonas produtoras, a ausência de circulação interna, o declínio do mercado colonial consequente ao declínio da mineração, a variedade de atividades, a extensão geográfica são fatores negativos que a crise posterior à autonomia vem agravar. Em extensas áreas o modo escravista continuava intacto; em outras, implantava-se o modo feudal ou semifeudal que as isolava e estiolava. O fenômeno da regressão que acompanha o declínio minerador e abrange a extensa conquista territorial que o ouro motivara constitui outro aspecto negativo do quadro brasileiro. (SODRÉ, 1962, p.192 apud DEL ROIO, 2016b, p. 91).

Na medida em que o escravismo entra em decadência, portanto, as distinções entre as regiões do território se agravam. De acordo com Sodré, o Nordeste adentra os rumos da regressão feudal e o Sudeste se alinha ao modo da acumulação agromercantil do capital subordinado ao imperialismo. Vê-se surgir, a partir de então, os contrastes sociais, econômicos e geográficos que marcam sobremaneira a paisagem brasileira, o redirecionamento dos ex-escravos à condição de servidão e à condição isolada de agricultores e pastores sem a propriedade da terra. Del Roio (2016b) sublinha, nesta formulação de Sodré, sua aproximação à Mariátegui, sobretudo na constatação de que no Brasil, assim como no Peru, se forma uma

“questão regional” como característica do capitalismo nacional e o fato de que “não poderia haver capitalismo sem burguesia e nem uma democracia liberal sem a solução da questão agrária. Apenas uma profunda reforma agrária resolveria o problema do negro escravizado e dos servos, mestiços em maioria” (DEL ROIO, 2016b, p. 92).

Ainda que sob distintas linhas de interpretação entre dados autores, é a partir destas características que se chega à conclusão de que a implementação do liberalismo no país prospera num caráter meramente instrumental, circunscrito ao interesse restrito da emancipação dos estamentos coloniais às cobranças impostas pela coroa e na construção de um Estado como “meio” e “fim” para concretizar o predomínio político dos senhorios rurais enquanto condutores dos “interesses internos” (FERNANDES, 1974 p. 34).

Sem a intenção de ignorar as possibilidades que se abrem com a fundação de um Estado nacional, para o funcionamento e futuro da sociedade civil, o fato é que de imediato ele não apresenta uma força contrária ao domínio da forma tradicional patrimonialista, sobretudo dentre os estamentos senhoriais que o assimilam e convertem em “dominação estamental propriamente dita” (idem, p. 41). Deste cenário surge a metamorfose dos “senhores rurais” em “senhor-cidadão”, que, para Fernandes (1974, p. 41), possui significado estrutural-funcional enquanto ilustra uma “nova dimensão do poder”.

A esfera de dominação dos “senhores rurais” é ampliada, transcende os limites do domínio senhorial e alcançam o poder político especificamente. Do “mundo” do senhor-cidadão saíam todos os papéis sociais cabíveis à época, da “nacionalidade” ao “progresso”, a “justiça” e a “liberdade”. Com isso, admite-se as profundas limitações históricas da “revolução da independência”, frente a “natureza” das classes senhoriais locais que naturalmente fortaleciam-se em alianças senhoriais, e o liberalismo, assim, se consolida numa “relação entre iguais” (FERNANDES, 1974, p.43).

[...] uma tal concentração do poder político ao nível dos privilégios senhoriais, que a “sociedade civil” e “estamentos sociais dominantes” passaram a ser a mesma coisa. De fato, não só o grosso da população ficou excluído da sociedade civil. Esta diferenciava-se, ainda, segundo gradações que respondiam à composição da ordem estamental, construída racial, social e economicamente na Colônia: a chamada “massa dos cidadãos ativos” servia de pedestal e de instrumento dos cidadãos prestantes” (idem, p. 40).

Consequente ao caráter instrumental das concepções liberais, se tinha a ideia de democracia como mero recurso para o consenso, como ferramenta para dar suporte à continuidade da dominação estamental. O debate democrático tinha, assim, por finalidade, estabelecer os limites do acordo (ou desacordo) e as linhas possíveis de solução (ou de omissão)

recomendáveis para obter o consentimento dos “cidadãos prestantes” e da parte socialmente válida dos “cidadãos ativos” (idem, p. 44).

A implementação do liberalismo econômico para a independência e a sociedade burguesa que começa a ser construída logo após a constituição do Estado brasileiro, não representa, portanto, de um ponto de vista sócio histórico, a superação definitiva da ordem colonial, contudo, não deixa, sob a ótica de Fernandes (1974), de inaugurar uma nova fase do desenvolvimento das forças políticas e produtivas nacionais. A interpretação do autor é a de que se forma uma dualidade estrutural – entre as práticas de dominação consagradas pela tradição e as formas de poder criadas pela ordem legal. Na realidade, com frequência, os controles reacionários da tradição sobrepunham-se aos preceitos legais, o que, no entanto, não impedia que se formasse uma fissura entre o presente e o passado “coexistentes e interdependentes como dimensões da vida societária (idem, p. 49).

As principais características do processo de independência como “revolução encapuçada” não se mostraram restritas a este período específico, ao contrário, são vetores constantes nos subsequentes episódios de mudança na ordem social. No limite o caráter “encapuçado” poderia ser tomado como padrão, o que aproxima a afirmação de Werneck Sodré sobre a característica da formação social brasileira, que “é a contemporaneidade do não coetâneo [...] mas não privativos desse caso” (SODRÉ, 1962 apud DEL ROIO, 2016b, p. 93).

As contradições herdadas e mantidas no período pós-independência evidenciam o sacrifício de imediato do que poderia ser um caminho para a construção de uma sociedade liberal-democrática que, a rigor, transpusesse a ordem colonial, implantando o liberalismo de forma “clássica”, superando os fatores mais profundos na formação do quadro de desigualdades¹⁴ brasileiro. Vemos, contudo, que não é o anacronismo ou a convivência de

¹⁴ O papel desempenhado pelo latifúndio enquanto sustentação de uma determinada ordem, não é, todavia, uma discussão recente ou reservada à realidade brasileira, está presente, por exemplo, nos anais do pensamento liberal, na análise da democracia na América de Tocqueville. Olhando para o histórico Norte-americano, o autor analisa que o fator determinante para a democracia é a ausência do latifúndio, uma vez que representa não apenas o domínio econômico da terra, mas principalmente o domínio político sobre toda uma região. Por esta razão, Tocqueville (2005) valorizava, especialmente, a consagração de leis como a de sucessão, que na época cumpria a função de regulamentar a posse da terra entre filhos de um mesmo pai, evitando que se tornasse um bem inalienável de apenas um, o que tornava a extensão de terra concentrada cada vez menor. A lei buscava, portanto, a repartição da terra em unidades menores, ainda que dentro de uma mesma família, o que, ao cabo das gerações, se desfaria em transações, diminuiria até que desaparecesse por completo, destruindo, conseqüentemente “a ligação íntima que existia entre o espírito de família e a conservação da terra” (idem, p. 58). O raciocínio do autor é, por princípio, contrário ao domínio das aristocracias fundiárias, a sua inexistência ou minimamente uma “existência frágil” era vista assim, como indispensável para a consolidação de uma “liberdade burguesa e democrática”. Aos olhos do autor, o limite extremo da democracia está num terreno novo, onde todos os cidadãos aparecem sem qualquer distinção hereditária, em que homens estão condicionados à vida apenas pelo bem que vierem a fazer, pela virtude,

fatores/elementos históricos contraditórios e conflitantes que impulsionam as “mudanças” na ordem econômica/social, pelo contrário, é o interesse particularista das classes senhoriais, que subservientes à uma ordem heteronômica da economia e da política, mantém este quadro, uma vez que não podem dar às costas aos novos ciclos de acumulação abertos pelas economias centrais, mas também não o absorvem integralmente.

Sendo assim, as elites que conduziram dados processos de “mudança” não representaram, até o limite histórico alcançado, ter preocupação com um projeto de integração do país ou a intenção de assumir um compromisso histórico que desse início à um ciclo de desenvolvimento nacional e popular.

esta é a forma do “individualismo democrático”, “nascido da igualdade”, e, portanto, alheio à aristocracia (idem, p. 60).

2.1.2 Consolidação da Revolução Burguesa

Acompanhamos no debate, até o momento, o que foi considerado como os elementos fundamentais das raízes do desenvolvimento histórico, político e econômico nacional. No que pudemos verificar, a relação íntima entre a grande propriedade agrícola – o latifúndio, o escravismo – e a formação de uma ordem estamental, transposta e reconfigurada entre o fim do estatuto colonial e o período pós independência, o que é determinante para o padrão formado nas relações de trabalho e o privilégio nas áreas de desenvolvimento do país.

Na leitura de Sodré, a relação entre escravismo e feudalismo, os fatores econômicos e societários consequentes ao declínio dessa ordem, teriam, como vimos, moldado as relações de trabalho e as diferenças no desenvolvimento do capital dentro do território nacional, sob a forma complexa em que se realiza a exploração de uma região pela outra. Não obstante, as transformações do fim do século XIX teriam provocado o surgimento, ainda incipiente, de uma burguesia comercial no Brasil, provocando uma mudança no caráter das classes senhoriais/dominantes, que nesse determinado momento se tornam burguesas. No entanto, essa transformação ocorre no ventre do latifúndio mercantil, caracterizado pelo autor como um “bloco feudal-burguês”, que mantém a ordem numa hierarquia senhor-servo e se recompõe para permanecer na direção do projeto nacional, na disputa com outras forças políticas. Será só em 1930, com os conflitos de interesse da burguesia com o latifúndio e com o imperialismo, nas contradições que se formam entre suas elites, que, nas considerações do autor, irrompe uma força própria das revoluções burguesas no país (DEL ROIO, 2016b, p. 98).

Os efeitos desse conflito de interesses “intraburgueses”, sobretudo no período pós-Getúlio, tendiam, para Sodré, a projetar a intervenção imperialista associada ao latifúndio feudal como um barreira no desenvolvimento, o que, consequentemente, provocaria uma reação da burguesia nacional, dando vez ao surgimento de uma força capaz de competir com imperialismo pelo mercado interno e contra o latifúndio improdutivo que nesse momento pesa como principal fator de atraso à expansão e consolidação da burguesia. À essa burguesia nacional, portanto, só restariam duas opções¹⁵: “se respaldar nas forças

¹⁵ Ainda que soubesse da imensa dificuldade para realizar tal constatação, de se criar uma vontade coletiva para tanto, para Sodré, esse seria um desafio pelo qual valeria lutar, uma vez que caracterizaria uma revolução nacional-popular brasileira, enquanto um país de capitalismo dependente em desenvolvimento (DEL ROIO, 2016b, p.95).

populares e enfrentar o imperialismo ou então encontrar um meio de se acomodar com o imperialismo e o latifúndio ao preço de uma maior exploração dos trabalhadores” (DEL ROIO, 2016b, p. 95).

Caio Prado Jr., não considera que em algum momento possa ter existido, por definição, um regime de características feudais suficientes no Brasil, para sustentar a leitura de uma forma “feudal-burguesa” de dominação, portanto, não vê correspondência histórica no caminho desenhado por Sodré. No entanto, não se encontra, no raciocínio do autor, uma outra elaboração sobre o período de 1930 que enfrente de forma incisiva o debate sobre este tema. Para Del Roio (2016a) esta seria uma das mais significativas demonstrações de que a generalidade no “vínculo colonial”, na forma como trabalha Prado Jr., implica numa “imensa dificuldade” em avaliar as transformações estruturais subsequentes ao período colonial, bem como o impacto destas para a estrutura interna e para a organização das classes sociais.

Del Roio chama atenção para o fato de que, apesar de Caio Prado Jr. se referir ao Brasil como portador de uma dinâmica própria da sociedade burguesa, sua análise é concentrada no elemento do latifúndio enquanto componente organizador da sociedade e da economia brasileira de forma geral. Sendo assim, a forma como outras forças interagem, ou mesmo se contrapõem à esta esfera, não parecem ter importância determinante, poderíamos inferir das palavras do próprio autor que esses seriam os “pormenores” frente à linha mestra do latifúndio (PRADO JR, 1972, p.13). O processo de industrialização do país é tomado como incipiente e atrelado à uma lógica de família, depois subordinada ao imperialismo, mas nada suficiente para configurar uma burguesia brasileira autônoma e consciente (DEL ROIO, 2016a, p.14).

Nas ponderações de Carlos Nelson Coutinho este aspecto por vezes “intuitivo” de Caio Prado Jr. teria feito com que “subestimasse” as novidades introduzidas no país, construindo uma imagem do Brasil contemporâneo onde “o que predomina não é a emergência do novo, mas sim a conservação do velho” (COUTINHO, 1988, p. 227). A revolução de 1930 chamada por vezes pela literatura de a “Revolução brasileira”, se tornou estranhamente nebulosa ao autor, que não descarta e não deixa claro em sua obra o que representa este acontecimento (DEL ROIO, 2016a, p.12).

A lógica do autor de um Brasil inserido desde sempre no sistema imperialista internacional com um papel e função que não concede nenhum espaço para a autonomia ou poder de decisão por parte das elites nacionais, resultam numa concepção resumida de

que na dinâmica interna do país os setores de dominação interna estão imersos na “população”. A ideia de classes é substituída pelo “povo”, de onde se distinguem algumas figuras que se vinculam ao mercado internacional que, na visão do autor, é o que, de fato, decide a vida econômica, interesses e necessidades da população (idem).

Este raciocínio, contudo, não deixa de encaminhar os “problemas” na concretização de um regime burguês pleno para uma “questão nacional”. No entanto, como desde o início de sua trajetória afirmou¹⁶, trata-se de um regime “arqui-burguês”, que não deixa espaço para Revoluções burguesas. A resolução da questão nacional entra, assim, no núcleo nebuloso da obra de Caio Prado Jr., que, como membro do Partido comunista, não distingue o caráter da questão nacional, não especifica o sujeito incumbido de dirigi-la, isto é, se seu encaminhamento passa pela seara socialista ou burguesa, podendo assim, ser tomada pela via prussiana ou revolução passiva, sem restrições¹⁷.

A dificuldade na percepção do autor para este assunto, para Del Roio (2016a, p.13), deve-se também ao fato de que sua orientação metodológica apresenta influências de fundo, de um positivismo lógico, herdeiro da terceira internacional. A análise da revolução burguesa, desta forma, não pretende encaminhar as questões a partir das contradições decorrentes e observadas no seu processo histórico, sobretudo em respeito ao que ela não-realiza, mas prioriza a análise de conjuntura enquanto base material concreta. A resolução da questão nacional aparece, assim, priorizada no seu conteúdo e possibilidades imediatas, sobretudo nas pautas agrárias. O que decorre disso é a impossibilidade de se formular um conteúdo legítimo de previsão, que possa se transformar em programa, assim: “o objetivo da revolução / transição socialista não entra em pauta” (idem).

Tratando do latifúndio de perto no livro *A questão agrária*, publicado pela primeira vez em 1979, Caio Prado Jr. discute a reforma agrária como um interesse “geral” da nação, argumentando que a não-resolução da questão de terras se configura como o

¹⁶ Segundo Del Roio (2016a) em carta resposta enviada ao Comitê Regional de São Paulo do PCB, em 1932, Caio Prado Jr. já mostrava a convicção que levaria por toda a vida, quando então negava ter sido o movimento de 1930 um episódio de uma revolução democrático-burguesa: “eu nunca afirmei semelhante tolice, e pelo contrário sustento que nas condições do Brasil não há lugar para uma revolução burguesa, porque o nosso regime já é arqui-burguês”. (Prado Jr., 2013: 116 idem, p.12).

¹⁷ Para o autor, a natureza de uma revolução só pode ser definida post-factum. Caio Prado Jr., portanto, sugere que análise da correlação de forças sociais, a vontade organizada, o programa e a revisão do processo segundo as forças empenhadas na revolução não são questões relevantes e seriam, pelo contrário, manifestação de doutrinismo (DEL ROIO, 2016a, p.16).

principal obstáculo ao desenvolvimento econômico e cultural do país (PRADO JR., 1979, p.16). Nesta obra, conserva a análise sobre as transformações capitalistas no campo em vista do “vínculo colonial”, dissociada de qualquer interpretação da reforma agrária como uma necessidade de superar elementos herdados de uma formação de tipo ou características feudais (Cf. PRADO JR., 1979, p.69).

Observando que o ambiente rural se organiza em torno da impessoalidade da grande empresa capitalista agrária, o autor descarta a existência de uma classe camponesa, e considera inexpressiva a existência de uma sociabilidade rural que pudesse dar seguimento à um projeto de reforma agrária que priorizasse, num primeiro momento, a reestruturação fundiária. Em vista dos índices de pobreza da massa de trabalhadores rurais e dos entraves para que a partir da redistribuição de terras pudesse se formar um mercado competitivo entre a pequena e a grande unidade de produção agrícola, Prado Jr. argumenta que a aplicação efetiva da legislação trabalhista no campo, sua ampliação e correção era o “momento atual” na luta pela reforma agrária e renovação da economia rural (Cf. PRADO JR., 1979, p.162) considerando a pauta fundiária, por si só, insuficiente. O assunto, portanto, é tratado em vista das condições já existentes, e o melhor caminho para os trabalhadores rurais frente à questão agrária é o da sindicalização, que poderia organizar a luta por direitos e salário, apostando num contínuo de melhora na sua condição de superexploração.

Nesse passo, o autor reafirma a sua posição de que no Brasil, em nenhum tempo e lugar, teria havido servidão ou condições feudais, apenas relações de superexploração do trabalho no sistema colonial, que num contínuo de melhora possível transitaria da escravidão ao trabalho assalariado com direitos sociais, com implicações positivas sobre a estruturação do mercado interno. Então, a tradição comunista teria que passar por séria revisão, ao se considerar que a questão agrária era vista de modo errado, não sendo o caso de se priorizar a luta pelo acesso à terra para quem a quisesse trabalhar, mas de se lutar por melhores condições de vida, direitos e salário (DEL ROIO, 2016a, p.16).

Caio Prado Jr. passa assim tangencialmente pelas “novas dimensões”¹⁸ do poder rural, pela metamorfose das figuras senhoriais. Careceria ao autor identificar as sobreposições na permanência, a particularidade da mudança, que colocam ao menos para debate o movimento do chamado bloco feudal-burguês, que para outros autores se transformava gradualmente em bloco burguês pleno, e construía aos poucos a dominação burguesa, em meio à luta de classes (DEL ROIO, 2016a, p.17).

¹⁸ Discutidas na página 6 deste texto.

O que é identificado como uma ausência em Caio Prado Jr., – que de forma alguma diminui a importância de seu trabalho – no entanto, nos auxilia neste trabalho complexo para a compreensão das consequências da forma de concretização de nossa Revolução burguesa, já destacada em Florestan Fernandes, por seu aspecto “não clássico”, “encapuçado”. Por este motivo, Fernandes (1974) considera impróprio se referir ao processo de Revolução burguesa como uma “crise do poder oligárquico” quando se trata da sucessão de mudanças que vão do fim do Império, abolição da escravidão e início da república, como se fossem uma soma de eventos que teriam levado as oligarquias ao “colapso”. Contudo, não quer dizer que não seja esse um período de mudanças, trata-se “de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas de poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa” (FERNANDES, 1974, p.203).

Para o autor, a introdução do trabalho assalariado e a consolidação da “ordem econômica competitiva” no final do século XIX, assim como para Sodré, não foram suficientes para que emergisse por completo a nova racionalidade burguesa. O início da modernidade no Brasil, dessa forma, é caracterizado pela recomposição do poder oligárquico durante um longo período que vai desde a independência ao período pós-Getúlio e Revolução de 1930. Ao contrário do que se tem como modelo “clássico” de revolução, de rupturas com sublevação violenta e relativamente rápida do poder, no Brasil teria se conduzido o processo de modernização e aburguesamento da sociedade conservando grande parte da forma econômica precedente, oligárquica, produzindo um cenário composto pela coexistência entre o “arcaico” e o “moderno” e uma formação social de tipo *sui generis*, o capitalismo dependente.

A Revolução burguesa brasileira, esteve, assim, comprometida pelas características da burguesia econômica/social e política encarregada de tal processo, que no seu aspecto mais geral se apresentava auto interessada, e que antes de assumir um papel como “paladina da civilização ou instrumento da modernidade” priorizava tudo que lhe fosse vantajoso e passível de tirar proveito, sobretudo na desigualdade e heterogeneidade da sociedade brasileira (idem, p.204). Trata-se de uma burguesia de espírito provinciano, em sua essência rural – dotada de baixo impulso modernizador –, que, além do mais, restringia sua atividade ao crescimento econômico. Sendo assim, o que recorrentemente se chamava de “crise do poder oligárquico”, nesta perspectiva, se

traduz como um processo normal de diferenciação e reintegração do poder. Nas palavras de Fernandes (1974, p.209):

Se acabaram com a monopolização do poder pela “velha” oligarquia também deram a esta [...] a oportunidade de que precisavam para a restauração de sua influência econômica, social e política. Essa “crise” – como um processo normal de diferenciação e reintegração do poder – tornou os interesses especificamente oligárquicos menos visíveis e mais flexíveis, favorecendo um rápido deslocamento do poder decisivo da oligarquia “tradicional” para a “moderna”.

Dessa acomodação de interesses, ora díspares, ora convergentes, o autor identifica a base para o que chama de “consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil” (idem). É deste arranjo entre a oligarquia agrária e a oligarquia comercial-financeira que se torna possível ao poder oligárquico plasmar a mentalidade burguesa e ainda mais, determinar o próprio padrão de dominação burguesa. Afinal, não obstante o seu caráter conservador e particularista, a oligarquia era a única que dispunha de poder político e econômico suficientes para realizar a passagem de um mundo pré-capitalista para o mundo capitalista entre a sociedade brasileira, ainda que promovendo a fundição do “velho” e do “novo”, o avesso do que se entendia por Revolução burguesa, tanto na economia quanto na política, assim ela se torna o “pião de transição para o Brasil moderno” (idem, p.210).

Carlos Nelson Coutinho (2011), que traz Gramsci e o conceito de “revolução passiva” como orientação da sua análise, considera que neste raciocínio, Florestan Fernandes percebe que a sociedade brasileira teria chegado, ao menos desde o início da República, em sua versão completamente capitalista por uma via “não clássica”. O que demonstra, para Coutinho, uma maior consciência do autor para se tratar do tipo particular de sociedade que irá engendrar da especificidade deste processo. Nas características da “consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil”, portanto, Fernandes estaria dando mais atenção ao que surge de “novo” fora das vias clássicas, ao invés de pôr ênfase e evidência na conservação do atraso, do “velho”, o que era visto em outros autores, particularmente Caio Prado Jr.

Contudo, Coutinho (2011) avalia que a questão da dependência – do colonialismo ao imperialismo total¹⁹ – e o fato de o Brasil ser um caso de “capitalismo tardio”, apesar de contribuírem enormemente para a compreensão do caráter da nossa revolução burguesa, “não explicam tudo” (Cf. COUTINHO, 2011, p.231). Em vista disso, retoma

¹⁹ sobre o imperialismo total Cf. FERNANDES, 1975, p.18.

na “via prussiana” de Lenin a atenção para que o elemento “decisivo” da via “não clássica” é um fator interno. Sobretudo, a forma como se resolve a “questão agrária” no processo de transição para o capitalismo, neste caso, “a via clássica implica uma solução revolucionária, com a destruição da grande propriedade pré-capitalista e a criação de um campesinato livre, enquanto o caminho “não clássico” tem lugar quando a grande propriedade e a velha classe latifundiária se conservam, introduzindo progressivamente e “pelo alto” novas relações capitalistas” (idem, p. 232).

Com isso, Coutinho quer dizer que a definição florestiana para a especificidade da “consolidação da ordem burguesa” ganharia mais densidade na medida em que integrasse também as determinações advindas do modo de resolução (ou de não resolução) da nossa “questão agrária” (idem). Coerentemente, Coutinho (1988) centra sua análise no processo de modernização capitalista afirmando, a princípio, que o Brasil chega a sua fase plenamente capitalista sem precisar realizar uma “revolução democrático-burguesa” ou de “libertação nacional” de tipo jacobino, para usar o léxico gramsciano. A sustentação histórica desta afirmação é o fato de o latifúndio pré-capitalista e a dependência em face do imperialismo não terem representado um obstáculo insuperável ao completo desenvolvimento capitalista do país (COUTINHO, 1988, p.106).

A “revolução passiva”, que representa o contrário de uma revolução popular – com origem “desde baixo”, caráter de massa e por isso “jacobina” –, abrange o fato do desenvolvimento/modernização das forças produtivas, bem como das estruturas políticas serem produto da reação das classes dominantes ao subversivismo, ainda que episódico, das massas populares. Desta forma, é mediante restaurações que acolhem uma parcela contingencial das exigências dos “de baixo”, que se impulsiona a mesma ordem para uma nova etapa, no sentido de “restaurações progressistas” ou “revoluções-restaurações”. Sendo assim, o aspecto restaurador não anula o fato de que ocorrem também modificações efetivas, pelo contrário, é o que caracteriza a revolução passiva como uma via “não clássica” da Revolução burguesa, mas igualmente efetiva (idem, p.108).

À luz do conceito de “revolução passiva”, Coutinho (1988) constrói a análise de que, por um lado, a grande propriedade latifundiária “gradualmente” e “pelo alto”, transformou-se em empresa capitalista agrária e, por outro, a interferência externa no mercado interno – a participação do capital estrangeiro no processo de modernização das estruturas produtivas burguesas – contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em um país industrial moderno, de capitalismo consolidado. Ambos os processos implementados

pela ação do Estado, que se unificava pelo acordo entre as frações de classe economicamente dominantes, nesse sentido, “todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo [...] encontraram uma solução “pelo alto”, ou seja, elitista e antipopular” (idem, p. 106 et seq.). Desta forma, o autor considera que o conceito de “revolução passiva” se tornou inestimável para especificar a análise do caminho brasileiro para o capitalismo, “um caminho no qual o Estado desempenhou frequentemente o papel de principal protagonista” (idem, p.107).

2.1.3 Consequências da via “não clássica”

Embora Coutinho não considere a dependência uma chave de interpretação geral da revolução burguesa no Brasil, entendemos – com base no pensamento de F. Fernandes – que sem analisar este processo econômico-político não é possível compreender o caráter do capitalismo brasileiro e de seu subdesenvolvimento, ademais, a centralidade das oligarquias agrárias na economia e na política contemporâneas. Daí a importância do uso conjunto do conceito de revolução passiva e dependência.

A leitura da forma instrumental, inconclusa, mas efetiva da Revolução Burguesa, bem como vimos antes, do liberalismo, significam para o Florestan Fernandes, uma realidade específica dos países de capitalismo dependente: que a dominação burguesa não tem uma conexão histórica com a “revolução nacional e democrática”, mas com o tipo de transformações que essa forma *sui generis* da dependência supõe. Nas palavras do autor:

Ao fechar o espaço político aberto à mudança social construtiva, a burguesia garante-se o único caminho que permite conciliar a sua existência e o florescimento com a continuidade e expansão do capitalismo dependente. Aqui, não se trata de acalantar fatalismo *ex post facto*. Mas de buscar uma clara projeção interpretativa dos fatos. Há burguesias e burguesias. O preconceito está em pretender-se que uma mesma explicação vale para as diversas situações criadas pela “expansão do capitalismo no mundo moderno”. Certas burguesias não podem ser instrumentais, ao mesmo tempo, para a transformação capitalista e a “revolução nacional e democrática”. O que quer dizer que a Revolução Burguesa pode transcender à transformação capitalista ou circunscrever-se a ela, tudo dependendo das outras condições que cerquem a domesticação do capitalismo pelos homens (FERNANDES, 1974, p. 214).

Aqui, Fernandes (1974, p.214) dialoga diretamente com as possibilidades de futuro para burguesia brasileira dadas por Sodré²⁰, de que seria possível através uma associação entre as classes populares e uma burguesia interessada no desenvolvimento nacional, criar uma força suficiente para quebrar os ciclos da dominação externa,

²⁰ p. 9 deste mesmo texto.

consequentemente enfraquecendo os laços com as elites internas; ou, como segunda opção, encontrar-se-ia um meio de acomodação entre imperialismo e latifúndio, ao preço de uma maior exploração dos trabalhadores e sacrifício dos potenciais internos. A segunda opção, como se sabe, sobressaiu enquanto realidade histórica, provocando na análise do primeiro autor a reflexão de que a condição dependente faz com que mesmo que um setor pareça ganhar forças e se preparar para a reversão de um quadro atual, está exposto à supressão pelo dinamismo da economia capitalista em proporção mundial, que impõe, no seu próprio tempo, os limites de continuidade e expansão do capitalismo dependente, de fora para dentro.

As forças que perceberam o caráter conservador e não popular no caminho de tais transformações, o movimento operário, sobretudo, comunistas e anarquistas imigrantes europeus, que apresentavam pautas fora do circuito restrito do que se consolidava como dominação burguesa, experimentaram desde logo as reservas de intolerância da ordem, estes porque eram consideradas o “inimigo”, caracterizados pela imposição de rupturas no processo de consolidação da ordem burguesa. No entanto, eram tratados da mesma forma, os movimentos considerados na condição de “oposição democrática” que propunham “revoluções dentro da ordem” ou de “consolidação do regime” (FERNANDES 1974, p.212). Fato este, que revela à análise, de que esse determinado tipo de dominação burguesa não desfruta e nem poderia desfrutar de bases estáveis para seu funcionamento e ampliação. A avidez em manter intactos os privilégios das elites, suscita um estado de ameaça constante pelos setores não contemplados, que, ora ou outra, invadem o espaço político, o que faz com que a rigidez/coerção da ordem tenha raiz e sentido políticos e que a democracia burguesa seja limitada de forma autocrática, como “democracia restrita”, possível apenas para quem tem acesso à dominação burguesa (idem).

Neste sentido é que Fernandes (1974) afirma que o capitalismo dependente é um capitalismo difícil, que apresenta poucas alternativas às burguesias, que lhe servem a um só tempo de “parteiras e amas-secas” (idem, p.214). O que acontece com a Revolução de 1930, ilustra esta constatação, vendo que quando parecia se preparar uma revolução urbano-industrial de maior complexificação e dinâmica nos setores de produção e desenvolvimento da sociedade brasileira, ela é eclipsada pelo capitalismo monopolista mundial, que pressiona e ameaça os interesses internos, a fim de que permaneçam as condições imperativas do “desenvolvimento com segurança” que em outras palavras se

trata da preservação das garantias econômicas ao capital estrangeiro, garantidas pela “continuidade do sistema” (FERNANDES, 1974, p.218), o que vimos ao longo do texto, estão calcadas, sobretudo, no domínio das oligarquias fundiárias, detentoras das reservas de capital, que financiam, inclusive, o processo de industrialização.

No caso brasileiro, portanto, os homens à frente da “domesticação” do capitalismo não parecem desenvolver a forma *sui generis* da dependência por uma sucessão de fatos “acidentais”, mas por suas próprias características, que enxergam e exploram vantagens de determinada forma. No entanto, é inevitável para o conjunto das relações comerciais à nível internacional avançar sobre as transformações capitalistas, – ainda que fora das suas potencialidades e por isso de forma subserviente e conservadora – dessa forma é que a Revolução Burguesa no capitalismo dependente também é difícil, “mas igualmente necessária” (idem). No livro *Capitalismo dependente e classes sociais na América latina* (1975), Florestan sintetiza este raciocínio, dizendo que:

Quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em consequência de uma mudança da natureza do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, novos padrões de dominação externa emergiam inexoravelmente. Por outro lado, uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em consequência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício de um estilo democrático de vida (FERNANDES, 1975, p. 11).

Os aspectos da dominação externa sobre os países de capitalismo dependente provocam uma espécie de congelamento na história do desenvolvimento e integração nacional, justo na etapa que lhe proporciona maior vantagem: no reforço de estruturas econômicas arcaicas, na produção de matérias-primas e bens primários, necessários para o esquema de exportação-importação. Este controle externo, contudo, não é referente apenas à uma estratégia econômica alheia, mas de uma “cegueira nacional” para os interesses internos e populares, herdada da “tradição colonial de subserviência” (idem).

O padrão de dominação externa imperialista tornou, em síntese, as economias dependentes em mercadorias “negociáveis à distância, sob condições seguras e ultralucrativas” (idem, p.17). Cruzando novos e antigos fatores, o padrão de dominação externa chega na fase do capitalismo corporativo ou monopolista como uma associação do capital internacional com sócios locais e a tendência de um controle externo, simétrico ao antigo sistema colonial. Com os Estados Unidos como superpotência, além de outros países europeus e o Japão como parceiros menores, compõem-se o quadro do

imperialismo total, cujo traço específico consiste “no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social” (Cf. FERNANDES, 1975, p.18). Sufocando o novo período que parecia ser uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional, o imperialismo total veio para implantar uma “nova imagem do capitalismo” e da “interdependência internacional”, que justifica e cria uma espécie de “nova ideologia e utopia burguesas dependentes” (idem, p. 19). Tal imagem buscou criar o terreno para uma nova “transição”, por onde as economias dependentes retomam suas “posições de vantagem”, que sob a dominação externa, correspondem à forma de especialização geral das nações dependentes, como fontes de excedente econômico para acumulação de capital para as nações de capitalismo avançado, explorando no caso brasileiro, sobretudo, seu potencial agrícola.

Do fim do período que se inaugurava em 1930 surge o cenário do imperialismo total, ou do que correspondente na obra de Plínio de Arruda Sampaio Jr. (1999) a “reversão neocolonial”, que no contexto pós crise dos anos 1980, com o fim das experiências do socialismo real e a implementação da agenda de Reformas neoliberais para a América Latina formuladas no Consenso de Washington, trabalha a desarticulação dos centros internos de decisão e quebra da espinha dorsal dos sistemas econômicos nacionais latino-americanos (Cf. SAMPAIO JR., 1999, p. 24 et seq.).

Sampaio Jr, avalia que a nova força que surge com a doutrina neoliberal e do rearranjo na divisão internacional da economia recoloca o Brasil no seu ramo de “vantagem”, primário exportador. Cenário onde o agronegócio e o latifúndio se apresentam como fundamentais para o desenvolvimento econômico, servindo de base de apoio para a permanência das oligarquias fundiárias no poder. Torna-se evidente, assim, que a questão agrária brasileira está longe de ser resolvida.

A dependência financeira e tecnológica, resultado das medidas adotadas no período anterior, tornou possível que as nações hegemônicas façam exigências incondicionais aos países dependentes, que sem mecanismos de proteção de sua própria riqueza, não dispõem de força para resistir à lógica da ordem internacional emergente. Com o desenvolvimento nacional fora do horizonte de possibilidades dos países periféricos, cabe-lhes, por designação na nova fase, os setores produtivos de baixo conteúdo tecnológico, de onde é possível obter uma posição de vantagem através da superexploração da força de trabalho e da degradação do meio ambiente, principalmente

pelo desmatamento exigido na recorrente extensão do latifúndio no Brasil e pelo uso irrestrito de agrotóxicos (SAMPAIO JR.,1999, p. 26).

O “neo” da reversão e o padrão colonial, no entanto, para Francisco de Oliveira (2006), nunca enfrentaram de fato uma situação de oposição, pelo contrário, se mostraram desde sempre articulados. Partindo do exemplo de pesquisa de Celso Furtado, sobre como se resolvera a superprodução do café nos anos da grande crise de 1930, com o Estado queimando as sacas excedentes (Cf. OLIVEIRA, 2006, p.128), o autor argumenta que as formas econômicas subdesenvolvidas²¹ incluem “a política, não como externalidade, mas como estruturante [...]” (OLIVEIRA, 2006, p.128). O que se quer dizer com isso é que a convivência entre o “arcaico” e o “moderno” atuaram durante o processo histórico de modernização do capitalismo brasileiro de forma orgânica, constituindo o fulcro do processo de expansão capitalista, onde o *status* irresoluto da “questão de terra” e do “estatuto da força de trabalho” são premissas condicionantes para o “transformismo” brasileiro e a forma típica da “modernização conservadora”.

A crítica de Francisco de Oliveira (2006), portanto, formula questões que retomam, por exemplo, o porquê de as lideranças Varguistas terem presidido a industrialização brasileira “arrancando especificamente de bases rurais: o moderno, a indústria, alimentando-se do atrasado, a economia de subsistência” (idem, p.128). Neste sentido, a função da agricultura de subsistência para acumulação interna de capital aparece como o primeiro dos três pontos para especificar a forma do subdesenvolvimento brasileiro, que Oliveira elabora em seu livro *Crítica à razão dualista*, publicado pela primeira vez em 1972, onde diz, retomando o caso de pesquisa de Celso Furtado:

[...] os estudos sobre o café mostraram que o modo inicial de sua expansão utilizou a agricultura de subsistência dos colonos intercalada com o café, para prover-lhes o sustento, o que depois era incorporado pela cultura do café. Benfeitorias como “acumulação primitiva”. [...] Sustentei, então, que a agricultura atrasada financiava a agricultura moderna e a industrialização” (idem, p.129).

A crítica que o autor constrói em vista de outras linhas de interpretação, – especificamente à teoria do subdesenvolvimento desenvolvida pela CEPAL²² – tem a finalidade de expor que, no conjunto de imbricações que envolvem a agricultura de subsistência, o baixo salário e o “inchaço” das cidades, não representaram/representam

²¹ Francisco de Oliveira trata do conceito de “subdesenvolvimento” em interlocução com as análises sobre o desenvolvimento socioeconômico da região latino-americana no período pós Revolução de 1930 (Cf. Oliveira, Francisco de. *Crítica à Razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2006)

²² Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

um “obstáculo” no processo de modernização ou expansão capitalista no Brasil, pelo contrário, é este “padrão” de barateamento da reprodução da força de trabalho custeado pela pobreza e iniquidade no campo e nas cidades que financia a singularidade na cadeia de desenvolvimento e acumulação capitalista brasileira. Portanto, não existe incompatibilidade entre o “atrasado” e o “moderno”, mas uma relação funcional, de interdependência, onde o caráter “produtivo” do atraso é “condômino” da expansão capitalista”, dessa maneira, “O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma de exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia” (OLIVEIRA, 2006, p.131).

Chegamos assim ao momento de concluir o debate, observando através da literatura, que o poder concentrado pelas classes senhoriais ou o poder oligárquico como denomina Florestan Fernandes, impõe a recomposição do latifúndio de antemão às novas demandas do capitalismo em escala global e como condição de acumulação primitiva. Desta forma, são dados os limites para a modernização da economia no país, que se cumpre de modo subserviente aos interesses da dominação externa.

O debate que buscamos conduzir entre Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré Florestan Fernandes, Carlos Nelson Coutinho, Plínio de Arruda Sampaio Jr e Francisco de Oliveira, nos permite afirmar que a questão agrária no Brasil permanece como uma questão fundamental para a as demandas de nacionalização da economia, mas também na ordem social e política, sobretudo para conquistas democráticas. Considerando que o latifúndio permanece como um bastião de poder das classes mais reacionárias, da oligarquia fundiária, e representa uma sólida barreira para o desenvolvimento da democracia no país.

As tarefas “nacionais e democráticas” – de ruptura com o passado pela participação popular – que na “via clássica” cumpriram as Revoluções burguesas, em particular no Brasil estão paralisadas num status incipiente ou irrealizado, sem, contudo, impedir que se consolide a forma de exploração capitalista, que no seu aspecto *sui generis* torna evidente o nexo entre capitalismo dependente, latifúndio, desigualdade e “democracia restrita”. Vemos assim, impor-se pelas elites “autointeressadas” um “fim” ao processo de revolução burguesa sem que a democracia tenha se estabelecido para o conjunto da população, sobretudo, aos que disputam o mesmo espaço de interesse das oligarquias tradicionais, a terra. Desta forma, a reforma agrária permanece como uma “questão nacional”, imprescindível para que se estabeleçam as condições mínimas de igualdade e democracia no país, a contragosto do interesse das elites.

O seguimento das estratégias para a “modernização” do meio rural, à exemplo do agronegócio que trataremos no ponto seguinte, reiteram que a distribuição de terras enquanto princípio liberal-democrático não teve aderência entre as classes burguesas no Brasil, justo por sua “particularidade” ser de uma classe autointeressada, moldada pela forma específica do capitalismo dependente, como definiu Florestan Fernandes. Sendo assim, no campo se reproduz o tipo específico da “modernidade brasileira”, como vimos com Francisco de Oliveira, a relação orgânica entre o “arcaico” e o “moderno”. As características do campo que impactam na conformação de toda vida econômico/social no país fazem parte do cenário autocrático que se estabelece no lugar de uma “democracia burguesa”, mantendo as relações oligárquicas e de superexploração combinadas entre capital nacional e internacional, o que gera uma profunda “degradação material e moral do trabalho” (LIMOEIRO, 1995, p. 5).

A especificidade do capitalismo dependente, nesta perspectiva, está na manutenção da desigualdade, na concentração da riqueza e da terra. O legado da Revoluções burguesa brasileira, para os Sem-terra, assim como para outros setores da “massa dos despossuídos”, é a autocracia, que se recompõem constantemente na expropriação do trabalho como princípio organizativo da ordem social, conformando uma democracia restrita entre “iguais” (idem). Segundo Miriam Limoeiro-Cardoso:

Deste modo, o capitalismo dependente se concretiza através de expropriação e de autocracia, caracterizando o que Florestan Fernandes denomina capitalismo selvagem. Conjuga crescimento econômico dependente com miséria e exclusão despóticas, além da ausência de direitos fora dos setores sociais dominantes. Pensa Florestan que na América Latina, “quer se trate das metrópoles, das cidades ou do campo, as classes sociais propriamente ditas abrangem os círculos sociais que são de uma forma ou de outra privilegiados e que poderiam ser descritos, relativamente, como ‘integrados’ e ‘desenvolvidos’. Tais setores coexistem com a massa dos despossuídos, condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza ou à miséria, à marginalidade socioeconômica, à exclusão cultural e política, etc” (idem).

Neste conluio, a burguesia brasileira se vê desincumbida de qualquer tarefa nacional-democrática que o processo da sua consolidação poderia prever, o que, apesar de manter uma alta lucratividade em seus ganhos imediatos, enfraquece-a enquanto classe, por não exercer uma função “dirigente” e “dominante” nas mudanças sociais, impedindo-a de possuir um “caráter universal” (LIMOEIRO, 1995, p. 8). Destarte, a reforma agrária enquanto faz frente à constante recomposição do poder oligárquico na ordem burguesa é repelida de qualquer programa de governo, mesmo os mais liberais, o que tem por consequência seu deslocamento para outros setores na luta de classes.

2.2 A manutenção do latifúndio, o agronegócio

Dos desdobramentos da análise de Florestan Fernandes sobre a Revolução burguesa brasileira, o golpe de 1964, enquanto momento da luta de classes nacional – entre o fim do ciclo de desenvolvimento aberto em 1930 e a crise de 1980 que impulsiona a reabertura democrática – é definido pelo autor como uma “contrarrevolução preventiva”, organizada entre uma “burguesia unificada” pelo temor comum à ascensão de movimentos populares em diversos setores (COUTINHO, 2011, p. 233). Um desses “temores”, podemos atribuir ao fato que o debate em torno da reforma agrária vivia na época uma conjuntura de efervescência, se sobressaindo como uma das principais bandeiras do até então presidente da República, João Goulart (1919-1976).

O único objetivo é desapropriar o latifúndio improdutivo”, argumentava no Plenário, no dia 4 de março, o então senador Arthur Virgílio (AM), líder do PTB, partido de Jango, tranquilizando os fazendeiros que estivessem trabalhando e produzindo. “Mas uma atitude que não encontrará meios de recuar é a de alcançar essas terras que não merecem respeito, que são esse latifúndio nocivo ao país, que é motivo de atraso à nação. O latifúndio antissocial, o latifúndio anti-humano, afirmou. (SENADO, 2018).

O entusiasmo²³ de Goulart, contudo, não coincidia, substancialmente, com o projeto levantado pelas bandeiras populares. Em meio às ligas camponesas²⁴ - movimento social organizado em torno da luta pela terra de maior expressividade à época – sobretudo, o projeto não tinha adesão, uma vez que nesse momento, as ligas divergiam mesmo das diretrizes do PCB, seu “aliado fundamental”, considerando que a proposta no interior do partido – de construção de uma a frente única democrática²⁵, anti-imperialista e antifeudal

²³ O então presidente em busca do apoio popular, no dia 13 de março de 1964, no "Comício das Reformas", na Central do Brasil, no Rio de Janeiro “anunciou em discurso para 200 mil pessoas a desapropriação de terras às margens de rodovias, ferrovias, açudes públicos federais e as beneficiadas por obras de saneamento da União” (SENADO, 2018)

²⁴ “A formação das Ligas camponesas inicia-se em 1945 a partir da organização política de pequenos proprietários, parceiros, posseiros e meeiros que resistiram à expulsão da terra e ao assalariamento puro. Foram criadas em quase todos os Estados com o apoio do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Em 1947, contudo, o PCB foi declarado ilegal pelo governo Dutra e as ligas passaram a ser perseguidas. Seu ressurgimento se deu em 1954 no município de Vitória de Santo Antão em Pernambuco, no Engenho da Galiléia, onde foi criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco que ficou mais conhecida como Liga Camponesa da Galiléia. Sua formação foi engendrada pela reação dos foreiros ao aumento da exploração e tentativa de expulsão pelo dono do engenho, buscando o apoio do advogado e deputado Francisco Julião do PCB (Cf. ALIAGA, 2008, p. 18)

²⁵ A orientação efetiva do partido – ainda que não consensual – definia-se pelo deslocamento da aliança privilegiada operário-camponesa para a construção da frente única democrática que incluía a burguesia nacional, o proletariado, os assalariados rurais, semi-assalariados e camponeses, além das classes médias urbanas, “agora valorizadas pelo PCB como ‘aliado fundamental’, em pé de igualdade com os camponeses” (SANTOS, 1999, s/n). Esta opção se consolidou na medida em que o partido considerou como fundamental a “democratização progressiva da sociedade”, num processo que consistiria em “reforma da sociedade

– não seria o melhor caminho para reforma agrária, porque coincidia com aquela defendida por setores da burguesia e era recomendada “pelo imperialismo”, uma vez que previa a desapropriação somente “mediante a prévia e justa indenização em dinheiro” (JULIÃO, 1962, p. 66 apud Cf. ALIAGA, 2008, p. 19).

Em termos políticos – diz o dirigente das Ligas – este tipo de reforma agrária significaria a ausência de contradições, “essencial entre essa alta burguesia e o latifúndio”. Por este motivo Francisco Julião entendia ser muito difícil incluir a reforma agrária na política de frente única democrática. Conclui o deputado: “descartando-nos desses elementos, nosso programa passa a ser mais radical, no interesse das classes trabalhadoras” (idem).

A igreja católica, nesse momento, representa uma outra força política²⁶ que disputa a direção nas lutas em torno da “questão de terras”, motivada principalmente pelo receio de perder os trabalhadores rurais, como tinha perdido os operários para movimentos sociais e partidos políticos. Não é por menos que a primeira pastoral para discutir e atuar no campo é criada em 1950, numa reunião entre fazendeiros, padres e professores rurais (Cf. ALIAGA, 2008, p.19).

A luta pela terra, portanto, é parte fundamental do quadro de “temores” sobre a organização popular que ameaça a estabilidade das oligarquias fundiárias nesse período, impulsionando a reação da burguesia, que em resposta se “unifica” no golpe de 1964 e instaura uma ditadura militar no Brasil. A política agrária implementada nos governos militares, ancorada na grande empresa capitalista, e na base técnica/social/política da Revolução verde²⁷, provoca o aprofundamento da concentração de terras no Brasil, lançando mão de estratégias para expansão do agronegócio. O incentivo à migração de trabalhadores para a Amazônia por meios fiscais e creditícios da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a implantação de grandes e médios projetos agropecuários, gera uma crise entre a população local e camponesa que: “Vítima de todo tipo de violência por parte dos novos donos da terra, os produtores rurais que viviam ali

brasileira em substituição da mentalidade revolucionarista” (SANTOS, 1999a, s/n apud ALIAGA, 2008, p. 18).

²⁶ Posteriormente ao golpe, o período militar força um posicionamento mais contestatório da Igreja, vendo se acirrar a violência e a desigualdade social no campo, a instituição inicia uma reflexão sobre seu papel na sociedade e lança em congressos na América latina e Vaticano as bases do que veio a constituir a Teologia da Libertação (CATÃO, 1985, 37-56 apud ALIAGA, 2008, p.19).

²⁷ Projeto financiado pela Fundação Rockefeller para escoar o lixo tóxico restados da II Guerra mundial na agricultura através de insumos e agrotóxicos, que encontrou no Brasil um cenário propício no período civil-militar pós-1964 (Cf. SANTOS, 2016, p.53).

há anos como posseiros, passam a engrossar a massa dos sem-terra” (ALIAGA, 2008, p.20).

A base técnica da Revolução verde representa, nesta ocasião, um caminho escolhido pelo governo militar para prosseguir com a “modernização da agricultura”. Predominavam até então duas visões distintas: a primeira, trazida no início do tópico, que defendia o desenvolvimento do campo e da produção a partir da reforma agrária; e a segunda, que defendia os pacotes tecnológicos para agricultura, sem intervir na questão fundiária. Vitoriosa a segunda opção, a estrutura do latifúndio brasileiro assume o modelo da Revolução Verde via pacotes que consistem na união entre agricultura e indústria, na seleção das espécies, na monocultura, no latifúndio. Das consequências à questão ambiental, pode-se destacar a erosão genética²⁸, processos de degradação provocado pela seleção das espécies e pelo desmatamento, extinção de espécies, animais, vegetais (Cf. ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2001). Do ponto de vista sócio histórico, a “modernização” da agricultura neste modelo está alheia às questões que marcam a formação nacional e a “questão de terra” em termos de desigualdade e dependência. O fundamental deste modelo consiste numa via de maximização do lucro na produção de alimentos, através da monopolização de fatias cada vez maiores do mercado e aquisição de *royalty* por intermédio dos pacotes tecnológicos, que criam vínculos de dependência entre o agricultor e as empresas transnacionais (Cf. ANDRADES; GANIMI, 2007, p.44), por esses motivos cunhou-se o título recorridas vezes utilizado para o período, de “modernização conservadora”.

O *modus operandi* da revolução verde, assim, implantado no início dos anos de 1960 e aprofundado no período da ditadura, se consolida na forma do agronegócio e permanece no que hoje se considera uma fase mais complexa e desenvolvida, através da divisão internacional do trabalho e das prerrogativas de uma fase do capital imperialista, monopolista e financeiro. A forma organizada como atuam as multinacionais do agronegócio, a exemplo da ABAG²⁹, ilustram a conservação do domínio “senhorial” na

²⁸ Segundo SILVA et al (2017, p.82) o termo “erosão genética”, expressa: “o processo de perda e/ou extinção de genes e redução da variabilidade genética das formas de vida. A biodiversidade ou diversidade biológica, a que corresponde à diversidade das formas de vida, contempla três níveis de variabilidade: a diversidade de espécies, a diversidade genética e a diversidade ecológica que se refere a diversidade de ecossistemas e paisagens. A interação e complexidade entre os diferentes níveis representa a dinâmica da vida na Terra.

²⁹ Sigla para Associação brasileira do agronegócio. História sobre a associação está disponível em: <<http://www.abag.com.br/institucional/historiamissaovisao>> acesso em: 29/ maio. 2018.

“modernização” da agricultura, que passa a controlar em proporções “globalizadas” a produção de ponta a ponta, ou seja, desde os insumos e sementes para o plantio até o processo final de exportação. A “novidade”, portanto, se restringe à tecnologia adotada para manter um mesmo cenário político/econômico, uma vez que seu papel “modernizador” nas relações de trabalho ou na democratização da produção expressa a continuidade da sobreposição entre o “arcaico” e o “moderno” e as relações de trabalho alicerçadas na superexploração.

No entanto, o agronegócio é apresentado pelos grandes proprietários de terra como uma versão “moderna” e “tecnológica” do mundo rural. Através de intensas campanhas midiáticas se induz a compreensão deste como superação do atraso do latifúndio, com foco na sustentabilidade e combate à fome, entre outras mudanças qualitativas. Como denota Selma de Fátima Santos (2016, p.54):

[...] aparentemente, a terra deixa de ser latifúndio atrasado e improdutivo, com as antigas relações oligarcas e coronelistas e passa a se configurar como empresas agrícolas altamente produtivas e modernas, orientadas por alguns poucos ramos agrícolas.

Conquanto essa campanha ganhe aceitação no senso comum em função de sua significativa participação no Produto Interno Bruto (PIB) e no superávit na balança comercial do país, ela oculta sua verdadeira sustentação na permanência e expansão na concentração de terras³⁰, na destruição ambiental, alterações climáticas, superexploração do trabalho, trabalho escravo ou análogo; na diminuição de áreas produtivas, na estrangeirização de terras e aprofundamento da dependência externa (Cf. SANTOS, 2016, p.41). Para que elementos tão díspares representem uma aposta segura para agricultura “nacional”, convergem-se as forças do capital internacional no vínculo de subordinação entre países de centro e periferia, sobretudo em vista da conjuntura de expansão na produção de matéria prima para alternativas energéticas (açúcar e álcool), e a predominância das *commodities*.

³⁰ Dentre as informações prévias do censo agropecuário a ser divulgado pelo IBGE em 2019, a mais preocupante é a de que a concentração fundiária aumentou. O que mudou do censo anterior, de 2006, é a relação entre área ocupada e número de estabelecimentos. O Brasil tinha no último censo, estabelecimentos com mais de mil hectares controlando 45% das terras; agora são 47,5% das terras. Há ainda uma baixa no número de estabelecimentos: em 2006 eram 5.175.636 estabelecimentos; hoje são 5.072.152. Contudo, este número menor de propriedade ocupa uma área maior no território: antes, eram 333 milhões de hectares; hoje são 350 milhões. Desse total, mais de 16 milhões de hectares estão concentrados nos grandes estabelecimentos. Enquanto os menores, que têm até dez hectares, representam 50,2% do número total de estabelecimentos, mas ocupam apenas 2,3% da área (IHU, 2018).

A relação com o Estado também não indica uma mudança significativa, uma vez que a influência política dos grandes produtores rurais, não só em seu setor específico da economia, trafega com privilégio evidente em negociações diretas com o governo, na indicação de ministérios estratégicos e na influência sobre os rumos políticos do país. Fora, por exemplo, indicação da ABAG, que durante o segundo mandato (2014-2016) do governo Dilma Rousseff (PT), assumiu como ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a latifundiária Kátia Abreu, que tinha a tarefa de “coordenar um planejamento nacional de defesa da agropecuária” (SANTOS, 2016, p. 53), em outras palavras, garantir por dentro das instituições a expansão, sem interferências restritivas, do agronegócio.

O MST, em meio à esta correlação de forças histórica, é fruto da constante recomposição do poder das oligarquias latifundiárias no Brasil, por isso mesmo, grande parte da massa dos Sem-terra surge da “modernização” da agricultura, da expulsão de posseiros, meeiros, comunidades tradicionais, povos originários do campo, especialmente entre as décadas de 1960 e 1980. O MST surge em resposta às contradições que estruturam o desenvolvimento do capitalismo no país, ao mesmo tempo que é resultado da organização política popular, que reage contra a precarização da vida de um amplo contingente de famílias “despossuídas” da terra. O processo histórico desta condição, veremos no segundo capítulo, criará uma disparidade de interesses entre as formas de conceber o campo, sintetizadas na disputa entre a agroecologia e o agronegócio. Um embate travado acerca das questões nacionais e democráticas, e ao que consideramos um potencial de disputa entre duas formas de “racionalidade” para o campo, entre uma concepção de mundo ligada à produção de alimentos e a agricultura como atividade essencialmente lucrativa.

2.3 O MST

Durante pouco mais de trinta e quatro anos de existência o MST precisou, sob diferentes circunstâncias, repensar sua teoria e estratégias de ação. Como ilustra a ampla bibliografia acerca do movimento, o debate político-metodológico nunca abandonou o estado de construção. Neste sentido, é preciso ter o cuidado ao tratar deste objeto de estudo, ter clara a sua heterogeneidade e a “fase” em que se encontra, o percurso vencido até o presente e o horizonte que se busca e se revela atualmente.

Sendo assim, procuramos reconstruir esse caminho dentro do contexto político nacional, alcançando o momento da transição de suas diretrizes produtivas do “marxismo agrário” ou “teoria da organização no campo” para a nova e atual agroecológica, e sua relação com o atual programa de Reforma agrária.

2.3.1 Histórico

O marco oficial da fundação do MST é janeiro de 1984, no Primeiro Encontro Nacional do Movimento em Cascavel, Paraná. No entanto, segundo Fernandes (1998), a gestação do movimento tem início em 1979, nas primeiras ocupações de terra e lutas de posseiros e arrendatários, concentradas nos estados do Sul, Sudeste e Centro-oeste do país. O cenário de resistência dava-se em consequência da intensificação dos conflitos na questão agrária oriundos do período militar, que implantou um modelo de desenvolvimento agrícola que privilegiava a expansão capitalista no campo, o que resultou no aumento da concentração fundiária, na mecanização da agricultura e a consequente expulsão de grande parte dos agricultores do meio rural.

A primeira etapa do movimento se destaca pelo vínculo dinâmico com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e demais agentes pastorais na condução das reivindicações pelas vias da negociação, tendo como principal interlocutor os governos estaduais. Sem estimular um potencial confronto, o esforço estava em incorporar o programa de reforma agrária na agenda do Estado, desta forma, a marca distintiva deste período se reflete no lema escolhido: “Terra para quem nela trabalha” (Cf. ALIAGA, 2008, p. 30).

Também marca o período a centralidade na luta sindical, em vista da necessidade de ganhos econômicos que pudessem atender as demandas emergentes dos trabalhadores organizados (ALIAGA, 2008, p. 22). Contudo, ressalva Aliaga (2008) que já existiam à época os germens de desenvolvimento de um plano político mais amplo, considerando que logo no primeiro congresso transparecia-se o entendimento de que o problema da Reforma Agrária tinha raízes na estrutura societária do país, porquanto havia a consciência de que a luta pela terra compreendia a luta por uma sociedade mais justa e fraterna, o que implica na transformação de todo o conjunto social (idem, p. 31).

Nos anos seguintes ao primeiro congresso, os documentos produzidos pelo Movimento, bem como seu desempenho, demonstram a transição para uma estratégia política mais elaborada, que se evidencia na decisão de se tornar autônomo em relação às

outras entidades que o compunham, tanto em relação à direção quanto à base, buscando a construção de uma organização interna própria (Cf. *idem*, 2008, p. 31). Unindo-se a outros movimentos sociais rurais na América Latina e também com movimentos sociais urbanos e de pautas diversas, o MST se dedica ao que, segundo João Pedro Stédile o distingue de outros movimentos sociais de luta pela terra: o fato de ele abraçar uma bandeira que ultrapassa o corporativismo e afirmar a necessidade de um “projeto político nacional alternativo, que seja nacional e popular” (STÉDILE, 1997, p. 7-8, 12 apud ALIAGA, 2008, p. 31). Com esta abrangência, Aliaga (2008) considera que o movimento passa a uma nova fase ético-política, assumindo funções de um partido político, como concebe o arcabouço gramsciano (*idem*, p.31).

Os anos seguintes serão marcados pela radicalização nas ações do movimento, que assume uma postura mais combativa através das ocupações de terra. Além da mudança de postura, que se deve em grande parte a redução da influência das pastorais no movimento, o MST passa por significativas alterações na sua estrutura organizativa a fim de atender o vultoso aumento nas demandas do Movimento, que passou a ter influência e projeção nacional e a preocupação de estabelecer a produção nos assentamentos conquistados.

É notadamente interessante que neste período de 1985 a 1990 o lema do Movimento passa de “Terra para quem nela trabalha” para “Ocupar, resistir, produzir”, que tinha como objetivo principal estabelecer a organicidade na produção e promover “a consciência da necessidade de superar a agricultura artesanal para formas que levem à modernização das relações sociais no campo” (GOHN, 1997, p. 145). Para tanto, e em vista da grande diversidade de objetivos e sujeitos que conformavam um mesmo espaço político dos assentamentos de Reforma agrária – o que representava uma barreira para o desenvolvimento do programa que se formava – o MST enxergou a necessidade de se criar um “sujeito Sem-terra”. Esse sujeito deveria ir além da luta pela terra, alcançando dois momentos “a luta econômica” e a “luta política” (BORGES, 2007, p. 60).

Diante destes desafios, o Movimento encontrou um caminho na produção teórica denominada como “marxismo agrário”, modelo de organização do campo inspirada principalmente na tríade Marx-Lênin e Kautsky. O modelo cooperativo preconizado, para além da efetividade em viabilizar a economia dos assentamentos à níveis competitivos de mercado, cumpria também um papel pedagógico na coletivização, neste sentido, considerava-se que a ação política estava unificada à organização econômica nesta

proposta. Seria, por conseguinte, necessário desenvolver uma metodologia que pudesse conduzir os assentamentos rurais a níveis elevados de organização dessas cooperativas, a fim de promover “a racionalização das práticas no interior das cooperativas” o que seria resultado do “desenvolvimento dos graus de consciência dos grupos sociais” (BORGES, 2007, p. 80). Em outras palavras, buscava-se uma transformação no comportamento “ideológico” dos assentados – enquanto característico de um modo de vida e trabalho camponês – a partir das práticas adotadas no universo da produção, a fim de superar uma postura individualista, centrada no auto sustento, em vista de uma forma superior, coletiva.

O MST inicia, assim, a promoção dos cursos de formação dos assentados, organizados pelo Movimento e baseados na teoria de organização do campo elaborada por Clodomir Santos de Moraes³¹. As ideias propagadas por Moraes foram sintetizadas no texto intitulado “Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo”, e posteriormente transformadas na cartilha n. 11 do MST. O conteúdo do material está organizado em sete partes, sendo a primeira um apanhado histórico organizado pelo autor, sobre a origem da divisão social do trabalho e seus benefícios. Na sequência, uma exposição da origem da mercadoria como produto da divisão social do trabalho e da propriedade privada, que continua na explicação da lei geral da acumulação capitalista em Marx, para por fim, explicar sua teoria sobre a organização do trabalho (Cf. THOMAZ, 2010, p. 62). Dentro deste plano teórico, Moraes contrapõe o trabalho artesanal camponês enquanto um “inimigo interno” da associação produtiva, a insistência neste tipo de método levaria a reprodução de aspectos individualistas, comodistas, espontaneístas, sectaristas, entre outros semelhantes (Cf. MORAIS, 1986, p. 29-36, apud THOMAZ, 2010, p. 64).

Com base nestas premissas, Moraes propõe os “laboratórios experimentais” ou “laboratórios organizacionais de campo”, ministrados a grupos de no mínimo 40 pessoas, com conteúdo teóricos e práticos, que simulavam a organização de uma grande empresa. A implementação dessa teoria tinha a finalidade de instruir a construção de grandes

³¹ Clodomir Santos de Moraes nasceu em Santa Maria da Vitória em setembro de 1928, foi jornalista e assessor das Ligas Camponesas, e construiu sua trajetória de luta como militante comunista. Teve os direitos políticos cassados por dez anos por meio do Ato Institucional nº 1, na lista dos cem primeiros cassados pelos governos militares pós-64. Após 2 anos de prisão em 1962/65, foi exilado por quinze anos no exterior. Esteve este período no Chile, foi conselheiro Regional da ONU para a América Latina em assuntos de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Tem entre seus livros publicados, a História das Ligas Camponesas no Brasil, e sobre sua teoria de organização no campo. (CLOC-VIA CAMPESINA, 2017).

fazendas de produção coletiva, inspiradas no modelo dos Kolkozos³² soviéticos (Cf. BORSATTO, 2011, p. 400).

O esforço do movimento em tornar a “teoria organizacional do campo” uma realidade para o MST atingiu a organização de mais de 40 Cooperativas de Produção Agrícolas (CPAs), em diferentes regiões do território, muitas inteiramente coletivizadas. Segundo Scopinho (2007), configuravam como “verdadeiras ilhas socialistas”, tanto em relação à organização do trabalho como em relação a outros aspectos da vida doméstica, como por exemplo, a alimentação em refeitórios coletivos.

Podemos reiterar a constatação da autora acima, através da entrevista coletada em campo acerca do histórico de construção da Cooperativa de comercialização e reforma agrária Avante (COANA), no que recolhemos em entrevista com militantes do MST sobre o período:

A gente já tinha lá, desde que surgiu o MST em 85, ele começou a trabalhar essa questão da formação política. E a formação política não era só pra tu ocupar a terra, né. Era formação política na linha de tu ter a terra, de tu produzir nela e sobreviver nela. E aí a gente aprendia muitas coisas. A gente fazia muitos cursos desses, e aí ia os jovens. Eu lembro que na época eu tinha 19 anos e fui fazer o primeiro curso. Tinha um curso que chamava “laboratório de centro” ou “laboratório de campo”, primeiro era o de centro e depois o de campo. O que que era esse curso? A gente ficava lá, 40 dias, 60 dias, e a gente tinha que montar uma empresa, né. Montar uma cooperativa, uma empresa social e botar ela pra funcionar [...] quando a gente saía desse espaço, 100% das vezes era um assentamento, já ficava a cooperativa criada [...] depois começou a fazer laboratório de campo, que daí tu ia pra dentro de um acampamento, na época era mais acampamento, quase não tinha assentamento. Aí a mesma coisa que era feita no laboratório de centro era feito ali. Desde cava poço, de fazer barraco, de montar o refeitório, de montar a administração, de montar a contabilidade. Então era um curso que preparava as pessoas, tipo assim, eu me preparei lá, é uma preparação assim pra vida. Então eu sempre falo, assim, esse professor nosso, o nome dele era Clodomir de Moraes, ele era exilado político, ele tinha sofrido no meio do mato, na guerrilha. Então ele que era nosso professor (ENTREVISTADA 1).

É recorrente a atribuição dos laboratórios de organização, ministrados por Clodomir Santos de Moraes, como uma iniciativa do MST para criar um horizonte socialista nos objetivos do Movimento. No entanto, segundo a pesquisa feita por Fernanda Thomaz (2010), trata-se de uma sucessão de influências, que começou nas elaborações teóricas sobre a agricultura e a coletivização do trabalho agrícola no pensamento marxista

³² Modelo de cooperação agrícola desenvolvido na URSS, que tem o ápice de funcionamento durante o período Stalinista. O plano quinquenal lançado em 1928, que estabeleceu as prioridades no setor agrícola e industrial, visava um rápido avanço no setor industrial através da transferência de renda da agricultura para indústria, para tanto, a medida baseava-se em índices obrigatórios de produtividade, na setorização da produção e adesão forçada dos camponeses (Cf. THOMAZ, 2010, p. 34-6).

no século XIX, o que fundamentou a organização do campo na experiência soviética, que por sua vez fora referência de produção no programa socialista pós-revolução em Cuba, para, por fim, ser retomada no Brasil pelo modelo das CPAs no MST.

As CPAs cubanas são o principal modelo de organização coletiva do trabalho agrícola adotado pelo MST em seus assentamentos, sendo por isso essencial conhecer as suas características, a sua organização, seu funcionamento, para se compreender as contradições da produção agrícola organizada nesse modelo pelo MST. Ainda que, as contradições encontradas nas CPAs do MST não sejam as mesmas do modelo cubano, mas sim ao que corresponde às especificidades do campo brasileiro. É preciso, sobretudo, considerar que mesmo sendo as CPAs cubanas a principal referência para as CPAs do MST, essas decorrem de um modelo socialista implantado em um país socialista, enquanto o MST implantou um modelo socialista em um país capitalista. A especificidade do contexto das CPAs do MST notada por Thomaz, de uma implementação cercada por um contexto nacional capitalista, sobretudo considerando a forma *sui generis* do capitalismo desenvolvida no Brasil, se mostrará determinante para o alcance de seu sucesso, especialmente durante os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (FHC).

2.3.2 Collor, FHC, o princípio da “crise”

Concomitante ao desenvolvimento das CPAs, no cenário nacional se iniciava uma reestruturação no papel do Estado com a eleição de Fernando Collor e posteriormente Fernando Henrique Cardoso. As medidas de “ajuste estrutural” na ordem monetária, na abertura da economia e a desregulamentação dos setores sob a tutela do Estado, que tinham como fim impulsionar uma liberalização comercial e o enxugamento da estrutura governamental, acirrou a disputa entre as reivindicações dos movimentos sociais – que ao longo dos anos vinham conquistando parte da opinião pública, e ganhando força enquanto organização popular – e os interesses do Estado.

Neste contexto, o MST enfrentou um forte aumento na repressão do Estado, tanto nas condições legais para aquisição e manutenção de terra, quanto na violência policial e depreciação midiática, com que reagiu aumentando as mobilizações nas regiões urbanas e buscando a aproximação de outros movimentos sindicais e populares. Logo, o Estado é

tomado como principal inimigo do Movimento entre 1990 e 2002, que apesar de representar um momento “duro” para o movimento, afirma-se que:

Este período foi crucial para a expansão da organização política do Movimento. Primeiramente porque com a repressão, principalmente sob o governo Collor, o movimento volta-se para sua estrutura interna, buscando maior coesão entre base e liderança para enfrentar a repressão. Nesta fase, a “percepção das lideranças do risco de infiltrações e a necessidade de manter a coesão organizacional os leva a adotar uma direção centralizada e com pouca abertura” (PESCHANSKI, 2007, p. 105, apud ALIAGA, 2008, p.36).

As consequências deste cenário somadas à afirmada postura de oposição do movimento ao avanço de políticas neoliberais são de “fundamental importância para compreender a expansão da base e da orientação política do MST” (idem), que em 1995, no III Congresso Nacional traz uma nova bandeira “Reforma agrária: uma luta de todos”. Neste período se forma uma segunda leva de militantes, oriundos de vários estados brasileiros e que são fruto das escolas de formação do próprio MST. Amplia-se a disposição em unificar a luta entre trabalhadores do campo e da cidade e de fato a base neste momento é duplicada (MST, 1997, p. 4, apud ALIAGA, 2008, p.36).

Contudo, o investimento predominante do Estado em favorecer políticas neoliberais para grandes produções e para a agropecuária de exportação dificulta a sobrevivência dos assentamentos em pequenas propriedades, a manutenção econômica das cooperativas na relação de forças com o agronegócio se torna inviável, o que leva muitos desses pequenos estabelecimentos agrícolas à falência. Neste período não havia no Brasil uma política de reforma agrária destinada aos setores agrícolas de pequeno porte, alheios à dinâmica de governo neoliberal, existiam apenas políticas compensatórias como o PRONAF³³ que minimizavam alguns efeitos da crise sem tocar em suas causas principais (COLETTI, 2005, apud ALIAGA, 2008, p. 37).

Este contexto, tratado na literatura³⁴ como propulsor da “crise” no modelo cooperativo, demonstrou a capacidade do Estado em agir nos rumos do Movimento através da supressão dos programas de crédito ou de políticas de auxílio na consolidação dos assentamentos, como é o caso dos programas de assistência técnica. Neste sentido, revelou-se para o MST que a Reforma Agrária não aconteceria no interior da presente relação de forças e que se fazia necessária a alteração de tal quadro. No limite, isto significava que sem profundas transformações de base econômica e social, a reforma

³³ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

³⁴ BORGES, 2007; BORSSATTO, 2010; THOMAZ, 2011;

agrária não aconteceria a partir do programa próprio do movimento. Por esta razão a ampliação das demandas corporativas, econômicas, para o campo das reivindicações políticas mais amplas, conjugando outros setores da população é o que se considera ter garantido o caráter permanente e não transitório do Movimento (Cf. ALIAGA, 2008, p. 37).

2.3.3 A saída pela agroecologia

Localizamos nosso recorte de pesquisa frente à “crise” instaurada pelas políticas do governo FHC e a proposta de uma reforma agrária de base mercadológica. Em meio a esta conjuntura que o projeto de agroecologia começa a ganhar força dentro do MST. É o que se pode ver na Proposta de Reforma agrária do Movimento de 1995 (MST, 2005), onde há a crítica ao modelo agrícola atual já em termos econômicos, sociais e ecológicos.

O atual modelo adotado na agricultura visa apenas o lucro das empresas produtoras de insumos. E é completamente predatório aos nossos recursos naturais: solo água, clima, fauna e flora. É sobretudo, prejudicial ao ser humano, tanto pela contaminação no uso de agrotóxicos, quanto por comprometer os recursos naturais das gerações futuras (MST, 2005, p. 192-193).

Entre os critérios para a construção de um novo modelo produtivo estavam presentes a prioridade em desenvolver pesquisas/técnicas adequadas à cada região, estabelecer programas massivos de capacitação dos agricultores em todo o país, especializando quadros em diferentes áreas específicas. Previa-se a criação de um programa de assistência técnica pública e gratuita específico para os assentamentos, o estímulo para que os agricultores produzam e controlem suas próprias sementes, e o incentivo às agroindústrias de produção em base orgânica/agroecológica (idem). Desta forma o MST passou a assimilar novos referenciais, ampliando o seu debate sobre a questão agrária e sua pauta de reivindicações.

Já no IV Congresso Nacional em fevereiro de 2000, o MST trouxe para o centro dos debates as questões acerca a organização dos assentamentos, colocando em discussão a necessidade de se aprimorar o modelo indicado até então, avaliando que este tinha a característica de priorizar as dimensões ligadas ao trabalho e à produção em detrimento de outras dimensões da vida.

Deveremos estimular a prática agrícola sem a utilização de insumos externos ao lote, sem a utilização dos agroquímicos. Deveremos ao longo dos anos ir ajustando esta forma de produzir, evitando gastar dinheiro com adubos e venenos, com horas máquina, buscando utilizar mais e melhor a mão de obra disponível e desenvolvendo técnicas adaptadas a nossa realidade, evitando de

nos intoxicar e de envenenar a natureza. Deveremos abrir para a criatividade da companheira da, produzindo uma nova matriz tecnológica (MST, 2000, p. 50-51, apud BORSATTO, 2011, p. 45).

Outro fator que orienta o MST a eleger a agroecologia como nova matriz tecnológica é a formação e adesão à Via Campesina³⁵, que colocou em contato diversas lideranças de movimentos sociais internacionais, que já haviam incorporado a questão ambiental em suas pautas e agregado novos referenciais teóricos para produção.

Na articulação e compromisso com estes outros movimentos, em vista de uma revisão do posicionamento construído ao longo de 10 anos no movimento, que o MST se deu conta de que não existiam barreiras entre a luta pela terra e a questão ambiental, uma vez entendido que não há uma sobreposição nas reivindicações, a questão passa a ser vista enquanto uma complementação de um projeto maior que, em última instância, é a luta pela transformação da sociedade (Cf. NEGRI 2005, apud BORGES, 2007, p.109).

No seu quinto congresso nacional, realizado no ano de 2007, o MST aprofunda ainda mais a valorização dos preceitos agroecológicos como caminho para a consolidação da reforma agrária, que passa a ser denominada de “popular”. A temática da soberania alimentar³⁶, principal bandeira de luta da Via Campesina, passa também a ser uma das principais bandeiras de luta do MST.

O quadro apresentado para discussão neste congresso aprofunda as questões relacionadas à reestruturação interna, em vista dos ganhos em complexidade que teve o meio rural com a expansão e consolidação do agronegócio, diante disso “os sem-terra tiveram que qualificar o debate” (MST, 2018b). A preocupação com o avanço do poder

³⁵ Fundada em abril de 1992, La Vía Campesina se gestou em uma reunião camponesa realizada em Manágua (Nicarágua), em razão do congresso da UNAG. [...] Ali se reuniram camponesas e camponeses da Europa, América Central e América do Norte com o ímpeto de combater o sistema [neoliberal] que abalava os direitos dos camponeses. No ano seguinte, em maio de 1993, em Mons (Bélgica), teve lugar a I Conferência de La Vía Campesina – órgão máximo de debate e decisão que se reúne a cada quatro anos – onde é efetivamente constituída como organização internacional (LA VÍA CAMPESINA, 2009, p. 8).

³⁶ Enquanto um dos elementos que constituem a proposta de Reforma agrária popular, podemos localizar o seu papel no projeto, dentro do que foi apresentado na carta do último congresso da Via Campesina em 2017: Nossa agroecologia tem um camponês e popular; ela não se presta a soluções falsas como o capitalismo “verde”, os mercados de carbono e a agricultura “climaticamente inteligente”. Rejeitamos qualquer tentativa de cooptação da agroecologia pelo agronegócio. **A agroecologia camponesa é a base da nossa proposta e visão da soberania alimentar dos povos do mundo.** Para fazer isso, insta uma verdadeira reforma agrária abrangente e popular, a defesa dos camponeses e territórios indígenas e a recuperação dos sistemas alimentares locais. Além de fortalecer e desenvolver nossos mercados de camponeses, precisamos construir novas relações entre as classes populares do campo e da cidade, bem como novos canais de distribuição e vendas, a construção de um novo modelo de relações sociais humano, econômico e baseada no respeito, solidariedade e ética. A reforma agrária, agroecologia camponesa e a soberania alimentar, esfriamos o planeta e construímos sociedades mais justa e humana (MST, 2017).

do capital estrangeiro em designar os bens produzidos no país, revelou ao movimento uma disputa não só na concentração fundiária, mas no “jeito de produzir” (idem). Neste sentido, o Movimento considera que está em disputa dois modelos de sociedade, baseados na produção agrícola: um que valoriza a “pequena agricultura” voltada para a produção de alimento para consumo local e a do agronegócio, baseada em monocultivo para a exportação (idem).

O lema do 5º Congresso, "Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular", representava os novos desafios da luta pela terra, a Reforma Agrária como alternativa para as soluções dos gravíssimos problemas sociais do Brasil: a fome, o desemprego, a violência e todo o processo crescente de exclusão econômica e social. E a luta pela Reforma Agrária era vista como parte da construção e acumulação de forças para a construção de um projeto popular e soberano para o Brasil (idem).

O que foi decidido neste congresso, permaneceu como pauta do MST até o momento atual, uma vez que o IV congresso que tem por lema “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!” é apresentado pelo Movimento como uma “síntese das tarefas, desafios e do papel do Movimento nesse período histórico que se abre” (idem). Portanto, a agroecologia permanece neste congresso como uma tônica do movimento junto com o “novo adjetivo: Popular” adicionado ao projeto de Reforma agrária.

A caracterização da Reforma Agrária como popular tem o objetivo de identificá-la como uma questão popular e nacional, isto é, não exclusiva dos Sem-Terra, do MST ou da Via Campesina (MST, 2018b). Contudo, esta caracterização não é propriamente uma novidade no Movimento, podemos enxergá-la no lema do MST “Reforma Agrária, uma luta de todos”. O que é apresentado como a contribuição dos Sem-Terra na luta neste “novo período que se abre” é o seu novo programa agrário para a sociedade, “que tem como base a produção agrícola em matriz agroecológica”, continua o texto:

Neste sentido, o MST está debatendo com sua base e seus aliados um programa novo de Reforma Agrária. Uma Reforma Agrária que deve começar com a democratização da propriedade da terra, mas que organize a produção de forma diferente. Priorizando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente. Queremos uma Reforma Agrária que fixe as pessoas no meio rural, que desenvolva agroindústrias, combatendo o êxodo do campo, e que garanta condições de vida para o povo. Com educação em todos os níveis, moradia digna e emprego para a juventude. [...] Certamente, continuaremos na luta, juntos, na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária, como é o sonho de todo brasileiro honesto e trabalhador (MST, 2018b).

O que está destacado na nova proposta de Reforma Agrária Popular é a afirmação de que as medidas necessárias que devem ser tomadas para um processo amplo de mudança social, devem partir, fundamentalmente, de uma alteração na organização da

produção, sobretudo na relação do ser humano com a natureza (MST, 2013, p. 149). Vista enquanto princípio da alienação do trabalho, é o primeiro pressuposto para a superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição dos recursos naturais. Considerado isto, a reforma agrária apresenta como objetivos gerais:

a) eliminar a pobreza no campo; b) combater a desigualdade social, todas as formas de exploração dos camponeses e camponesas e a degradação da natureza, que têm suas raízes na concentração da propriedade e da produção no campo; c) garantir trabalho e educação para todas as pessoas que vivem no campo, combinando com distribuição de renda; d) garantir a soberania alimentar de toda a população brasileira, produzindo os alimentos necessários com qualidade e desenvolvendo os mercados locais; e) garantir a participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso à terra, na produção e gestão, buscando superar a opressão histórica imposta a elas; f) preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do Brasil, geradora de nossos distintos biomas; g) garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades iguais de trabalho, renda, educação, moradia e lazer, estimulando a permanência no campo, em especial da juventude (idem, p.150).

Como prerrogativas para desenvolver este cenário, o MST elenca uma série de medidas à serem tomadas pelo Estado, dando importância central ao desenvolvimento de programas massivos de formação em agroecologia em todos os níveis, desde o ensino fundamental até a universidade; o estímulo à produção independente de sementes, que preservem a diversidade genética vegetal e animal por parte dos próprios agricultores e agricultoras, evitando cenário estancos como o das sementes *terminator*³⁷. Um programa massivo de disseminação, multiplicação e massificação da agroecologia (Cf. MST, 2013, p. 156) entre outras medidas, acerca da propriedade privada intelectual e patentes, produção de tecnologia, máquinas e equipamentos, serviços de assistência técnica, reflorestamento de áreas degradadas pelo agronegócio.

Enquanto o MST representa uma força organizada para realização de um projeto de Reforma agrária, que propõem em suas pautas, objetivos para o fortalecimento da democracia nacional, não só para a sua base, mas tendo o projeto dos Sem-terra como uma premissa para Movimento populares - estabelecendo parcerias e inserindo-o num projeto maior, que abarque toda a sociedade - seus principais desafios coincidem, em grande medida, com os problemas da revolução passiva brasileira. Neste caso, os caminhos percorridos nas estratégias democráticas do passado, revelam que sua

³⁷ Conhecidas como “sementes suicidas” são plantas desenvolvidas propositalmente para serem estéreis, impassíveis de reprodução, o que gera a necessidade de que todo início de plantio os agricultores adquiram novas sementes. A preocupação dos ambientalistas em liberar esse tipo de semente no Brasil, que seria o primeiro país do mundo a aceitar o uso dentro da lei, é de que as sementes podem se espalhar de forma imprevisível pelo país, ameaçando os biomas locais, inclusive o amazônico (CARTA CAPITAL, 2015).

contraposição com o latifúndio em sua versão “moderna” - o agronegócio – não pode ser considerada no seu aspecto conjuntural ou imediata, mas como um problema da cultura, da formação histórica, portanto, histórico-estrutural. A ruptura com latifúndio, neste sentido, requer medidas que advenham de um “espírito de cisão”³⁸ que fomentem a ruptura com a perenidade em que se apresenta as classes mais tradicionais e reacionárias do país. Colocando o privilégio de seus interesses fora das possibilidades para o desenvolvimento nacional.

2.3.4 O MST e a escola

As pautas abertas pelo atual projeto popular e agroecológico do MST deixam claro o confronto entre os objetivos do Movimento e o avanço do neoliberalismo no meio rural, uma postura compartilhada entre o MST e a Via Campesina. Outra preocupação que aparece em primeiro plano é quanto a formação de intelectuais tecnicamente preparados para orientar a produção em base ecológica. Neste caso, podemos apreender em nossas entrevistas o papel da agroecologia nos centros de formação do Movimento, à exemplo do que o diretor pedagógico da Escola Milton Santos em Maringá no Paraná, conta em entrevista:

Ela vai nascer (Escola Milton Santos) a partir do debate que o MST acumulou alguns anos anteriores e tomou como decisão política no IV congresso em 2000, que é sempre o marco temporal que a gente tem de decisão política das instâncias do movimento. No congresso, que é a instância maior do MST, em se decidiu construir a agroecologia como um dos pilares da organização do seu projeto dentro dos assentamentos e do seu projeto de campo, até para além dos assentamentos de reforma agrária, sabendo que isso é sempre um processo de construção, como se dá num movimento social. Então desde alguns anos antes, já existia um debate, uma percepção, um questionamento das consequências da revolução verde. Nem era o agronegócio constituído como ele tá hoje, e já se percebia, pelas experiências que se teve anteriormente, pelas consequências ambientais, econômicas, sociais, no aspecto de saúde e tudo mais. Até porque muitas vezes, nas próprias cooperativas que o movimento fundou, se copiou o modelo da revolução verde e isso trouxe consequências desde o camponês, desde as famílias até às cooperativas, que muitas delas não conseguiram se sustentar, porque foram fundadas pensando num planejamento, num investimento em linhas de produção de soja, né, tipicamente das monoculturas para exportação, que é do agronegócio. Então, em 2000 já se tinha um debate, um acúmulo suficiente para tomar essa decisão política, então desde ali, várias questões se desdobraram, desde o estímulo das iniciativas das famílias, das mais diversas formas, e algumas delas já tinham isso, suas experiências anteriores. Ainda resguardavam uma cultura camponesa, guardavam esse cuidado com sementes, com práticas de outras gerações, então já tinham iniciativas pessoais, mas

³⁸ Termo originado na obra de George Sorel, trata das iniciativas de organização espontâneas das massas, que Gramsci reelabora em seus escritos buscando dar sentido à emancipação das classes subalternas (Cf. DEL ROIO, 2007, p.69).

também a promoção da agroecologia precisa ser estimulada (ENTREVISTADO 2).

Quanto a abordagem das disciplinas nas escolas, de acordo com Guhur e Toná (2012, p. 66), encontra-se em gestação uma concepção nova e recente do que é a agroecologia, que tem como pilar político os movimentos populares do campo. Desta forma, o novo paradigma produtivo é estudado e pesquisado para além de uma solução tecnológica para as crises estruturais e conjunturais do atual modelo agrícola, mas como parte na estratégia de luta e enfrentamento ao agronegócio, à exploração dos trabalhadores e à depredação da natureza. Neste entendimento, a agroecologia é vista como inseparável da soberania alimentar e energética, bem como “[...] se insere na construção de uma sociedade de produtores livremente associados para a sustentação da vida, sociedade na qual o objetivo final deixa de ser o lucro e passa a ser a emancipação humana” (NETO, 2014 in NOVAES et al., 2015 p. 217). Frente a isso:

[...] o MST decidiu criar escolas, alternativas às escolas estatais, que formassem técnicos de acordo com suas necessidades. Para criar as escolas o Movimento se apoiou na sua proposta educacional e nos anos de experiência, mas foi preciso contar, também, com o envolvimento dos seus educadores para a elaboração de um novo currículo voltado para agroecologia (NOVAES et al., 2015 p.223).

São cerca de 30 escolas no Brasil, a maioria concentrada na região Sul do Brasil, principalmente no Paraná. Os cursos são realizados em uma parceria do MST com instituições públicas de ensino, através de recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), certificados pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (Cf. NOVAES, SANTOS, 2014 in NOVAES et al., 2015, p. 223).

Os principais objetivos dos centros de formação, apresentado no documento do MST-PR (Cf. LIMA, 2011, apud NOVAES et al., 2015,p. 223) estão em: atuar como espaço de formação da classe trabalhadora; local para encontros entre o MST e outras organizações que busquem os mesmos objetivos na transformação social; ser uma referência no desenvolvimento de experiências na área de produção agroecológica; ser espaço para desenvolvimento de valores humanistas, socialistas, desenvolvidos através da vida coletiva; aperfeiçoamento do método para formação técnica e política desde o ensino fundamental, médio e superior; ser ambiente de desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, voltadas à realidade camponesa; ser um centro de incentivo à vivência da cultura popular, resgatando em especial a cultura camponesa; e por fim, ser

um espaço onde as pessoas possam conviver, educando-se, trabalhando, divertindo-se e construindo perspectivas de futuro.

Os princípios teóricos que fundamentam tais objetivos são, segundo Lima (2012, apud NOVAES et al., 2015, p. 224), fruto da pedagogia própria do Movimento, cuja sistematização é resultado de uma reflexão de sua *práxis* política educativa, a partir de três fontes fundamentais: a pedagogia socialista, a educação popular e o materialismo histórico dialético (Cf. SANTOS, 2015, apud NOVAES et al., 2015, p. 224). Os autores Novaes et al. (2015, p.225) acrescentam que “dos princípios e ações da educação agroecológica do Movimento podem nascer germens de relações não capitalistas” e que dessa forma, a agroecologia é compreendida pelo MST como “um princípio educativo que orienta os sujeitos, para e na construção de um projeto societário que supere o capital” (idem).

Segundo Novaes et al. (2015, p.225) as escolas de agroecologia, como outras organizadas pelo Movimento, “tendem a ter um currículo orgânico” e buscam evidenciar a relação política entre o fazer científico e uma determinada ideologia da técnica, decorrente disto, não se tem, sob qualquer hipótese, a pretensão de parecerem “neutros”. Pretende-se sim “realizar uma crítica à revolução verde e de forma mais geral ao sociometabolismo do capital”, na intenção de teorizar uma “crítica radical à produção destrutiva do trabalho alienado” (idem).

Para tanto, enquanto campo de conhecimento abrangente, a agroecologia foge de uma homogeneidade epistemológica do “positivismo acrítico” da mesma forma que rejeita a epistemologia pós-moderna, sendo assim, busca uma compreensão histórica dos fenômenos sociais e a identidade parcial entre sujeito e objeto, entre teoria e prática (Cf. NOVAES et al., 2015, p. 228). Contudo, as escolas enfrentam muitas contingências para uma abordagem plena da agroecologia pelo fato de que nem todos os professores são militantes orgânicos do MST, além disto, o pouco recurso de manutenção para as escolas e o baixo incentivo das universidades em pesquisas na área agroecológica são fatores complicadores.

3 O NACIONAL POPULAR E A QUESTÃO AGRÁRIA

Feita a discussão sobre as raízes e características do processo histórico da formação nacional, este capítulo tem o objetivo de discutir uma relação entre passado e presente em que o projeto atual da Reforma agrária popular e a matriz produtiva agroecológica propostos pelo MST possam ser avaliados em sua potencialidade de criar ou não uma força política capaz de fundar a vontade coletiva nacional popular, no sentido gramsciano. De acordo com Gramsci, a vontade coletiva nacional-popular se refere à construção de uma força política no seio das classes subalternas capaz de promover uma real transformação na sociedade (Cf. SEMERARO, 1997, p. 4).

O pensamento de Gramsci consiste de fato numa das matrizes teóricas do MST. Por exemplo, no documento interno “metodologia popular” proposta pelo Movimento no *Caderno de formação 38 - trabalho de base e formação popular*, formulada em 2009 pelo Setor de formação do MST, os elementos do “balanço crítico” realizado no 4º Congresso Nacional do Movimento evidenciam uma aproximação com o arcabouço teórico gramsciano, sobretudo na similaridade do conteúdo que se apresenta como “princípio” e “finalidade” do trabalho de base³⁹. É importante ressaltar que para formulação de seu projeto o MST propõe a realização de uma Reforma Agrária não meramente econômica, mas que represente uma ampla reforma social⁴⁰. São estes elementos que nos levam à investigação de seu projeto como potencialmente importante para a discussão da formação de uma vontade coletiva nacional-popular no Brasil.

Quando tratamos o tema da Reforma agrária em relação ao conceito de nação, nacional-popular e vontade coletiva nacional-popular, estamos buscando analisar em que medida o projeto formulado pelo MST toca nas “questões nacionais” deixadas pela Revolução burguesa, isto é, em que medida a luta pela terra pode ser vista como um fator de democracia e de que forma o MST contribui neste sentido. Sendo assim, a Reforma agrária pode ser entendida enquanto “questão nacional” e democrática, e ser inserida entre os “pressupostos políticos, econômicos e ideológicos” para este caminho, na ruptura com o conteúdo do Estado moderno e a construção do socialismo como defende Carlos Nelson

³⁹ Para um estudo sobre a apropriação de Gramsci no MST ver: ROBERTS, Philip. Gramsci in Brazil: From the PCB to the MST. *Thesis Eleven*. 2018. p. 62-75.

⁴⁰ Sobre a superação de um momento econômico-corporativo pelo MST, rumo à elaboração ético-política da reforma social, ver: Aliaga, L. A FORMA POLÍTICA DO MST. 2008. 208 p. (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

Coutinho (1979) ao enxergar que a democracia política, ao inverso do que propõe uma “visão estreita do marxismo”, não necessariamente se identifica com a dominação burguesa. Partindo da forma como Lênin concebia a democracia, argumenta:

É verdade que o conjunto das liberdades democráticas em sua forma moderna [...] tem sua gênese histórica nas revoluções burguesas, ou mais precisamente, nos amplos movimentos populares que terminaram (mais ou menos involuntariamente) por abrir o espaço político necessário à consolidação e reprodução da economia capitalista; mas é igualmente verdade que, para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre gênese e validade, Lênin certamente conhecia a observação de Marx segundo a qual a arte de Homero não perde sua validade universal — e inclusive sua função de modelo — com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui sua necessária gênese histórica (Cf. COUTINHO, 1979, p.3).

O caminho deste raciocínio leva à possibilidade de criação do que Gramsci chamou de “Estado ético” que cumpre, enquanto Estado, uma função “democrática”, que transforma o conteúdo do Estado moderno, na medida em que socializa o poder e anula as intervenções externas e coercitivas deste, chegando à forma de um “Estado sem Estado” (SEMERARO, 1997, p.70). Procuramos, portanto, analisar o papel do MST neste processo, tendo em vista o que o Movimento propõe nas discussões e documentos internos (para a base) e como coloca seu projeto na pauta de debates nacional.

3.1 O MST e o Nacional popular

3.1.1. Agroecologia x Agronegócio: projetos

Para que o MST enfrentasse as transformações da “questão da terra”, e construísse seu embate no presente, vimos no capítulo anterior, empreender no Movimento um processo de revisão continuada que se inicia nos anos 2000 e perdura até os dias atuais. Os principais elementos de revisão versam sobre a compreensão de que a proposta atual de Reforma agrária exige a permanente oposição à conservação do velho, à concentração fundiária, mas na mesma medida, é imperativa uma resposta às medidas conservadoras que foram tomadas para a emergência do “novo”. Em relação ao latifúndio, chega-se ao entendimento de que este se traveste de “novo” através do conjunto de forças do grande capital, combinando a influência e interesse de bancos, grandes empresas e oligarquias tradicionais, em caráter transnacional – o agronegócio, como a composição “moderna” do “atraso” na “questão de terras”. É o que encontramos registrado na fala de dirigentes do Movimento, no 6º congresso nacional do MST, realizado entre os dias 10 a 14 de fevereiro de 2014, em Brasília:

Edgar (MST-RS): Atualmente, a luta pela terra tem uma outra natureza, quer dizer, aquele jeito de fazer a luta pela terra tendo o latifúndio como inimigo, que veio até os anos 2000, era um jeito de fazer a luta pela terra. Agora, qualquer ocupação de terra que a gente faça, lá no interior da Bahia, no Rio grande ou em Alagoas, Quem enfrenta nós? Não é o latifúndio! Mas é os banqueiros, é os meios de comunicação, é o setor financeiro, as próprias transnacionais. (MST, 2014a).

João Pedro Stédille (MST-RS): [...] Então, a essência da reforma agrária, é começar repartindo a terra, porém, não pode ficar só nisso. E agora, a Reforma agrária que nós defendemos tem que ser pautada por outros pilares além da terra. Como por exemplo a produção de alimentos saudáveis. Notem a diferença ideológica! Durante o século vinte os camponeses diziam: Quero terra pra mim trabalhar! Agora o camponês vai dizer: eu quero terra! Mas é pra produzir alimento pra todo o povo. E é aí que adquirir o caráter popular da nossa reforma agrária! (MST, 2014a).

Segundo Peter Rosset, presidente da Via Campesina, a razão de se propor a Reforma agrária popular é o fato de o latifúndio improdutivo ter se tornado, com o investimento do capital financeiro, em agronegócio “recapitalizado”, ou seja, em “agronegócio produtivo” (MST, 2015a, p.103). O que está em discussão desde os anos 2000 e se tornou o programa atual do MST é o conjunto de significados atribuídos ao “adjetivo: Popular” somado ao sistema de produção em base agroecológica. Este movimento, Horácio Martins de Carvalho (2013a) nomeia como uma “ressignificação conceitual/histórico/prática do projeto de Reforma agrária brasileiro” (p.127).

Dentre o que se considera já esgotado, está o pressuposto de uma Reforma agrária enquanto etapa não vencida pela Revolução burguesa. Na visão do autor, esta estratégia parte de uma ideia pautada por “intelectuais de centro-esquerda” de que a permanente reprodução do latifúndio conserva “restos feudais” na ordem produtiva até hoje, sendo assim, a reforma agrária representaria uma “etapa” dentro de um processo histórico que se dirige às condições objetivas e subjetivas para um horizonte socialista no campo. Esta forma de enxergar a Reforma agrária, enquanto uma tarefa burguesa, conduzida pelo Estado, a partir da pressão popular, teria a função de desenvolver um cenário de forças econômico/políticas de onde pudessem se criar as premissas necessárias para a continuação da história da luta de classes, como uma designação da dialética (Cf. CARVALHO, 2013a, p.130).

Dada leitura sugere que os objetivos estratégicos de uma reforma agrária capitalista a partir da centro-esquerda política brasileira, se aproximavam das propostas e pensamento burguês sobre a “questão de terras” para a afirmação e homogeneização do capitalismo no país (idem). Desta forma, privilegia-se o que é interessante para o desenvolvimento do capitalismo nacional, mesmo dentro do pensamento político de

esquerda. Neste duplo afastamento, o autor aponta que o campesinato, enquanto “expressão do atraso tecnológico, cultural e político” é visto como um potencial antirrevolucionário. Na mesma posição estariam os extrativistas, os povos indígenas, os quilombolas e o protagonismo das mulheres. Assim, o autor apresenta quarenta pontos para o início de uma ressignificação da reforma agrária e reconstrução de um projeto popular para o campo, dos quais destacamos oito:

19. Proponho que o processo de reforma agrária deva ser considerado num âmbito mais geral e como parte do complexo de lutas sociais, econômicas, políticas, ideológicas e ambientais pela terra. Não só a terra para produzir e dela se usufruir, mas a terra como totalidade planetária, ou, resumidamente, no âmbito das lutas pela terra.

20. Isso pressuporá que as lutas sociais e políticas pela reforma agrária a serem desencadeadas pelos trabalhadores rurais sem-terra (assalariados rurais, arrendatários, posseiros, parceiros, foreiros, camponeses com pouca terra...) devam ser organicamente articuladas com as lutas dos povos indígenas, dos extrativistas, dos quilombolas, dos ambientalistas, dos atingidos por grandes obras de infraestrutura, das mulheres e dos ambientalistas e articuladas com as lutas populares urbanas.

21. É nessa perspectiva que se poderá ressignificar a reforma agrária, ao concebê-la como uma parte de um complexo maior integrado e integrador que aqui eu passo a denominar “a reapropriação social da natureza”, ou seja, a negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas.

22. Essa sugestão de reapropriação social da natureza requererá, antes de tudo, ressignificar também a relação homem-natureza pela adoção do conceito de “produtividade biológica primária”, esta acrescida da criatividade e dos saberes populares na relação homem-natureza para a produção agropecuária e florestal, como fundamento para balizar a compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza. Isso exigirá considerar a natureza como portadora de direitos, negando as imposições ideológicas e econômicas do capital de considerá-la apenas como mercadoria.

23. Se, sumariamente, consideramos o processo de reforma agrária e, portanto, de mudanças na estrutura agrária do país no sentido de:

- democratizar a posse e o uso da terra no Brasil através de procedimentos desapropriatórios dos latifúndios por extensão e por exploração e a reorganização (reconcentração) produtiva e comunitária das unidades de produção minifundiárias; - e de estabelecer limites máximos de apropriação privada da terra diferenciada por nível regional e por biomas, numa contextualização mais ampla como a aqui sugerida. Então essas mudanças fundiárias deverão ser concebidas como uma dimensão particular no âmbito de um movimento social, étnico, racial, de mulheres e ambientalista para uma “reapropriação social da natureza” ou para o exercício do poder popular sobre os territórios rurais.

24. Mais do que um espaço geográfico diferenciado pela relação homem-natureza, um território rural é, antes de tudo, uma unidade de poder político e social, amplo senso. Ora, a pretensão de uma reforma agrária é a de que a área reformada e seus entornos se constituam num território sob o poder popular.

25. Mas, para que essa pretensão se viabilize, é deveras indispensável que a área reformada tenha sido conquistada e/ou legitimada não apenas pelos trabalhadores rurais sem-terra, lato sensu, mas pela aliança política tática com os

povos do seu entorno, de maneira que os denominados “assentados” se integrem na dinâmica mais ampla da reprodução social do campesinato, dos povos indígenas, dos extrativistas, dos quilombolas e respeitando os direitos das mulheres e da natureza.

26. Uma resignificação da reforma agrária, além da sua compreensão na relação homem-natureza anteriormente aludida, pressuporá considerá-la como uma reforma agrária não capitalista, nem regida pela lógica da ordem burguesa (CARVALHO, 2013a, p.134).

Os esforços para a construção de uma oposição à altura da complexidade adquirida pelo modelo do agronegócio, que possa oferecer um projeto alternativo e popular para a disputa de um modo de vida e produção no campo, se inicia, portanto, para o MST, no ano 2000, associado à emergência de uma frente diversa pela agroecologia que se forma no país, e se expressa na realização do I Congresso Brasileiro de Agroecologia – CBA, com a criação da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, congregando cientistas, acadêmicos, estudantes, técnicos e agricultores ecologistas e os Movimentos Sociais do Campo articulados pela Via Campesina (MST, 2015a). Surgem desta frente, escolas e cursos técnicos de agroecologia e se articulam no Paraná as primeiras Jornadas de Agroecologia⁴¹.

O posicionamento articulado anualmente pela associação desses movimentos – divulgado na carta da 14ª jornada de agroecologia, realizada em Irati-Pr entre 22 e 25 de julho de 2015 – traz como principais pautas a contraposição à “monocultura das ciências agrárias subordinadas ao agronegócio, ao latifúndio do conhecimento e da terra e à paralisação da reforma agrária”; e a atuação do Estado em favor do agronegócio, que favorece o domínio das empresas transnacionais sobre a agricultura, desmonta normas e permite a liberação de agrotóxicos já proibidos em outros países por seus efeitos nefastos à saúde humana e meio ambiente (MST, 2015b).

As pautas levantadas pelo projeto de Reforma agrária popular e a matriz produtiva agroecológica referem-se, assim, diretamente à postura compartilhada entre o MST e a Via Campesina sobre a Soberania alimentar, enquanto uma forma de combater o grande capital e as corporações transnacionais na agricultura. A agroecologia é defendida como a estratégia popular que disputa um projeto de direção nacional – articulada internacionalmente – para a agricultura. A convivência entre os dois modelos,

⁴¹Evento realizado anualmente pelo MST e a Via Campesina em conjunto com outras instituições vinculadas à questão camponesa, onde milhares de produtores rurais assentados ou acampados se reúnem para discutir propostas e trocarem experiências sobre práticas agroecológicas.

agronegócio e agroecologia, desta forma, é descartada e sublinhada a impossibilidade de conciliação, como encontramos na matéria veiculada pelo site oficial do MST:

Junto com a soberania alimentar, a agroecologia é parte da nova sociedade que queremos construir. Não há co-existência entre o agronegócio e a agroecologia. Esta é uma luta entre dois modelos diferentes e o agronegócio tem sido favorecido até agora. Os modelos são tão diferentes que não há nenhuma maneira que eles possam coexistir. O agronegócio apenas aceita a agroecologia como uma "agricultura sustentável" que não ameaça a estrutura de suporte do agronegócio e usa a agroecologia para se legitimar como "verde". Estes são dois pólos antagônicos da agricultura (MST, 2015c).

Na mesma direção, Peter Rosset, presidente da Via Campesina, atentou durante o seminário promovido pela FAO⁴² em 26 de junho de 2015 em Brasília para o fato de a questão agroecológica viver dois processos: um desencadeado a partir da institucionalidade, de Simpósios como o da FAO, que apostam na consolidação de uma agroecologia comercial e outro que parte dos movimentos sociais, que se caracteriza por ser composto “pelos saberes entre diferentes setores, como os camponeses, povos originários e trabalhadores rurais, que buscam alcançar o consenso de uma agroecologia transformadora, de resistência e de luta popular” (ROSSET, 2015). O presidente declara: “Estamos num momento da disputa entre essas duas visões da agroecologia, e nossa participação aqui é para travar essa disputa” (ROSSET, 2015).

No MST, o coordenador do Setor de Produção “Chicão” defende a luta pela agroecologia como um problema de toda sociedade, que não pode ser construída apenas pelo povo do campo, mas também não deve ser fruto da burocracia, dos “aparelhos do Estado”. Atenta para a necessidade de unirem-se as forças para a criação de um novo sistema de produção, um novo “sistema de vida” que não seja baseado na acumulação de capital (CHICÃO, 2014).

Eu sinceramente não acredito que haja grandes mudanças, seja com os atuais candidatos hoje à presidência da república, ou com outros que virão. As mudanças foram feitas pelo povo, nunca vieram da burocracia, dos aparelhos do Estado. O fator mais importante hoje é o povo se unir, se unificar em torno de propostas claras e ir pra rua defender essas ideias [...] É outra filosofia de vida, não é a filosofia do grande capital aplicada na agricultura, na indústria e no sistema financeiro (CHICÃO, 2014).

No embate político/ideológico entre o projeto da agroecologia e do agronegócio, onde os intelectuais deste segundo acusam uma incapacidade do primeiro em suprir as necessidades do campo e da cidade, alimentar a população e abastecer a economia; o MST

⁴²*Food and Agriculture Organization of the United Nations* (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – tradução da autora).

evidencia o contrário, apoiando seu discurso nas experiências práticas, como a produção de arroz orgânico no Rio Grande do Sul, que em 2015 fora a maior do país. São 4 mil hectares, mais de 450 famílias em 14 assentamentos, que tinham como meta em 2015, a produção de 443 mil sacas de arroz (MST, 2015d). A qualidade da produção é destacada pela direção do Movimento não só em relação à produtividade e características dos alimentos, mas nas relações de trabalho no ambiente de produção:

‘Essa forma de produção de arroz agroecológico representa uma das maiores experiências de cooperação agrícola do país, em que as famílias assentadas coordenam toda a cadeia produtiva’ explica o coordenador estadual do setor de produção do MST, Parda Martins (idem).

Tais experiências são argumentos do MST para a necessidade da Reforma agrária, como fundamento da produção agroecológica, que só a partir da sua efetividade a agroecologia passa a ser possível em larga escala (MST, 2015d). Outro fator considerado, é de que a conquista de cada latifúndio para a Reforma agrária pode representar uma derrota para o modelo do agronegócio, mas que se nos assentamentos as famílias continuarem aplicando “o mesmo modelo gerador dessa destruição”, recolocando o agronegócio e a Revolução verde em seu meio, acabará por fomentar a decomposição gradual das premissas do Movimento para os assentamentos e findará por se caracterizarem como “novos micro-latifúndios” (MST, 2009/2010, p.12).

As dimensões da agroecologia no campo da técnica e da organização do trabalho representam para o MST e a Reforma agrária o campo do “novo”, - que surge das contradições do velho - apresentando novas possibilidades para o campo e a sociedade. É o que aparece neste trecho de entrevista com o coordenador nacional do setor de produção:

Nós temos um conceito de agroecologia que é muito amplo. A agroecologia é uma ciência, um conhecimento dos povos tradicionais, e também um conhecimento científico. Nós entendemos que não há um avanço da agroecologia sem pensar na ciência como um todo.

Entendemos também que a agroecologia deve respeitar todo o conhecimento histórico da humanidade. Deve também ser um instrumento de luta política, porque entendemos que o problema não é puramente tecnológico. A agroecologia define um conceito de vida. Que é você viver dignamente, óbvio, e também respeitando o meio ambiente. E fazendo disso uma luta para construir uma sociedade diferente, porque não há possibilidade de produzir agroecologia plena num país onde predomina o grande capital.

Tudo que estamos fazendo é o novo que está surgindo dentro do velho. Esse sistema do agronegócio é um modelo velho que está caindo de podre. E surge o novo, que é a agroecologia. Esse é o elemento importante pra sociedade brasileira, para o mundo todo, que está surgindo o novo. (CHICÃO, 2014)

3.1.2 Coletivização, cooperativismo e agroecologia

A relação entre o “velho” e o “novo”, discutida no 4º congresso nacional do MST, se refere não só ao latifúndio e a formação histórica do Brasil, mas ao processo interno do próprio MST, pelo que passa, principalmente, o setor de produção. Enxergamos, através do que foi relatado sobre o histórico de construção dos assentamentos no MST, as mudanças nas formas de cooperação descritas pelos assentados, tanto em termos de projeto, como quanto estratégia de resistência diária, a necessidade de protegerem uns aos outros da repressão do Estado e dos proprietários de terras – especialmente durante os anos 1980 e 1990 – o que se tornou o princípio das atividades coletivizadas. Como vemos neste trecho de entrevista:

A necessidade fez com que o povo se organizasse, então quando saía, não saía sozinho. Então, em função disso acho que foi se desenvolvendo um espírito coletivo, entendeu? Então dentro do acampamento, ninguém fazia barraco isolado. Então o acampamento como é que era? Era tudo um perto do outro. Dentro do acampamento já tinha os grupos, né? Aí então meio que um protegia o outro. [...] Então foi surgindo esse espírito de cooperativismo, de companheirismo e tal” (ENTREVISTADA 1).

Aí quando nós chegava em cima da terra, a gente não tinha dinheiro pra nada, por isso que eu digo assim que surgiu de uma necessidade, na verdade né. Então como é que tu ia fazer uma roça? Tinha que fazer na enxada. Então pra fazer na enxada essa lavoura, já fazia em grupo. Por que? Porque daí já era todo mundo “ah, vamos fazer um alqueire de milho” e pegava uma pessoa pra fazer um alqueire, quanto tempo tu ia demorar? Agora se tu pegava um grupo de pessoas pra fazer um alqueire de milho, tu fazia num instantinho, né, na enxada. Eu lembro que no nosso grupo, nós fizemos quatro alqueires, tudo na enxada. Então foi surgindo esse espírito de cooperativismo (ENTREVISTADA 1).

A necessidade identificada nesse trecho vai ao encontro da distinção que faz Scopinho (2010) entre cooperação e cooperativismo⁴³, visto que, o que aparece aqui é a atribuição da cooperação decorrente das demandas emergentes para a manutenção do Movimento, para viabilizar a subsistência dos Sem-terra, e os projetos que dirige. Economicamente, a cooperação configura-se como uma estratégia de proteção dos

⁴³ Enquanto uma forma de vencer os obstáculos da competição capitalista, Scopinho (2010) atribui ao cooperativismo “oficial” o caráter puramente econômico, no sentido de minimizar perdas e maximizar ganhos em vista de mercados. Já a cooperação: “é (uma) ação social articulada, alinhavada por objetivos comuns para solucionar problemas concretos que, por sua vez, é aqui entendida em dois sentidos: (a) como ação-padrão, racionalmente construída à luz de um código e desenvolvida no interior de cooperativas por sujeitos inseridos numa certa divisão social do trabalho, os quais têm objetivos comuns e compartilham benefícios ou prejuízos de forma equitativa” (SCOPINHO, 2010, p.3). A autora analisa as cooperativas do MST, CPAs e CPSS, à luz desses dois modelos, e aponta que ainda que sejam consideradas em seu caráter inovador para as experiências de cooperativa no campo, seu contexto circundante lhes atribuiu um caráter contraditório, e as restringiu, dada a amplitude do movimento, à um pequeno número de assentamentos e militantes.

trabalhadores contra as adversidades historicamente vivenciadas pela pequena produção rural. É uma forma de administrar a escassez e enfrentar a pobreza, pois a quantidade de terra e os créditos recebidos do Estado para produzir são, individualmente, insuficientes. Neste aspecto, o cooperativismo desenvolvido pelo MST não se diferencia do cooperativismo tradicionalmente desenvolvido no Brasil, para Scopinho (2010, p.88) a diferença está na tentativa de rever o modo de organização da produção, incorporando os princípios da agroecologia e da cooperação.

O modelo de cooperativismo implantado nas CPAs, como vimos, foi insuficiente para suprir todas as demandas e construir relações de cooperação mais orgânicas, visto que as cooperativas depois de alguns anos de funcionamento passaram a ser criticadas pelos assentados, por desrespeitarem a vontade individual dos membros da base, tanto no controle da própria produção, como na organização do trabalho. Contudo, a valorização da cooperação enquanto modo de organização da vida econômica e societária permanece, inclusive cresce, mediante outras formas de canalizá-la.

A cooperação parece assim ganhar um novo sentido e novas dimensões com a adoção da agroecologia, enquanto traz para dentro da perspectiva dos trabalhadores rurais a necessidade de elaborar a partir de si mesmos uma oposição coesa ao latifúndio na feição do agronegócio, não só quanto à possibilidade de disputar lucros, mas na forma de plantar e produzir. A disputa passa então a ter o atributo de um choque de “racionalidades”, que se enfrentam na forma de lidar com a terra, na relação homem-natureza, na concentração de terra, no controle do mercado, na devastação da ecologia, no conflito com povos originários e no que é recorrente na fala dos Sem-Terra, na falta de seguridade da saúde humana:

Eu penso assim, que a agroecologia e a produção orgânica, ela tem, tipo assim, a gente não tem nem noção de bem que tá fazendo pro ser humano e quanto tá fazendo de bem pro meio ambiente. Porque tu vê o jeito que tá hoje as coisas, né. Tá se acabando tudo. A partir do momento que a pessoa começa a trabalhar a agroecologia, na propriedade, ela faz uma diversificação da produção que é fantástica. Por exemplo assim, ó, se tu pegar tem regiões que só planta soja, é só soja, cê vê a soja entrando na beira da casa assim. O pessoal planta, o que seria a monocultura, aí o pessoal esquece desse outro lado da produção. Quando entra na agroecologia, a pessoa começa a produzir todo tipo de verdura, a pessoa começa a produzir todo tipo de fruta, a pessoa começa a produzir vários tipos de animais pequenos, né. Aí já entra as plantas medicinais, por que já muito das plantas tu vai usar pra preparar calda, preparar remédio que é pra vaca, tu já usa pro ser humano também, então a agroecologia ela incentiva muito a diversificação da produção. Aí mesmo que as vezes a pessoa não tem “Ah, esse ano deu uma frustração de safra, um problema do arroz tá baixo e tal”, mas se ela tá dentro da agroecologia, ela tem 90% do que a família precisa pra

sobreviver, ela tem dentro da propriedade, ela não precisa buscar fora. Inclusive medicação, remédio.

[...] Então, esse sistema agroecológico, o sistema orgânico e agroecológico, pras famílias, pra agricultura familiar, é um negócio assim, que se o governo tivesse noção de quanto isso ajudaria o país, ele estaria com programa investindo, intensificando a parte de acompanhamento técnico, parte de apoio e tal... para que as famílias fizessem isso, fizessem essa transformação, saíssem desse convencional. Por quê? Porque é veneno, é uma monocultura, porque a família depende de tudo do mercado e a agroecologia não, a agroecologia a pessoa se auto sustenta dentro da propriedade e isso tiraria um monte, vamos dizer assim, tiraria um monte de gente do posto de saúde. Porque a gente sabe assim, que hoje, a saúde do ser humano, ela entra principalmente pela boca. (ENTREVISTADA 1).

3.1.3. Contra a “razão” do agrotóxico e do lucro acima da vida

A “campanha permanente contra agrotóxicos e pela vida”⁴⁴ que tem o lema “agrotóxico mata” da qual o MST é um dos membros⁴⁵, é um conjunto de elementos que exemplificam a oposição entre as formas de racionalidade. Tal campanha busca revelar o uso de agrotóxicos como o projeto de agricultura do agronegócio, reunindo dados, documentos e materiais que denunciam o caráter nocivo dos princípios do paradigma proveniente da Revolução verde, tanto em relação à saúde humana e animal, quanto aos danos ao meio ambiente. Neste cenário, a campanha aponta uma saída para a “vida” na agroecologia, reiterando o que está proposto no projeto de Reforma agrária Popular⁴⁶.

A “racionalidade” proposta pela agroecologia é apresentada enquanto o resultado de um processo que vem desde os anos 1960, com a expulsão dos trabalhadores do campo e o avanço da “modernização conservadora”. O que, segundo Wanderley (2011, apud NETO, 2016, p. 242) produziu entre os trabalhadores do campo a condição de trabalhadores sazonais e, em muitos casos, uma condição de expropriação definitiva. No entanto, em meio aos processos de expansão do capital na agricultura, a produção de alimentos não atrativos à produção em larga escala continuou a cargo da agricultura familiar⁴⁷ “camponesa”. A precariedade de condições, a inviabilidade de competir em

⁴⁴ Endereço eletrônico da campanha: <http://contraosagrototoxicos.org/campanha-permanente-contra-os-agrototoxicos-e-pela-vida/>

⁴⁵ Entre os membros do movimento estão: movimentos sociais e redes, Escolas, Universidades e Instituições de Pesquisa, Movimento Sindical e Entidades de Classe, Entidades, ONGs, Assessorias, Associações, Cooperativas, Movimento Estudantil, e Legislativo, nas figuras de deputados estaduais.

⁴⁶ Apresentado na página 27 deste trabalho.

⁴⁷ Este argumento, trazemos em dados na página 31, onde se diz: “Apesar de cultivar uma área menor de lavouras, a agricultura familiar é a principal fornecedora dos alimentos básicos para a população brasileira, em porcentagem, 87% da produção de mandioca, 70% feijão, 46% milho, 38% café, 34% arroz, 21% trigo e 16% soja (MDA, 2006).

grandes mercados, levou à práticas solidárias, sobretudo de criatividade entre os pequenos produtores (NETO, 2016, p.244). É interessante, sobre essa leitura, o que encontramos em entrevista: a forma de distinguir o agronegócio da agroecologia.

O que limita a inserção dos agricultores na agroecologia é esse certo receio de não conseguir comercializar. Vê, aqui no assentamento, as áreas de plantio são sempre as mesmas, e dentro também, as mesmas culturas. Há limitações grandes. Não há um interesse em diversificar, porque o camponês diz que **agricultura** não dá dinheiro, não dá retorno, não consegue tirar renda. Então, há aquele espírito do individualismo, forte, enraizado, que não consegue trabalhar em coletividade. Tanto no plantio, na colheita e na comercialização. **A outra coisa é a própria renda, “como é que eu vou me manter só da agricultura? Se eu plantei, durante toda a minha vida, dessa forma que eu aprendi com meu pai e minha mãe, que foi sempre assim e a gente nunca ganhou dinheiro, e agora depois de velho, eu vou mudar o jeito de plantar?** Então, os camponeses tem feito essas reclamações, né. Isso que tem ficado aberto pra discutir e fazer as experiências, as pequenas experiências, não consegue quebrar essa barreira [...] eu admiro muito a agroecologia, gosto da agroecologia, acho importante, fundamental, a gente discutir a agroecologia, mas também a preocupação que eu tenho, é a que muitos agricultores tem. Que é **“poxa, a gente pode fazer uma coisa grande, uma coisa maior, mas onde é que a gente consegue, vamos buscar estrutura, recurso, pra isso, né?”** Há muita limitação nesse sentido. E medo também e como falei antes, a própria assistência técnica também. Por mais que os agricultores, tenham a vontade de fazer desenvolver, mas é coisa nova pra ele, então como orientar? De fazer de forma correta. O fato da gente tá aberto pra discutir a agroecologia, pra produzir de forma ecológica, de forma orgânica, isso quer dizer que já é uma mudança muito grande. Pra mim, eu acho fundamental quando a pessoa está aberta à fazer, mas isso só não basta, precisa orientar. (ENTREVISTADO 4).

Referindo-se à agroecologia como a “agricultura” e ao agronegócio como a forma de ganhar dinheiro com o plantio, percebemos que há uma sensível diferença entre produzir e obter lucro com a comercialização dos alimentos. Há também, uma percepção de que para se “fazer grande”, a agroecologia demanda recursos dos quais não dispõe, o que veremos no terceiro capítulo quanto ao orçamento do Ministério do desenvolvimento agrário (MDA), que desde sempre fora muito inferior ao Ministério da Pecuária e abastecimento (MAPA). Os agricultores, dentro do movimento, mas também individualmente, não podem prescindir da renda no comércio dos alimentos, contudo, se a necessidade de obter renda com a colheita é um fator determinante quanto às condições objetivas da luta, o momento da produção é significativo para a transformação da racionalidade, na medida em que toma parte da perspectiva dos grupos subalternos, em que “relativiza” o modo de produção capitalista e desassocia a técnica dos interesses da classe dominante (SEMERARO, 1997, p.76), é o que conclui Semeraro (1997) ser fulcral na experiência de Gramsci com os Conselhos de fábrica em Turim, que se apresenta neste trecho do Caderno 9, onde diz:

[...] o nexo pode dissolver-se; a exigência técnica pode ser pensada concretamente separada dos interesses da classe dominante, não só, mas unida ao interesse da classe ainda subalterna. Que uma ruptura e nova síntese seja historicamente madura está demonstrado peremptoriamente pelo próprio fato de que um tal processo é apropriado pela classe subalterna, que por isso mesmo não é mais subalterna, ou seja, demonstra querer sair de sua condição subordinada (GRAMSCI apud SEMERARO, 1997, p. 76).

3.1.4. A vontade nacional-popular e as condições objetivas

Neste sentido, a organização da vontade a partir da necessidade que resulta de um drama histórico⁴⁸ corresponde materialmente ao que expomos neste trabalho como o papel que o MST busca desempenhar frente ao histórico do desenvolvimento socioeconômico nacional, à luz do conceito de vontade coletiva nacional popular que trazemos aqui. Referimo-nos, portanto, à construção de uma força política capaz de promover uma transformação na sociedade, vista a partir de uma relação entre as condições objetivas e subjetivas, que exercem uma “dupla determinação da vontade” (GRAMSCI, 2007, CC13, §33, p.16 *et seq.*). A construção deste conceito por Gramsci se dá em contraposição às ideias incipientes e espontaneístas que via em Sorel⁴⁹, quando

⁴⁸ Sobre o papel do “moderno príncipe” na direção da vontade coletiva, Gramsci adverte que as metas da vontade devem ser “concretas” e “racionais”, portanto, devem partir de episódios e conexões causais reais, postas pela realidade histórica, segundo o autor “O moderno ‘Príncipe’ deve ter uma parte dedicada ao ‘jacobinismo’ (no significado integral que esta noção teve historicamente e deve ter conceitualmente), como exemplificação do modo pelo qual se formou concretamente e atuou uma vontade coletiva que, ‘pelo menos em alguns aspectos’ foi criação ‘*ex-novo*’, original. E é preciso também definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno, ‘a vontade como consciência operosa da necessidade histórica’, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (GRAMSCI, 2007, CC13, §33, p.16 *et seq.*).

⁴⁹ O teórico francês do sindicalismo revolucionário George Sorel, tem grande contribuição e influência na obra gramsciana quando faz uma introdução ao livro de Renan *La Riforma intellettuale e morale*. O autor apresenta a leitura do conceito como uma reivindicação da necessidade de uma moderna reforma religiosa protestante como antídoto à raquítica coesão nacional e popular, que vivia a França em sua época (GRAMSCI in FROSINI, 2016, p.680). Sorel considerava que a revolução ocorreria, antes de tudo, na consciência. Assim como Gramsci, o autor rejeita a cientificidade econômico-material de um dado marxismo, apontado por ele como exemplo o economicismo do tcheco-austriaco Karl Johann Kautsky “Em Sorel, haveria a idéia de que existe um valor moral a ser resgatado através do mundo do trabalho. Tal restauração moral dever-se-ia realizar por meio do progresso da sociedade em direção a uma forma organizativa mais elevada, em que “o novo protagonista da história, o proletariado, deverá realizar, contra o egoísmo da sociedade burguesa-industrial, a ética do socialismo” (SOREL in GALASTRI, 2007, p.17). Segundo Leandro Galastri, para o autor francês - que dentre outras fases, vive uma marxista - o marxismo é carente de uma percepção subjetiva da realidade, com isso apresentava “apenas um método de aproximação da realidade” através de teorias centrais como a do valor, da pauperização, da concentração das riquezas e da produção. (SOREL in GALASTRI, 2007, p.19). Sendo oposição para o pensamento “cientificista” de Kautsky, Sorel quer trazer à senda marxista as condições instintivas para a revolução, que na sua percepção emergiria num momento de greve geral, como fruto da constante prática política sindical, é esta sua ideia de “mito”, o que promoveria a compreensão da ordem social capitalista, impulsionando sua superação. (GALASTRI, 2007) O ‘mito’ é, em última instância, a manifestação coletiva do que Sorel chamou “espírito de cisão”. Termo coincidente - somado às indicações d’O Príncipe, de Maquiavel - à orientação de Gramsci para o princípio revolucionário de toda a filosofia da práxis, em se afirmar como uma “completa cisão com o velho mundo” (GRAMSCI, 1999, CC11, §27, p.152). Esta “cisão” no entanto, pressupõe que tal filosofia se expresse como elemento de separação e distinção consciente entre dois

adverte que as metas da vontade devem ser “concretas” e “racionais”, ou seja, devem ser organizadas a partir do conhecimento das condições causais postas objetivamente pela realidade histórica (COUTINHO, 2009, p.4 *et seq.*).

Não queremos com isso dizer que seja o MST a única organização protagonista do “drama histórico” que vive o Brasil, mas que a compreensão para qual se direciona o projeto atual do Movimento está profundamente imbricada no entendimento da ‘vontade como consciência operosa da necessidade histórica’ (GRAMSCI, 2007, *Op cit.*). Consciência que pode ser identificada neste trecho de entrevista:

Então a reforma agrária popular, ela é o que jamais na história do Brasil, outras organizações conseguiram construir. Isso só é possível, a reforma agrária só é possível se a gente construir parceria, não é o MST sozinho que vai conseguir fazer que a reforma agrária aconteça. A reforma agrária ela não é a construção do socialismo, mas ela é um mecanismo que temos pra chegar ao socialismo. Então se a gente contemplar todas as partes, todos esses elementos, que compõem a reforma agrária popular, a gente tá dando um passo à frente no socialismo e isso só é possível com as parcerias, com as universidades, com os parceiros, com os amigos, com os professores, com as outras organizações sociais. A reforma agrária não é só construir e consolidar o MST, mas é construir e organizar outras organizações, e tentar fazer com que essas outras organizações, elas possam também caminhar junto. A exemplo do MAB, do MPA, a exemplo dos Sem-teto lutando pela moradia. A reforma agrária popular tem espaço para que a gente possa construir um projeto de futuro, uma visão do horizonte, “o que é que nós queremos pro nosso horizonte? O que é que nós queremos que os nossos parceiros, nossos primos, nossos amigos, que lutam também pela reforma agrária, que lutam pela terra, que lutam por casa, que lutam por agroecologia querem fazer? Como é que nós podemos ajudar? É um pouco isso assim, sem ter medo de errar, a reforma agrária popular é a construção da mudança, do novo homem, da nova mulher, o processo de construção de uma nova geração de indivíduos que o Brasil precisa (ENTREVISTADO 4).

Forma-se assim, no horizonte da oposição entre o agronegócio e a agroecologia, um novo projeto para agricultura brasileira (e latino-americana) que se enfrentam no âmbito nacional e internacional da economia, onde o primeiro visa a associação com o grande capital através dos pacotes técnicos, a concentração e estrangeirização de terras; e

campos adversários, como uma profunda crítica à racionalidade dominante vigente. Neste sentido, o autor italiano fará importantes considerações ao pensador francês, coloca Del Roio: “Entretanto, essas lentes não são suficientes para enxergar que não basta a negação radical da ordem. É preciso também, e ao mesmo tempo, que se materialize a nova subjetividade, o que significa organizar a vida material e cultural sobre novas bases. A negação da velha ordem significa também a elaboração teórico-prática de um projeto de nova vida. Não um projeto em abstrato, mas construído segundo a condução possível do movimento do real e que parte “do acordo alcançado nas vontades associadas” (GRAMSCI in DEL ROIO, 2007, p.70) Para o italiano, a ação espontânea defendida pelo sindicato revolucionário, baseada no mito da greve geral, não seria capaz de conduzir a vontade coletiva à mudança estrutural. À mercê do espontaneísmo das massas, a vontade coletiva não ultrapassaria a fase primitiva de sua formação, sendo assim, sem uma ação estratégica, a força impulsionada pelo mito se extinguiria no momento seguinte ao de seu auge (GALASTRI, 2007, p.7). Sorel, encerra, neste caso o que é apenas o começo para Gramsci, daí em diante o processo revolucionário passaria pelos demais momentos das relações de força, o que demandaria organização, disciplina e combatividade permanentes.

a agroecologia, como fruto da Reforma agrária popular, que centraliza a participação popular e o modo de vida dos grupos sociais em luta pela terra como fundamento democrático para o campo, mas que para além disso, busca a associação à outros movimentos e organizações que colocam como horizonte a democracia e as questões nacionais como pauta de luta.

3.1.5. O projeto popular do MST

Para o MST, O novo modelo de produção agrícola e o projeto popular da Reforma agrária tem importância enquanto faz parte da construção de um projeto popular que “recupere a soberania nacional” (idem), essa seria, junto à outras forças políticas, a aposta do Movimento para os próximos “meses e anos”⁵⁰, divulgada no *Manifesto ao povo brasileiro* elaborado no 4º congresso nacional do MST em fevereiro de 2000. A definição atual do Projeto popular se resume no site oficial do Movimento como:

O Projeto Popular para o Brasil é um projeto político de um conjunto de forças sociais que lutam por profundas transformações da sociedade brasileira. A base do Projeto Popular se baseia no conceito de Povo Brasileiro, por representar a razão e o sentido de nossa luta e fundamentar nossa autoestima e nossa própria identidade.

Trata-se de um programa político que direciona nossa tática e estratégia, ao representar e sintetizar a unidade entre diversas forças sociais de esquerda. O centro de nossa luta está em organizar uma alternativa popular que recoloca na ordem do dia a necessidade de alterar o sistema de poder para realizar mudanças estruturais. O cumprimento dessa tarefa histórica exige trabalhar centralmente na construção de uma força social capaz de atuar de maneira decisiva num reascenso da luta de massas. Em suma, o Projeto Popular para o Brasil implica num país politicamente democrático, justo economicamente, sob uma sociedade equitativa e solidária e que respeite e incentive a pluralidade cultural, e em harmonia com o meio ambiente (MST, 2018c).

O conteúdo do conceito de “povo brasileiro” apresentado nesta definição do projeto é trazido pelo Movimento de diferentes formas em diferentes momentos, em sua grande maioria dentro de uma relação de disputa e oposição, como os “de baixo”, “elite e povo”, “burguesia e trabalhadores”, conjunto de grupos sociais que compõem a base da Reforma agrária popular (Sem-terra, comunidades originárias, povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, geraiszeiros, quilombolas, movimento de mulheres), como a

⁵⁰ Apesar de esta “aposta” depositar grande parte de seus esforços à candidatura do Partido dos Trabalhadores (PT), que se confirmou vitoriosa dois anos depois, gerando uma série de contradições internas, fato é que o movimento permaneceu construindo seu projeto dentro de uma premissa popular, o entendimento dessa premissa, contudo, será objeto de nossa discussão no próximo capítulo.

“parte da sociedade” que se mobiliza dentro da luta de classes, o que podemos verificar neste trecho de entrevista:

O nosso congresso do MST, e outras mobilizações que estão acontecendo demonstram que o povo está querendo fazer luta, tá querendo mudança, tá querendo dar um passo à frente, ou dar dois passos à frente. O importante não é a quantidade de pessoas que se mobiliza. O mais importante é a proposta e a firmeza daqueles que se mobilizam para conquistá-la. Toda sociedade nunca vai se mobilizar, sempre vai ser uma parte dela. E é essa parte que se mobiliza hoje é a parte que está mais organizada na sociedade, do ponto de vista da luta de classes (CHICÃO, 2014).

No *Caderno de formação 38 (2009)*, o conceito sobre a “base” na proposta popular é discutido e precisado no entendimento do Movimento como:

Base quer dizer fundamento, alicerce, sustentação, início, parte indispensável. Na origem da palavra base o significado é andar sobre os próprios pés. Na história do Movimento Popular, a palavra base foi juntando vários significados, um completando o outro.

- base da pirâmide – nasce de uma análise da sociedade capitalista, dividida em classes, onde a classe trabalhadora produz as riquezas e a classe proprietária (das terras, fábricas, bancos...) se apodera dos frutos do trabalho. Nesse modo de ver quem trabalha é a base do mundo. Ao descobrir a força que têm, pode derrubar a velha pirâmide e organizar uma sociedade sem opressão.

- comunidade de base – Nasceu com a experiência da população se mexendo para resolver um problema concreto de um bairro ou localidade (luz, água, asfalto, saúde, festa). Tomou força com as CEBs que levou os cristãos ao compromisso social, a partir da sua fé evangélica.

- categoria profissional – Na reconstrução das organizações populares, sobretudo os sindicatos, a palavra base passou a significar o conjunto de pessoas que têm a mesma profissão e os mesmos interesses econômicos, mesmo que não sejam filiados, nem se mobilizem.

- opção política – O crescimento da luta popular mostrou que não basta a pessoa trabalhar ou ser explorada para ser militante da transformação social. Base, então, passou a significar a parte do povo que toma consciência da opressão e se engaja num processo de construção de uma sociedade solidária. Qualquer pessoa, não importa a origem, pode ser base desse projeto político alternativo ao capitalismo.

Base é o povo que produz as riquezas e é explorado e manipulado pelas elites dominantes, em todos os espaços. Significa começo, sustentação, algo indispensável que não pode faltar. Mas, é, sobretudo, aquela parte da classe oprimida que se dispõe e dar sustentação a um processo de mudança, sempre (MST, 2009, p. 30).

O projeto de “Reforma agrária popular!”, neste sentido, apresenta como “base” uma aliança entre os Sem-terra, comunidades originárias, povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, geraizeiros, quilombolas, movimento de mulheres. Essa aliança é tomada como fonte original de conhecimento para a nova matriz de produção, portadora de um projeto para agricultura e para a sociedade. Grupos sociais antes considerados detentores de um potencial antirrevolucionário inerente, ganhariam, desta forma, centralidade na

nova proposta de transformação no campo, bem como do país (Cf. CARVALHO, 2013a, p. 130), buscando formar um vínculo entre a resistência imposta à trajetória de tais grupos e um caminho para autonomia num projeto popular.

3.2 Estratégias para o Movimento popular

A característica “popular” do projeto de Reforma Agrária do MST, como trazido, corresponde na produção à matriz agroecológica. A aplicação prática deste paradigma, contudo, vai além do setor produtivo e exige mudanças na formação dos intelectuais e dirigentes do MST em aspectos técnicos e político-pedagógicos. A necessidade de tais mudanças surgira, sobretudo, das críticas apresentadas por militantes e assentados ao modelo de cooperação das Cooperativas de Produção Agrícolas (CPAs) inspirado nos princípios do marxismo agrário, principalmente a influência d’*A Questão agrária* elaborada por Kautsky⁵¹, que teria, na realidade brasileira, provocado uma série de contradições que obstaculizavam a autonomia do Movimento, a horizontalidade entre militantes e assentados, e o modo de vida dos agricultores. Apontou-se um entrave prático entre os pressupostos que Kautsky observava no contexto nacional e internacional da Rússia de sua época e o que encontra o Brasil no fim do século XX e atualmente.

No *Caderno de formação 38 (2009)*, encontramos as orientações para a reestruturação das estratégias de organização interna a partir do que fora avaliado no 4º congresso nacional em fevereiro de 2000. O conteúdo trazido pelo material prioriza, sobretudo, a relação entre direção e base e as premissas para construção da coletividade. Destarte, apresenta-se logo na introdução do *Caderno* a centralidade da unidade dialética entre teoria e prática, intelectuais e base, para “superar deficiências e limites” do Movimento em busca de um “salto de qualidade orgânico” que precisa ser dado dentro

⁵¹ Karl Kautsky (1854-1938) buscando dar continuidade às ideias de Marx em seu livro *A Questão Agrária* (KAUTSKY, 1972), realiza uma minuciosa análise da evolução da agricultura capitalista na Europa. No que observa que para dar um primeiro passo para a agricultura socialista seria necessário a extinção da propriedade privada terra, caso contrário, se estaria fomentando relações capitalistas no campo. Decorrente à isso, o autor afirma a inviabilidade do modo de vida camponês, que com essa prerrogativa fica impossibilitado de sua reprodução. No entendimento do autor, nas vias do desenvolvimento capitalista, o modo de vida camponês se extinguiria pela supremacia econômica e tecnológica dos grandes produtores e pela via socialista, a terra não poderia ser um bem privado. Destarte o caminho para o camponês, seria o de se proletarianizar, uma vez que “A característica do socialismo moderno é a posse dos meios de produção pela classe operária: por conseguinte, numa comunidade socialista, pela coletividade” (KAUTSKY, 1972, p. 123). Kautsky acreditava, sobretudo, que a agricultura industrial era uma condição nova, científica e racional que revolucionaria o manejo e plantio no campo, superando em todos os sentidos a pequena exploração camponesa (KAUTSKY, 1972, p. 164).

da luta de classes, para que se “acumule” e “aumente” sua “força social” (MST, 2009, p. 8).

Vivemos em uma sociedade que praticamente separou dois aspectos que devem – do nosso ponto de vista – ser uma unidade dialética: teoria e prática. Referimo-nos à separação entre os que pensam, dirigem, e os que fazem, executam. A separação entre o trabalho intelectual e o trabalho braçal. Não podemos repetir essa prática nas organizações que buscam a transformação dessa sociedade.

Buscando cada vez mais a superação dessa dicotomia, é que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, sempre tem se preocupado em articular as duas esferas. Por isso o estudo é fundamental. A apropriação do conhecimento científico, das experiências históricas, das estratégias de lutas, dos métodos de trabalho e direção, de organização e também de formação política são condições essenciais, para o avanço da organização em que os seus partícipes se transformam em sujeitos políticos com capacidade de pensar, elaborar e fazer (MST, 2009, p. 7).

A “metodologia popular” é na sequência apresentada como uma pedagogia que não se resume a um “método cheio de técnicas”, mas que se caracteriza pela necessidade de se viver e “encarnar” os princípios do método, como uma “concepção de mundo”. O princípio da metodologia popular, segundo traz o *Caderno*, se resume na máxima oriunda do *Manifesto do partido comunista* de K. Marx e F. Engels, “A emancipação da classe operária será obra da própria classe, ou, não haverá emancipação” (idem, p. 9). Deste modo, a marca da organização popular é tida por: “seu enraizamento na vida da população, animando e organizando os trabalhadores na busca de solução para seus problemas” (idem, p.24). O trabalho de base visto como a necessidade de “romper a prática da classe dominante” articulando de forma direta os elementos que compõem o cotidiano onde acontece “a luta pela vida” (idem).

3.2.1 O senso comum e a educação popular

Na unidade sobre os “princípios do trabalho popular” a orientação para o trabalho de base apresenta uma série de questões que devem ser objetivo e finalidade dos dirigentes e militantes do MST. O terceiro ponto, por exemplo, versa sobre a necessidade de “Desmontar a visão mágica” partindo da simulação de uma situação onde o militante chega para trabalhar numa área onde a espoliação, repressão, opressão do povo é tão grande que a comunidade, pela necessidade de sobrevivência, mergulha numa “visão alienada do mundo”, onde Deus é o responsável por toda aquela miséria (MST, 2009, p.14). Neste caso, atenta-se para que o primeiro passo não deve se basear num apelo teórico-científico – que chegará num outro momento, neste caso, na exposição sobre a “luta de classes” – mas também não deve se acomodar às elaborações acríticas que se

acumulam na vida prática das massas – o que num segundo momento é denominado como basismo⁵². Diante disto “[...] há duas possibilidades de errar: a) acomodar-se ao nível da compreensão da comunidade e passar a dizer que, na verdade, é Deus mesmo que quer isso; b) ou arrebentar com Deus e dizer que o culpado é o imperialismo” (MST, 2009, p.15). A saída para o dirigente, neste caso, é apresentada no próximo ponto: “Partir do nível da massa”, que a partir de um diálogo exemplo entre o que é designação divina e produção humana (Cf. *idem*, p.17), chega-se à esta conclusão:

Seria idiotice minha se eu dissesse que era o patrão imperialista yankee. O cabra ia dizer *o quê, onde mora esse homem?* A transformação social se faz com ciência, com consciência, bom senso, humildade, criatividade e coragem. É trabalhoso, não se faz na marra. O voluntarismo nunca fez revolução, em canto nenhum, nem o espontaneísmo. Transformação social implica em convivência com as massas populares e não a distância delas (*idem*).

A tarefa de “desmontar a visão mágica” é, notadamente, uma tarefa desafiadora para os intelectuais do MST e um dos principais pontos de intersecção com a obra gramsciana, enquanto correspondem substancialmente às problemáticas do “senso comum”. Tendo em consideração a história fragmentada das classes subalternas como característica de sua própria situação atual, submetida à exploração e opressão, Gramsci, evidencia a ausência da crítica na visão de mundo que acomete as massas, uma vez que, submergida desde seu grupo de origem em uma percepção dominante da vida e das relações, compartilham o mesmo modo de pensar e agir com a classe que antagonizam (Cf. ALIAGA, 2008, p.102), por isso afirma: [...] continuamente “somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos” (GRAMSCI, CC 11, § 12, p. 94)

Uma das iniciativas para organização da vontade, atribuída por Gramsci à função dos intelectuais dentro do partido, portanto, consiste na crítica do senso comum, que como produto do devir histórico, aparece enquanto um “nome coletivo” (GRAMSCI, 1999, CC11, §12, nota 4, p. 96). Como sedimento das correntes filosóficas precedentes, o senso comum compõe-se de muitos elementos conservadores, desta forma, tende a negar constantemente a “existência objetiva da realidade”. No entanto, Gramsci considera que

⁵² Sobre o conceito de basismo, se diz :“Mas, existe também outro equívoco que chamamos basismo: ou você está na base, o dia todo, a noite toda, mora lá, morre lá ou não dá palpite nunca! Isso é conversa fiada, não dá certo! Esse negócio de superestimar a massa popular é um elitismo às avessas. Não há porque fazer isso. Tenho claro que sou intelectual de mão fina. A sociedade burguesa em que me constitui como intelectual não me poderia ter feito diferentemente. Ou a gente é humilde para aceitar uma verdade histórica que é o nosso limite histórico ou, nos suicidamos. E eu não vou me suicidar porque é dentro dessa contradição que me forjo como um novo tipo de intelectual. E tenho uma contribuição a dar a massa popular” (MST, 2009, p.18).

o senso comum não é algo rígido e imóvel, mas está em constante transformação e é enriquecido por opiniões introduzidas no costume que têm seus fundamentos na ciência e na filosofia (LIGUORI, 2017b). Observamos o exercício do senso comum no MST, por exemplo, nessa fala de um assentado no Paraná:

Na verdade, o agricultor... o camponês! Acho que vocês entendem isso, né. Que o camponês ele é um sujeito por natureza, é simples, é conservador, desconfiado, ele é o tipo que ele não tá, ele foi criado num sistema, que ele não é cabeça pronta pra aceitar o novo, de maneira, assim, de cara. Você chegar e dizer assim “Olha, você agora, você não vai mais tirar o leite, e simplesmente lavar, você vai ter que “secar com a toalhinha”, pro agricultor isso aí é frescura. O agricultor é o sujeito que não aceita a mudança de maneira brusca, né? Pra ele entender e aceitar, leva um longo período. Até você convencer “ó, queimar não faz parte mais” você tem que adotar um outro sistema. Então, a cabeça do camponês é uma cabeça, aceitar, sabe, aceitar o trabalho associativo, isso aí na cabeça do camponês é uma coisa difícil que no trabalhador urbano já não é tanto, que ele é criado num sistema aonde que o trabalho é cooperado, né. O agricultor é individualista, ele tem essas dificuldades mesmo, né (ENTREVISTADO 3).

O material coletado em entrevista salientou na pesquisa o desafio posto ao Movimento para lidar com as concepções de mundo acrílicas do senso comum, não apenas o senso comum das classes subalternas do campo, em relação à formas tradicionais de viver e produzir, mas também as concepções de mundo que se apegam ao individualismo como segunda natureza, presentes entre os agricultores assentados e entrevistados, que aparecem nas entrevistas como um problema do MST em dimensão nacional, ao observamos a similaridade na fala deste outro militante do Movimento na Paraíba:

O que limita a inserção dos agricultores na agroecologia, é esse certo receio de não conseguir comercializar. Vê, aqui no assentamento, as áreas de plantio são sempre as mesmas, e dentro também, as mesmas culturas. Há limitações grande. Não há um interesse em diversificar, porque o camponês diz que agricultura não dá dinheiro, não dá retorno, não consegue tirar renda. Então, há aquele espírito do individualismo, forte, enraizado, que não consegue trabalhar em coletividade. Tanto no plantio, na colheita e na comercialização. A outra coisa é a própria renda, “como é que eu vou me manter só da agricultura? Se eu plantei, durante toda a minha vida, dessa forma que eu aprendi com meu pai e minha mãe, que foi sempre assim e a gente nunca ganhou dinheiro ... e agora depois de velho, eu vou mudar o jeito de plantar? Então, os camponeses, tem feito essas reclamações, né. Isso que tem ficado aberto pra discutir e fazer as experiências, as pequenas experiências, não consegue quebrar essa barreira [...] eu admiro muito a agroecologia, gosto da agroecologia, acho importante, fundamental, a gente discutir a agroecologia, mas também a preocupação que eu tenho, é a que muitos agricultores tem. Que é “poxa, a gente pode fazer uma coisa grande, uma coisa maior, mas onde é que a gente consegue, vamos buscar estrutura, recurso, pra isso, né?” há muita limitação nesse sentido. E medo também e como falei antes, a própria assistência técnica também. Por mais que os agricultores, tenham a vontade de fazer desenvolver, mas é coisa nova pra ele, então como orientar? De fazer de forma correta. O fato da gente tá aberto pra discutir a agroecologia, pra produzir de forma ecológica, de forma orgânica, isso quer dizer que já é uma mudança muito grande. Pra mim, eu acho fundamental quando a pessoa está aberta à fazer, mas isso só não basta, precisa orientar (ENTREVISTADO 4).

A consciência do próprio agricultor de que ele (ou o camponês) é um sujeito culturalmente conservador está presente em todas as entrevistas coletadas até o momento. Nos encontramos com ela tanto em relação ao trabalho coletivizado nas CPAs, como enquanto uma dificuldade para se trabalhar a agroecologia. O agricultor assentado frequentemente é tratado como um sujeito resistente à mudança e pouco disposto à instabilidade, neste sentido “teme” o trabalho cooperativo, porque, segundo vimos em outra entrevista, se sente sujeito a voltar à uma condição que tinha antes de entrar para o MST, de “empregado do senhor de engenho” e resiste à agroecologia porque “teme” não conseguir a mesma rentabilidade no seu sítio, como está garantido com o uso de insumos e agrotóxicos.

3.2.2 A luta de hegemonias na consciência popular

Há uma grande vantagem do senso comum do agronegócio enquanto “tech”, “pop” e “riqueza do Brasil”⁵³ no convencimento e a adesão dos assentados, uma vez que o conhecimento e métodos tradicionais na agricultura remetem diretamente ao atraso, à modos de vida arcaico, enquanto a imagem do agronegócio fora construída sob o símbolo do progresso. Esse embate, por sua vez, remete à outra questão presente no pensamento gramsciano, sobre a necessidade de ao se propor uma concepção de mundo subalterna, se criticar a concepção de mundo dominante, mas sobretudo enquanto matéria da sua própria concepção de mundo. Isso significa, portanto:

[...] criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica (GRAMSCI, 1999, CC11, §12, p. 94).

Assim, se tem como tarefa dentro do MST a reelaboração entre os intelectuais e a base do que é “bom” e “moderno”, o desafio de desmontar a lógica dominante de que o agronegócio enquanto uma alocação do “progresso” seja a alternativa “segura” para a vida da classe subalterna no campo. Neste caso, os intelectuais no MST têm a função crítica e pedagógica de elaborar o senso comum e intervir na reprodução da concepção dominante entre a produção do Movimento, diante não apenas das questões técnicas, mas sobretudo político/ideológicas. O que não seria possível a depender da formação

⁵³ Campanha publicitária produzida e veiculada pela Rede Globo de televisão.

convencional dos profissionais de “assistência técnica” nos programas do Estado para agricultura. É o que se relata da experiência nos assentamentos:

[...] o programa de “ATER’s⁵⁴”, o profissional, ele anda com um “cabriolé”, um animal de carroça, ele tem um plano de trabalho, que ele tem que cumprir [...] você tem um plano de trabalho, que não deixa espaço, não deixa brecha, pra você “fazê”, então, é muito difícil a assistência técnica.”

[...] Outro gargalo também, né, aqui no estado, é essa falta de profissionais, mesmo, no sentido da disponibilidade. A maioria dos profissionais estão abertos pra fazer o debate, fazer, fazer o diálogo, intercâmbio, mas quando se diz “olha, tem que trabalhar e fica vários meses ou dias, sem receber dinheiro, ajuda de custo...” então, tem limitações e aí “nem relógio trabalha de graça” né?” (ENTREVISTADO 4).

Há, portanto, o processo educativo que ocorre no interior da disputa entre concepções de mundo, no fornecimento de elementos teóricos/práticos e científicos para a crítica do senso comum que entende a agroecologia como uma ciência “não-confiável”. Ou seja, é preciso garantir um suporte técnico para a produção dos agricultores assentados/ocupados, mas, sobretudo, é necessário comprovar a agroecologia enquanto projeto, enquanto uma realidade possível de universalização, como uma proposta de agricultura segura para toda a sociedade.

A necessidade de que este processo tenha um sentido democrático e “encarnado” na perspectiva popular, o que está presente no princípio de “partir do nível da massa” do *Caderno de formação 38* (2009, p.15), aparece em Gramsci como a tarefa dos intelectuais na formação dos sujeitos, de realizar a passagem do senso comum para o “bom senso”, para uma concepção coerente, capaz de unificar a vontade dispersa das massas. O alcance dessa transformação será o momento em que a base de massa possa atingir uma elevada consciência, capaz de criticar a própria concepção de mundo, tornando-a unitária e coerente, desta forma, será possível a qualquer membro, desempenhar funções intelectuais dentro da organização.

[...] o bom senso caracteriza-se pela elaboração da consciência histórica dos conceitos e fatos, ou seja, compreende-se a historicidade dos processos sociais, o que permite também a compreensão de que certa concepção de mundo está ligada a determinada classe, isto implica no início da elaboração da consciência de classe (ALIAGA, 2008, p.102).

Para tanto, Gramsci diz ser necessário que os intelectuais dentro da organização, sejam intelectuais orgânicos da massa, capazes de promover tal passagem. Trata-se, neste caso, de conhecer a concepção de mundo dos grupos subalternos, a história e a cultura

⁵⁴ Assistência técnica e extensão rural.

popular, dentro de qual realidade histórica e material ela se forma, como se articula com a concepção dos intelectuais e projetar o alcance de sua transformação – o que também está presente no *Caderno de formação 38* (2009) na relação entre “elitismo e basismo” e na necessidade de “um novo tipo de intelectual” (Cf. MST, 2009, p.18).

Neste sentido, as pressuposições das bases científicas da agroecologia, pautadas no modo de vida do agricultor, no acúmulo de conhecimento provindo da lida com a terra, contribuem para esta perspectiva na medida em que estabelecem o centro da atividade científica no modo de vida no campo. Resgatando algo que até então fora considerado uma não ciência, ou uma “ciência menor”, mas que numa leitura atenta, poderia ser associada ao que Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* chamou de “núcleo sadio” do senso comum, quando ao “tomar as coisas como filosofia” se busca um fundo racional aos acontecimentos, deixando de se levar por “Impulsos instintivos” (GRAMSCI, 1999, CC11, §12, p. 98).

3.3 Estratégia popular e democracia

As questões orgânicas e democráticas aparecem no material de “metodologia popular” do MST tratadas de forma bastante similar à que conceitua Gramsci, definidas como parte da elaboração de uma nova concepção de mundo das classes subalternas. Este entendimento é trazido em pontos do *Caderno 38* do MST quando, por exemplo, é tratado como aspecto fundamental a questão de que os intelectuais dentro do Movimento tenham a consciência da sua função orgânica junto da base, no que se sublinha o papel da “Educação como ato político” coerente com o Movimento de organização popular onde “não adianta o discurso revolucionário com uma prática reacionária” (MST, 2009, p.19). Por isso os intelectuais ao assumirem esta postura devem estar atentos “a marca do autoritarismo” que se reproduz no Brasil constantemente, mesmo nos movimentos de esquerda e que provocam o “silêncio do povo” (Cf. idem).

Encontramos na segunda parte do *Caderno 38* (2009) textos escritos, em sua maioria, por Ademar Bogo, um dos líderes do movimento, para cursos de capacitação e formação de dirigentes e militantes do MST entre os anos de 1999, 2000, 2001 – período anterior e subsequente ao 4º congresso nacional do MST - e 2008. Os títulos “Como Fazer uma Reunião”, “O papel da formação no trabalho de base”, a importância da mística em

“A Mística: parte da vida e da luta” (Cf. MST, 2009), apesar de alertarem para a importância de não serem tomados como “receitas”, trazem as aplicações práticas da primeira parte do *Caderno* (voltada aos princípios do trabalho de base) aproximadas ao contexto do MST, incorporando alguns desafios e características próprios do Movimento, como a Mística. Da mesma forma, é possível identificar elementos que fazem parte do “balanço crítico” do MST no período advindo de críticas ao dia-a-dia nas CPAs, bem como, da estrutura interna no geral – que aparecerem de forma mais pontual nesta parte do *Caderno*, como no item “não saber combinar atividade de direção com ação de massas”:

É fundamental evitar o assistencialismo no trabalho de massas, isto traz consequências graves para o futuro tanto na fragilidade da organização quanto para inibir o desenvolvimento da consciência política dos trabalhadores. O assistencialismo serve aos líderes personalistas por isso é prejudicial também para se confirmar o método de direção democrático e participativo. Por isso nunca se deve: • negociar pelas massas • resolver pelas massas • decidir pelas massas • radicalizar pelas massas, são formas de impedir o crescimento político ideológico da organização, e querer transformar o líder em figura mais importante que as instâncias e a própria organização (MST, 2009, p.96).

Este discernimento vai ao encontro do que Gramsci formula sobre a hegemonia enquanto relação pedagógica. Não se restringindo às relações especificamente “escolares”, é a consciência de que como um vínculo recíproco “todo professor é aluno e todo aluno, professor”. O contato entre intelectuais e simples, assim, é profícuo na aplicação da metodologia popular para a agroecologia pelo fato da experiência de vida dos assentados/agricultores no campo representar um conteúdo desenvolvido de forma não-convencional na agricultura, que embora não sem conflitos e rupturas, ajudam a “amadurecer” a construção de um novo projeto para o meio rural, uma nova concepção de vida nesse espaço. Essa relação oferece condições para o surgimento de um novo tipo de filósofo, que Gramsci (1999, CC11, § 44 p. 398) chamou “filósofo democrático”, isto é:

[...] do filósofo consciente de que a sua personalidade não se limita à sua individualidade física, mas é uma relação social ativa de modificação do ambiente cultural. Quando o “pensador” se contenta com o próprio pensamento, “subjetivamente” livre, isto é, abstratamente livre, é hoje motivo de troça: a unidade entre ciência e vida é precisamente uma unidade ativa, somente nela se realizando a liberdade de pensamento (idem, p.400).

Gramsci, deste modo, proporciona uma forma particular de enxergar a atividade educativa/filosófica. Para o autor, ela não é uma atividade característica do intelectual-filósofo, não há, em gênero, uma distinção entre a chamada “filosofia científica” e a “filosofia vulgar e popular”, a não ser em graus de complexidade. Desta forma, afirma

que “todos os homens são ‘filósofos’” (GRAMSCI, 1999, CC11, §12, p.93), ainda que não exerçam uma atividade propriamente filosófica. Já que para Gramsci “na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na “linguagem”, está contida uma determinada concepção do mundo” (idem). No entanto, esta filosofia aparece na maior parte do tempo enquanto acrítica e desordenada. Com este argumento, Gramsci reitera a centralidade do papel dos intelectuais. Trabalhando necessariamente dentro das condições reais existentes, nas contradições objetivas da realidade, o intelectual ou grupo de intelectuais atua no movimento histórico em razão da classe em que se origina, ao se organizar, passa a integrar o Príncipe moderno, que consiste num “elemento de sociedade complexo no qual já tenha início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação” (GRAMSCI, 2007, CC13, §1, p.16).

As fragilidades do movimento de massas, assim, são consideradas como as contradições que perpassam a longa vida do movimento e a discussão passa a centralizar as implicações deste fato como “questões dialéticas”. É o que vemos em outros pontos do texto como no “o método no movimento das contradições” quando se discute as implicações dialéticas entre o movimento interno e externo da luta política, a necessidade de se elaborar os elementos estruturantes centrais da ação, como “sensibilizar a sociedade para a reforma agrária” e os “requisitos orgânicos” internos dessa ação (Cf. idem, p.88); “Conduzir o movimento em “linha reta”; “Desvincular democracia de organicidade” e “Dogmatizar formas organizativas” que retoma a proposta do materialismo histórico como movimento, desenvolvimento, criação permanente, que não pode ser transformado em dogma. “Tudo evolui inclusive as concepções ideológicas, que para se manterem vivas devem ir assimilando os avanços que o movimento das contradições proporciona” (idem, p.92).

Em suma, as orientações atentam para aplicabilidade da metodologia popular, para a efetividade da proposta de Reforma agrária popular no interior do MST e sua projeção externa. A superação dos obstáculos colocados pelas condições objetivas e subjetivas advindas da reprodução da concepção de mundo dominante, aparecem assim, como finalidade no horizonte do MST, na construção de suas diretrizes numa perspectiva de totalidade e “concepção de mundo”. Assim, se estabelece um desafio frente ao domínio das oligarquias fundiárias e às consequências de sua atuação como “pião de transição para o Brasil moderno” (FERNANDES, 1974, p. 210).

3.4 Limites e desafios do Nacional-popular

Diante deste conjunto complexo de “princípios”, “objetivos” e “finalidades” submetidos à experiência prática, encontramos no interior do próprio MST uma avaliação das “deficiências e limites” que surgem da perenidade da luta, da heterogeneidade na formação da base e na concepção político/ideológica do Movimento. Os desafios expostos por intelectuais para reavaliações e “reformulações” internas, para a formação de dirigentes, na relação destes com a base, expressam, desta forma, uma preocupação atenta à condição de “subalternidade” do Movimento. Conceito que encontramos na obra gramsciana como uma categoria relacional, que não expressa qualidade intrínseca de qualquer sujeito ou grupo e define as frações da população que aparecem “às margens da história”, ou, em outras palavras, os grupos que sofrem a intervenção das classes dominantes na produção de sua própria história, que os impede de “fazerem-se Estado” e mantém seu alcance restrito à sociedade civil (ALIAGA, 2017, p. 27). Dada a oposição do modelo atualmente preconizado pelo MST ao do agronegócio, tanto de um ponto de vista econômico quanto a partir das iniciativas políticas do Estado, cabe considerar a sua condição de subalternidade.

A origem do MST, como procuramos demonstrar, provém da formação histórica do Brasil em resposta à permanência e transformações do latifúndio que segue atuando como obstáculo central na disputa pela democracia e nos rumos do país. Assim, o MST se depara na construção interna e externa da luta com os problemas da “nação”, que, utilizando o prisma gramsciano, não se refere apenas ao desígnio de um organismo político, mas de um entrelaçamento funcional e contraditório entre o Estado nacional e a perspectiva “mundial” do mercado capitalista (FROSINI, 2016, p. 1099). De acordo com Gramsci no *Caderno 9*, “toda atividade econômica de um país só pode ser julgada em relação ao mercado internacional”, e que, portanto, “não existe um balanço puramente nacional da economia, nem para o seu conjunto, nem sequer para uma atividade particular” (GRAMSCI, 2007, CC 9, §33, p.292).

Deste modo, se faz necessária uma rápida regressão a alguns problemas tratados no Capítulo I deste trabalho, com a finalidade de resgatar o nexos entre o nacional, o internacional e os problemas relacionados à tarefa das classes subalternas na construção de uma nova hegemonia de caráter popular e democrático.

3.4.1 História nacional e a história dos grupos subalternos

O que Gramsci considera – nas conhecidas análises que faz do *Risorgimento* – uma falta na história dos intelectuais, um contraexemplo italiano quanto ao nacional-popular e os processos de ruptura e revolução, se aplica ao Brasil na medida em que também pela insuficiência das condições materiais e históricas, próprias do capitalismo dependente, não se encontra ainda na história nacional uma força que tenha sido capaz de romper com o padrão de dominação externa, como vimos em Fernandes (1974) e o fator interno da “questão da terra”, como acrescenta Coutinho (2011).

A interpretação de Fábio Frosini (2016) sobre o conceito de “nação” em Gramsci como fator decisivo entre o momento nacional e internacional para compreender o tipo de hegemonia em curso no contexto diverso de cada país, ilumina nossa reflexão de que o conteúdo original da combinação entre as duas dimensões é onde se localiza o fato de que “nem sempre o que se apresenta como “nacional” é efetivamente nacional” (FROSINI, 2016, p.1100).

Como vimos no Q 9, 32 [CC, 3, 291], a brutal exploração interna funciona como agente de potências estrangeiras; e, por outro lado, também “a projeção no campo internacional da questão” da pobreza nacional pode ser “um meio para criar um alibi diante das grandes massas do país” e não enfrentar a questão “nacional” real, que consiste na “mudança” das “relações internas” dominadas pelo parasitismo de estratos sociais inteiros (Q 9, 105, 1.168-9). Nesses casos, temos uma fragilidade internacional, que é utilizada como elemento de hegemonia interna por uma burguesia pouco previdente e ambiciosa: “Quanto mais a vida econômica imediata de uma nação é subordinada às relações internacionais, mais um determinado partido representa essa situação e a explora para impedir o predomínio dos partidos adversários” (Q 8, 37964) (idem).

O elemento de hegemonia interna sustentado por uma burguesia “pouco previdente e ambiciosa” parece, assim, tratar em grande medida da relação estabelecida no caso brasileiro, pelo padrão de dominação externa imperialista ligado ao setor de interesse do latifúndio, no fato das economias dependentes terem se tornado, através das diferentes fases da ordem capitalista mundial, em mercadorias “negociáveis à distância, sob condições seguras e ultralucrativas” (FERNANDES, 1974, p.17) e as apostas para economia brasileira se centrarem em setores “arcaicos”, bastiões da desigualdade e padrão de superexploração. Neste sentido, a contraposição que Gramsci faz nos *Cadernos do Cárcere* entre Itália e França quanto a “tendência dinástica” e a formação do povo-nação nos parece bastante útil para análise da nação brasileira.

Para o Sardo, a dissolução da “tendência dinástica” francesa em dinastias antagônicas entre si e a sucessão de governos republicanos, também distintos entre si, teria suprimido qualquer tentativa de traçar uma “hagiografia” unilinear francesa. Assim, o elemento permanente, por isso protagonista, entre as variações políticas da história francesa é o povo-nação, o que caracteriza “um tipo de nacionalismo político e cultural que foge aos limites dos partidos propriamente nacionalistas e que impregna toda a cultura; portanto, uma dependência e uma ligação entre povo-nação e intelectuais” (GRAMSCI, 2002, CC3, §82, p. 161).

O que acontece na Itália é radicalmente diferente. A “tendência dinástica”, amparada pelo aparelho estatal, torna o sentimento nacional obscuro na cultura italiana, escondido na sombra de grandes figuras. Assim, a ideia de que “a Itália sempre foi uma nação”, é, na verdade, um preconceito, que complica toda a historiografia com explicações “acrobáticas” e anti-históricas. No exemplo italiano, não podia, portanto, existir uma unidade nacional “porque faltava o elemento permanente, o povo-nação” (idem).

Por um lado, a tendência dinástica devia predominar, dada a contribuição que lhe era dada pelo aparelho estatal, enquanto as tendências políticas mais fortemente oposicionistas não podiam ter um mínimo comum de objetividade: a história era propaganda política, visava a criar a unidade nacional, ou seja, a nação, a partir de fora, contra a tradição; era um *querer ser*, não um dever ser, porque já existem as condições de fato. Por causa precisamente dessa posição, os intelectuais deviam distinguir-se do povo, situar-se fora dele, criar ou reforçar entre si o espírito de casta e, no fundo de si mesmos, *desconfiar* do povo, senti-lo como algo estranho, como algo a temer, já que na realidade se tratava de uma coisa desconhecida, de uma misteriosa hidra de inúmeras cabeças (idem, p. 162).

A mesma forma “preconceituosa” de conduzir e propor a leitura da “nação”, para Florestan Fernandes (1974), está presente quando se pretende atribuir uma mesma explicação para os diversos contextos formados pela “expansão do capitalismo no mundo moderno”. Há, pois, “burguesias e burguesias”, que no caso brasileiro compartilha entre si um sentimento antipopular, que reivindica a pátria sem o “povo”. A “nação” vista como um reflexo de si mesma, excludente e autointeressada. A formação de alianças nacionais-populares entre intelectuais, burguesia e povo, que teriam sido na percepção de Fernandes e Nelson Werneck Sodré, uma forma de quebrar com o padrão de dominação “de fora”, imperialista, e do latifúndio improdutivo, não teve, assim, passagem na história nacional. O temor ao povo, se mostrou também no caso brasileiro um contraexemplo na formação do povo-nação, o que para Florestan Fernandes (1974) está determinadamente ligado ao próprio dinamismo da condição dependente na economia capitalista mundial, onde a

dominação burguesa não tem uma conexão histórica com a “revolução nacional e democrática” (FERNANDES, 1974, p. 214).

Neste momento o papel dos intelectuais, em especial das classes subalternas, como formula Gramsci, é determinante. É na capacidade de produzir uma visão própria de mundo, de estabelecer um contato permanente entre intelectuais e simples, que Gramsci distingue os intelectuais italianos dos franceses: enquanto os primeiros estão afastados do povo, por reproduzirem fortemente uma tradição de castas, os segundos – a partir da experiência vivida na revolução francesa – desfrutam da capacidade de estar junto ao povo, de se sentirem parte de um processo comum, de compartilharem um mesmo espírito nacional, de pertencimento de classe (DURANTE, 2017, p. 563). Este espírito nacional, tem como premissa central a constituição dos sujeitos políticos que intervenham na história, conscientes da articulação de diferentes momentos de resistência e luta política. Daí a centralidade atribuída por Gramsci de um momento “jacobino”, que produza uma unidade política entre a massa da população e desse modo, contribua para a construção da história nacional em sentido popular (CORTÉS, 2017, p.73). O elemento jacobino, portanto, é o que distingue o caso italiano do francês, a falta deste no primeiro e a presença no segundo.

O jacobinismo tem a importância em Gramsci de ser a força capaz de organizar as vontades coletivas tornando-as potencialmente em Estado, o que é possível ver na fundação dos Estados modernos e que serve de exemplo para o Estado *ex novo*, que pode vir a ser o das classes subalternas. Essa força é, em suma, aquela capaz de “torcer” a história, o que deve ser feito atendendo as possibilidades da realidade, entre o que existe e o que se pode produzir, assim traz Gramsci na nota 24 do Caderno 19, “o jacobinismo é um temperamento, mas também um conteúdo” (idem, 2017, p.85).

Contudo, lembra Gramsci que a história dos grupos sociais subalternos é necessariamente “desagregada e episódica” (GRAMSCI, 2002, CC25, §2 p.135), que por mais que existam significativas tentativas de unificação, há sempre a interferência dos grupos dominantes para que estes não alcancem seus objetivos, sendo assim, o autor afirma que “só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação” (idem). Visto isso, é necessário empreitar uma reconstrução do passado, a partir da perspectiva das classes subalternas, que envolva toda a história nacional, produzindo uma “continuidade e unidade” como condição fundamental para a vontade nacional-popular. Neste sentido, Martin Cortés (2017) aponta que há algo de paradoxo: para produzir uma

história “desde baixo”, para “convocar aquela “continuidade e unidade” é preciso irromper na história das classes dominantes e produzir, mediante alguma forma de golpe, uma unidade a partir dos elementos dispersos dos setores subalternos” (idem, p. 83⁵⁵).

3.5 O MST na tentativa de construção da vontade nacional-popular

Retornando ao nosso objeto, o MST, através do projeto de Reforma agrária popular, direciona seus esforços para a formação de uma “continuidade e unidade” na história dos “de baixo” quando promove o resgate da história e perspectiva do grupo subalterno como matéria prima de seu projeto. É o que podemos inferir do que relata um militante do Movimento na região Nordeste do país, sobre o processo de reconhecimento nos assentamentos.

Então, essas brigada hoje, elas têm esses nomes, mas antes a gente também tentou chamar essas brigadas de polo, essas regiões a gente chamava de polo, mas a gente viu que esses polos eram espaços [...] muito amplo, no sentido do nome e também da importância que tinha, né. Você pega, por exemplo, Sapé e Mari, o polo João Pedro Teixeira, a gente conseguiu trazer a luta do MST, a luta pela Reforma agrária pro vale do Paraíba que compreende a região de Itabaiana, uma região muito histórica de conflitos armados, onde teve muitos massacres, muita tortura, muitos companheiros foram assassinados e muitos desapareceram, enterrados dentro dos canaviais e até hoje não foi enterrado o corpo, como é a história do Almir Muniz. E pega essa região de Margarida Alves, traz a história de Margarida, mas que traz, por exemplo, Penha, grande sindicalista Penha, que é mãe da companheira Nei, companheira Nise e o companheiro que é presidente do sindicato hoje, de Alagoa nova. O processo de discussão e definição dos nomes desses polos, a gente focou, nos processos de resistência de cada região, você pega Campina grande, a revolta de Quebra-Quilos. A revolta de Quebra-Quilos ela foi muito importante, Campina grande é o berço da oligarquia rural, especial do PSDB, da família Cunha Lima, que sempre predominou da política partidária aqui na Paraíba. Que inclusive são famílias de grandes latifundiários, grandes proprietários de terra. Que foi presidente da Sudene, que quebrou a Sudene, o Cássio Cunha Lima, que em seguida foi vereador, foi deputado estadual, federal, governador por dois mandatos e hoje senador. Mas a família, como um todo, é que predomina naquela região, como sendo um tabu, não só pra luta, o tabu que a gente precisa quebrar, em defesa da luta pela terra, pela reforma agrária, mas da política como um todo, de movimentos sociais naquela região ter uma dificuldade imensa de se desenvolver e crescer, por que a gente sempre emperra nessa disputa interna, dentro do município, da região, com a família Cunha Lima” (ENTREVISTADO 4).

Constatamos disto que, organizando a luta do Sem-terra sob a premissa de reelaborar o seu passado e junto ao trabalho crítico e pedagógico desenvolver uma prática consciente das classes subalternas, o MST dá um passo na formação de uma vontade coletiva nacional popular, na construção de uma estratégia democrática brasileira.

⁵⁵ Tradução da autora.

Contudo, a análise dos princípios, intenções e objetivos do projeto popular e de agroecologia do MST, não é suficiente para constatar o alcance prático dessa estratégia. Ou seja, não se pode afirmar que o MST cumpra, de fato, uma trajetória de rupturas permanentes na ordem atual, que construa uma concepção crítica da própria historicidade pelos componentes do Movimento, do caráter de classe do Estado e da dominação econômica, política, cultural e ideológica, sem antes considerar as barreiras objetivas e subjetivas que o Movimento enfrenta em seu interior, bem como as pressões e ameaças externas, que determinam em grande medida o conteúdo ideológico e político de sua ação.

Portantiero (1988) chama atenção para os obstáculos aos processos de transformação social que ocorreram na América Latina em razão do modo como se formam os Estados nacionais⁵⁶ na região. O exemplo usado pelo autor é o da dificuldade que Juan B. Justo teve na Argentina ao buscar um desenvolvimento da democracia econômica pela democracia política⁵⁷. Neste caso, o “justismo” enfrentou forte resistência em mobilizar propostas de reforma de “baixo para cima” por não encontrar qualquer precedente que desse suporte à um verdadeiro sentimento antiestatal nas massas (PORTANTIERO, 1988, p. 54). No MST, poderíamos atribuir essa dificuldade ao que Aliaga (2008) observou como o “pragmatismo” dentro do Movimento, uma postura defendida por determinadas lideranças contrárias à uma perspectiva predominantemente ideológica. Está na fala de João Pedro Stédile a explicação de que não se trata de um pragmatismo das ideias, mas da necessidade: “Tu tens de utilizar o que dá certo, não

⁵⁶ Para Portantiero (1988), o aspecto comum entre a Itália e toda a região latino-americana, características de capitalismo atrasado, que tornou a unificação nacional tardia ou incompleta, é justamente a revolução feita a partir de cima (PORTANTIERO, 1988, p. 48). Sob a perspectiva dessas condições, Portantiero (1988) afirma que o marxismo teve dificuldades em desenvolver teórica e praticamente as particularidades latino-americanas e que uma chave que poderia resumir substancialmente as especificidades da região reside nas formas que assumiram as relações entre Estado e sociedades latino-americanas, estranhas aos exemplos europeus e por isso ausente em dadas análises (Cf. idem, p. 51). Neste sentido, o que distingue os processos de formação dos Estados europeus – tomados como fundamentalmente sociocêntricos – dos da América latina, é que neste território “foram semi-estados” que, modelando a si mesmos, modelaram a sociedade (idem, p. 52).

⁵⁷ Aqui, fazemos uma distinção entre a democracia política à qual Portantiero (1988) se refere, da que consideramos com Carlos Nelson Coutinho (1979), observando que, para o segundo autor a democracia política a ser construída em sentido popular e socialista não pode ser uma continuidade da democracia liberal. Mas, inevitavelmente, começa a se desenvolver ainda no seio da velha sociedade capitalista, assim como os demais pressupostos socialistas, como a democracia econômica e o sentimento antiestatal. Daí a importância dos mecanismos de representação direta das massas populares (partidos, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa e de bairro, etc.) “mecanismos através dos quais essas massas populares — e em particular a classe operária — se organizam de baixo para cima e constituem aquilo que poderíamos chamar de sujeitos políticos coletivos.” (COUTINHO, 1979, p.5). As questões estratégicas à serem desenvolvidas a partir desses mecanismos, no entanto, são objeto de polêmica entre Coutinho e Álvaro Bianchi (2008), à luz dos conceitos de “guerra de posição” e “guerra de movimento” em Gramsci, o que trataremos com mais atenção no capítulo seguinte.

podes ficar defendendo uma ideia pela ideia em si. Mas se ela dá certo ou não” (STEDILE & FERNANDES, 1999, p.59 apud ALIAGA, 2008, p.144). À essa postura se associa a ideia de que as referências teóricas e políticas, do marxismo à outras searas, não têm importância, segundo Stédile (1999), enquanto a “ideia em si”, mas conforme atendem às necessidades do Movimento, assim passam a compor suas diretrizes (idem).

Diversas forças compuseram e deram origem ao MST, a Teologia da Libertação, principalmente, mas também um arcabouço heterogêneo de lideranças e autores da esquerda construíram dentro do Movimento posturas como a defendida por Stédile, de um “socialismo cristão” que se vale do preceito igualitário do socialismo enquanto “valor” orientador de uma nova sociedade. No entanto, dada composição não se compromete com um projeto que inclua rupturas definitivas na ordem capitalista, nem mesmo com a concentração de terras⁵⁸, trata-se, portanto, de uma “humanização” da estrutura em condições de acesso e participação da ordem, pautada em valores de fraternidade e igualdade onde se mesclam a religião e o socialismo enquanto “valores” (Cf. ALIAGA, 2008, p. 147). Nesta perspectiva do MST encontramos ainda os mesmos problemas do “justismo”, isto é, a tentativa de se estabelecer uma democracia econômica a partir da econômica política, ou de “valores”, sem, contudo, enxergar os fundamentos do Estado como obstáculo definitivo, mas como um problema conjuntural.

Uma postura contrária à essa é defendida⁵⁹ por Ademar Bogo⁶⁰, quando se refere ao MST como instrumento político para concretização da revolução brasileira. A centralidade da luta, destarte, está na necessidade de se recuperar um projeto socialista onde a esquerda se organize de forma autônoma e comprometida. A igreja e o sindicato

⁵⁸ Segundo o que constata a pesquisa de Aliaga (2008), Stedile (1997) afirma uma oposição ao latifúndio improdutivo e não necessariamente à concentração fundiária. O que está presente nesta fala: “Ora, se o sujeito é grande proprietário, vamos supor, de mil hectares, mas produz, ele já está cumprindo a função social daquele bem da natureza para a sociedade. Temos que nos dedicar ao latifúndio improdutivo, que não está cumprindo sua função social, pois é um bem da natureza que deveria estar a serviço de toda a sociedade e não está” (STEDILE, 1997, p. 84 apud ALIAGA, 2008, p.148). O objetivo de tal declaração, para Aliaga, está em contornar questões como os malefícios da monocultura para exportação, e que desta forma, a liderança procura demonstrar “que o MST é um movimento pacífico cujo objetivo é a promoção das necessidades fundamentais do ser humano e da participação dos estratos subalternos na vida política do país. Da simbiose entre socialismo e valores cristãos resulta um humanismo reivindicatório, cuja defesa da necessidade de transformação social se dá por vias de negociação, orientada politicamente de forma pragmática, isto é, por idéias que “dão certo”” (idem).

⁵⁹ O que na pesquisa de Aliaga (2008) aparece como uma segunda tendência no interior do Movimento, a ideia de uma disputa ideológica entre “a postura de negociação (também chamada sulista), e a postura do enfrentamento (nortista)” (Cf. idem, p. 146)

⁶⁰ Membro da coordenação nacional do MST e uma das principais lideranças responsáveis pela formação política do Movimento (ALIAGA, 2008, p. 2).

na medida que estipulam limites à transformação social ou se estabelecem por meios burocráticos, não podem, para esta liderança, ser considerados instrumentos revolucionários (idem, p. 150). É o que Aliaga (2008) resgata de sua fala:

Eu não sei se tem alguns companheiros que tem um pouco de timidez para se reportar a ela, mas a palavra socialismo custa a sair nas nossas pronúncias. Nós precisamos discutir essa questão se queremos de fato construir algo que vá para o rumo do socialismo; é necessário definir essa questão, termos isso claro” (BOGO, 2005 apud ALIAGA, 2008, p.149).

A relação de forças interna ao movimento, sobretudo entre as lideranças do movimento, não pode, contudo, ser analisada sem cautela, há que se ter em conta as necessidades políticas⁶¹ de manutenção e segurança do movimento, ameaçado constantemente pela repressão estatal e civil e pela difamação por aparelhos midiáticos. (Cf. ALIAGA, p.146 *et seq.*). O que buscamos expor, apresentando as diferentes correntes que atuam no MST, não quer dizer que uma corrente venha por ventura se sobrepor à outra, mas que por demandas internas, como pontua Stédile, estão em disputa dentro do Movimento. A política concreta do movimento é, assim, resultado das relações de forças internas, da pluralidade de leituras da realidade que produz diferentes concepções sobre os rumos políticos que o movimento deve tomar.

Da mesma forma, não podemos fragmentar o projeto de Reforma agrária apresentado pelo MST conforme a relação de forças dentro do movimento. Podemos, no entanto, apontar a existência de uma heterogeneidade política e prática que ganha forma na realidade material na medida em que concretiza diretrizes de ação e intervenção na sociedade com cunhos distintos. Esta relação é bastante clara quando prestamos atenção às críticas que surgem dentro do próprio movimento, especialmente quanto ao vínculo que o MST estabelece com outras organizações, sobretudo, com o Partido dos trabalhadores (PT). Sobre as políticas educacionais, desenvolvidas a partir da conquista da educação no campo e construção de escolas nos assentamentos, declara em entrevista Ademar Bogo:

G.: Como você avalia o PRONERA⁶² (relação entre educação e movimentos sociais) ao longo dos seus 18 anos?

⁶¹ Outro ponto advertido por Aliaga (2008) é o fato de que geralmente, o conteúdo político elaborado por Stédile se destina à comunidade em geral, enquanto Bogo se dirige, em grande parte, aos militantes do próprio MST (Cf. idem, p.146).

⁶² O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), é resultado de medidas para educação no campo elaboradas em julho de 1997 durante o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – Enera realizado em uma parceria entre o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GT-RA/UnB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

A. B.: O PRONERA é o resultado da luta pela terra e pela reforma agrária. Não chegou a ser uma conquista para a transição socialista, porque os movimentos camponeses nunca tiveram claro o que significa essa transição e, por isso, investiram mais nos resultados imediatos do que na busca da transformação estratégica. Consequentemente, no Brasil poucas vezes tivemos uma proposta partidária que possibilitasse a reunião das forças partidárias em busca da tomada do poder das mãos da classe dominante e os movimentos populares nunca tiveram estrutura capaz de sustentar essa iniciativa.

O PRONERA então, se por um lado representa um ganho para os movimentos, por outro, até o golpe de agosto de 2016, representou um subterfúgio gerador da subserviência dos movimentos aos governos, que se utilizaram dessa e de outras subvenções secundárias, desde de 2003, para desatender a pauta principal. Ou seja, o engano imaginário de que as mobilizações eram vitoriosas por se ter conquistado um ou outro quesito reivindicado, escondia de perceber duas perdas comprometedoras para o futuro: a) a perda da autonomia em vários sentidos, mas, principalmente, financeira e, b) a perda da batalha da distribuição da terra.

O engodo estratégico estabelecido pelo governo Lula, fundado sobre o enunciado de que, no Brasil havia espaço para os pequenos agricultores e para o agronegócio, escondia que o espaço territorial para a reforma agrária era aquele já oficializado, e que se os Sem Terra tinham um mundo a perder, o agronegócio tinha um mundo a ganhar; poderia estender-se e ir a todos os lugares de interesse do capital, com o apoio de elevados créditos, oferecidos por esse mesmo governo.

A perda de autonomia na educação, baseada no lema “direito nosso, dever do estado”, isto porque o direito ficou do tamanho que o dever governamental estabeleceu, impingindo através dos programas um assistencialismo mendicante que, transformou os militantes da luta pela terra em monitores dos programas de alfabetização, comprometendo o princípio do trabalho voluntário, solidário e militante e, nos cursos formais, nos moldes da pedagogia da alternância, a dependência para a realização das etapas, de ter que esperar pelo envio antecipado do dinheiro das passagens, alimentação, compra de materiais didáticos etc., que, controlados pelo próprio governo ou Fundações, em muitos casos, retardavam a chegar e alguns cursos de graduação levam muito tempo para serem concluídos. Por certo, na medida em que esses programas deixaram de ser reeditados, a educação voltou a funcionar no estágio básico, onde a responsabilidade cabe ao município.

Onde estão os equívocos então? Seria o de ter aceitado os programas governamentais? Não propriamente, mas fundamentalmente pelo limite imposto por eles nas consciências que deixaram de fazer o mais e autonomamente. Impediu de construir a própria independência em sintonia com as universidades que, através de professores militantes, dessem sustentação a novos cursos sem depender totalmente dos limitados programas do governo. Era o momento de fazer de fato a revolução cultural no campo, impulsionada pela ascensão da luta pela terra. (BOGO, 2016).

Terra (MST), representado pelo seu Setor de Educação, além do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), do Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (Unesco) e da CNBB. Em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria Nº. 10/98, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), na sua forma atual, vinculando ao Gabinete do Ministro e aprovou o seu Manual de Operações. No ano de 2001, o Programa foi incorporado ao Incra. É editada a Portaria/Incra/nº 837, aprovando a edição de um novo Manual de Operações. Em 2004, frente à necessidade de adequar o Pronera às diretrizes políticas do atual Governo, que prioriza a educação em todos os níveis como um direito social, foi elaborado o Manual de Operações, aprovado pela Portaria/Incra/Nº 282 de 16/4/2004 (INCRA, 2019).

A preocupação de Bogo aparenta se justificar no fato de considerar o sentimento antiestatal como uma questão de autonomia, prerrogativa para a reformulação da concepção de mundo que está proposta na metodologia popular e na matriz agroecológica. Na avaliação do dirigente, ainda que programas como o PRONERA e o PRONAF tenham importância por serem conquistas na pauta do Movimento, estão presos à vínculos estabelecidos com Partido dos Trabalhadores (PT), que impõem limites ao MST e que representam uma relação contraditória em vista dos objetivos díspares entre as organizações.

No *Manifesto ao povo brasileiro*, a aposta do MST para “os próximos meses e anos” depositava junto à outras forças organizadas na sociedade civil a esperança na formação de um projeto popular que se iniciaria com a eleição de Lula e abriria espaço para as mudanças estruturais carregadas pelos movimentos sociais. Essa mobilização mais tarde se reorganizou na Frente Brasil Popular⁶³, no entanto, os caminhos seguidos pelos governos Petistas deixaram de corresponder ao projeto inicial, o que provocou a reação dos movimentos sociais, mas não uma ruptura ou oposição, estabelecendo, assim, uma relação contraditória entre o MST, seu projeto, e o vínculo com o PT:

Dessa forma, quando acabou o governo de FHC, em 2002, os movimentos estavam esvaídos na luta pela terra, pela paralisação da reforma agrária, embora tivesse algumas significativas conquistas, como foi o caso do PRONERA, linhas de créditos especiais estabelecidos, como o PRONAF e convênios de assistência técnica, configurados pela contratação de profissionais, etc. No entanto, no aspecto das desapropriações, a medida provisória que impedia de realizá-las se as áreas estivessem ocupadas, a criminalização, processos, prisões, corte das cestas básicas para acampamentos etc., levaram a colocar todas as esperanças na eleição presidencial de Lula.

A eleição vitoriosa criou dois sentimentos: o primeiro, foi de que a reforma agrária ganharia força, por isso multiplicaram-se os acampamentos, fora dos latifúndios, para não atrapalhar as vitórias, isto porque, o governo, apoiado pelos movimentos, nunca teve a coragem de revogar a medida provisória “anti-invasão”, nem de mudar os índices de produtividade das fazendas. Com esses e outros fatores, as contradições ganharam outros contornos e, por não considerar o Estado um instrumento ao serviço do capital e da classe dominante, os movimentos começaram a separar os ministérios e repartições, entre inimigos e aliados (BOGO, 2016).

Diante disto, a partir da pesquisa sobre os rumos concretos do MST até 2016, podemos constatar que os rumos dados ao projeto de Reforma agrária popular do MST

⁶³ Coalizão formada por 2,5 mil delegados vindos de 21 estados e do Distrito Federal, movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e personalidades como CUT, UNE, MST, PT, PCdoB e outras legendas em Congresso no dia 5 de setembro, em Belo Horizonte.

encontra uma deficiência em um dos pontos mais fundamentais para Gramsci sobre a vontade coletiva nacional popular, que é o estímulo à reflexão crítica e teórica que fundamenta o “espírito de cisão”, isto é, uma concepção de transformação social que possa nascer da autonomia e da auto-organização dos trabalhadores. As reflexões teóricas instigadas no pensamento de Gramsci pelos Conselhos de fábrica em Turim na primeira metade do século XX, publicadas principalmente no jornal *L'Ordine Nuovo*, apresentam a iniciativa dos operários como fundamental nos Conselhos e por consequência, o surgimento de uma abertura para uma democracia operária (Cf. DEL ROIO, 2007, p. 64).

O esforço da obra gramsciana em trazer novas questões para o pensamento marxista – a valorização da cultura e da política enquanto elementos presentes em todas as esferas da vida social – que por muitas vezes foi interpretada como um abandono da centralidade da economia, concentra-se na reprodução da vida material, neste sentido, na autonomia deste processo, que em última instância é o que determina o complexo de relações que compõe a totalidade. Segundo Del Roio (2007, p. 65): “Gramsci jamais deixou de conceber a centralidade do trabalho na reprodução da vida social e da fábrica na reprodução do capital, ainda que algumas leituras desse autor pretendam o contrário”.

Considera-se assim, a importância dada à relação entre o trabalho, a organização da cultura e a autonomia, em especial a auto-organização dos trabalhadores, como a verdadeira substância na construção da vontade coletiva nacional popular. Assim, uma reelaboração da “concepção de mundo” e a politização da técnica como estratégia de produção só tem sentido quando encaminham a perspectiva subalterna para a função de direção do seu projeto.

De acordo com Semeraro (1997) a preocupação central de Gramsci seria justamente a realização de um salto revolucionário na condição de excluídos e assalariados à de cidadãos que tomam parte não apenas do processo de produção, mas também da direção política e cultural: “O valor mais importante não é que o camponês se torne agrônomo ou que o pedreiro se torne mestre, mas que o cidadão chegue a ser governante” (GRAMSCI apud SEMERARO, 1997, p.78).

A composição complexa no conjunto geral do MST, assim, tanto para análise quanto para a formulação de suas estratégias, deve-se às múltiplas fontes que interagem para determinação de sua ação. Diante de seu surgimento no processo histórico como “consequência” do caminho antipopular que as classes dirigentes sempre mantiveram no

país, resultando na constituição de uma “democracia restrita” e na “forma autocrática” decorrente da relação entre Estado e capital no país. Sendo a “parcela organizada” contra o projeto da elite latifundiária, tradicionalmente autoritária e violenta, o MST tem desde seu início a marca da “necessidade”, de se proteger do autoritarismo e da repressão Estado, da falta de recursos, pela sobrevivência da organização e de seu horizonte.

A dinâmica interna e a retórica pública do MST, portanto, atravessam períodos da política nacional com diferentes estratégias, que em meio às avaliações conjunturais chegam em um determinado momento à estabelecer entre seus principais desafios uma oposição central ao Estado, isto é, contra a ação articulada do Estado em favor dos interesses privados e a condução do país para o aumento da desigualdade e a indiferença por dentro de um projeto nacional (governos Collor e FHC). Neste momento o Movimento supera as pautas meramente econômico-corporativas, pautadas por interesses imediatos e passa para uma nova fase rumo a elaboração “ético-política”, como “forma partido”, discutida no trabalho de Luciana Aliaga (2008).

No momento em que o PT assume a direção do Estado, contudo, a relação entre o Movimento e o partido, toma contornos muito diferentes e as estratégias para construção de seu projeto também se alteram substancialmente, sobretudo, tirando a figura estatal como centro da oposição. Se por um lado, os recursos concedidos pela nova gestão do Estado permitiram ao Movimento voltar-se para si e para a necessidade de “reelaborar-se”, reestruturar suas estratégias e organização interna, advinda de um processo de reflexão e balanço da relação entre direção e base, e para o enfrentamento das “novas questões” colocadas pela qualificação do latifúndio associado ao grande capital e o neoliberalismo, por outro, a relação “amigável” com o Estado lançou uma série de limites e contradições internas, como por exemplo, no conteúdo das diretrizes pedagógicas para a educação no campo, como traz Ademar Bogo.

Ao mesmo tempo que a colaboração com o Estado confunde ou torna menos nítidas as próprias estratégias pedagógicas do Movimento, Bogo (2016) complementa que:

[...] grande parte dos dirigentes e por outro lado, grande parte da elite dirigente e dos formuladores das políticas educacionais, dominam com dificuldade e parcialidade as categorias de análise marxista, por desconhecerem as leis e as formas de funcionamento do capitalismo. Ou seja, ao desconhecerem as leis do funcionamento do modo de produção capitalista, desconhecem também as possibilidades de superá-lo e, aquilo que deveria ser tarefa da educação, passa

despercebido, fundamentalmente porque a persistência daquilo que se denomina “luta pela terra”, não vai além das táticas repetidas ao longo dos tempos.

Em um trecho anterior, o dirigente responde:

G.: Que contribuições o marxismo oferece para analisar/pensar a relação entre luta pela terra e educação? A. B.: No aspecto filosófico, o marxismo enquanto instrumental de análise, não esteve propriamente presente na relação da luta pela terra e a educação, principalmente porque, pelo lado dos agentes profissionais que atuam no governo desde 2003, essa forma de pensar não é condizente com o funcionamento do Estado. Ao contrário, o apego à institucionalidade é tão intenso que aqueles que deveriam denunciar os artifícios enganosos do Estado, por conhecê-lo por dentro, o defendem e fazem o jogo da máquina burocrática, propondo-se a convencer os destinatários dos programas não atendidos que “os recursos são escassos” (BOGO, 2016).

Desta forma, a liderança afirma a formação de uma “engenharia dos limites” que como uma “correia de transmissão” liga as carências de um eixo para o outro. Neste caso, a crítica versa sobre a falta de clareza quanto à um objetivo estratégico revolucionário ao “vislumbre marxista”, que em última instância, refere-se à imprescindibilidade de irromper na história das classes dominantes, formando “rupturas permanentes”. Em termos gramscianos, trata-se do “elemento jacobino”, como momento central na luta de massas, de organização de uma força capaz de organizar as vontades coletivas tornando-as potencialmente em Estado. De outra forma, as reivindicações das classes subalternas são significativas, mas permanecem restritas pelo interesse das classes dominantes, que em conformidade com o aparelho estatal, agem para que estas não alcancem seus objetivos (GRAMSCI, 2002, CC25, §2 p.135).

Para que o projeto de reforma agrária – e de agroecologia – do MST cumpra seu objetivo na formulação de uma nova “concepção de mundo” que expresse um novo sentido para a história nacional e para as classes subalternas, num sentido popular, faz-se imperativa a superação da subalternidade em relação ao agronegócio por um lado, e, por outro, faz-se necessária a superação da intervenção e agenciamento do Estado, que se expressa neste quadro pela relação orgânica com o Partido dos Trabalhadores (PT), tema que será tratado com maior aprofundamento no próximo capítulo.

4 DA SUBALTERNIDADE À AUTONOMIA: A DIFÍCIL TRAVESSIA

*Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.*⁶⁴

Adentramos a análise do vínculo entre o MST e o Estado entre os anos 2003 e 2016 – período integralmente governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – pela mesma chave que Gramsci destaca como aspecto fundamental na análise do *Risorgimento*: o papel dos intelectuais em capitanear o rumo das transformações “pelo alto”, em detrimento de iniciativas populares. Neste sentido é significativo ressaltar que o MST ajudou a fundação do PT em várias regiões do país, sendo que “muitas lideranças que surgiram da luta pela terra passaram a militar no partido como dirigentes ou como parlamentares” (STÉDILE & FERNANDES, apud ALIAGA, 2008, p. 41). Esta ligação não se desfez com o tempo e ainda hoje as organizações mantêm muitos militantes em comum, entre eles “o mais destacado dirigente sem-terra – João Pedro Stédile” (Cf. ALIAGA, 2008, p. 41).

As políticas adotadas durante as gestões petistas de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e Dilma Rousseff, contudo, estiveram distantes e em muitos momentos em desacordo com os objetivos da Reforma agrária. Considerados pelo ex-presidente Lula, os grandes “heróis nacionais”, os agentes do agronegócio canavieiro, das usinas sucroalcooleiras, amplamente denunciados pelas condições degradantes de trabalho, contaram com uma força de ressonância internacional durante esse governo, culminando num *boom* nas duas últimas décadas (Cf. SANTOS, 2013 apud SANTOS, 2016, p. 59). Em contrapartida, a reforma agrária, quando não tratada por medidas paliativas, teve avanço muito aquém do que se esperava, apresentando dados muito próximos ao de gestões de governo anteriores, as quais se contrapunham severamente:

Entre 2011 e 2015, a administração Dilma teria fixado 133,6 mil famílias em assentamentos. No 1º mandato de Lula, teriam sido assentadas 381,4 mil famílias e, no 2º mandato, mais 232,6 mil famílias. A média de Lula é de 76,7 mil famílias por ano, contra uma média em torno de 25 mil famílias sob Dilma (ISA, 2016).

Os dados coletados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) expõem a política agrária do governo de Dilma à crítica de terem apresentado números inferiores mesmo aos dos governos durante a ditadura militar. Os dados da

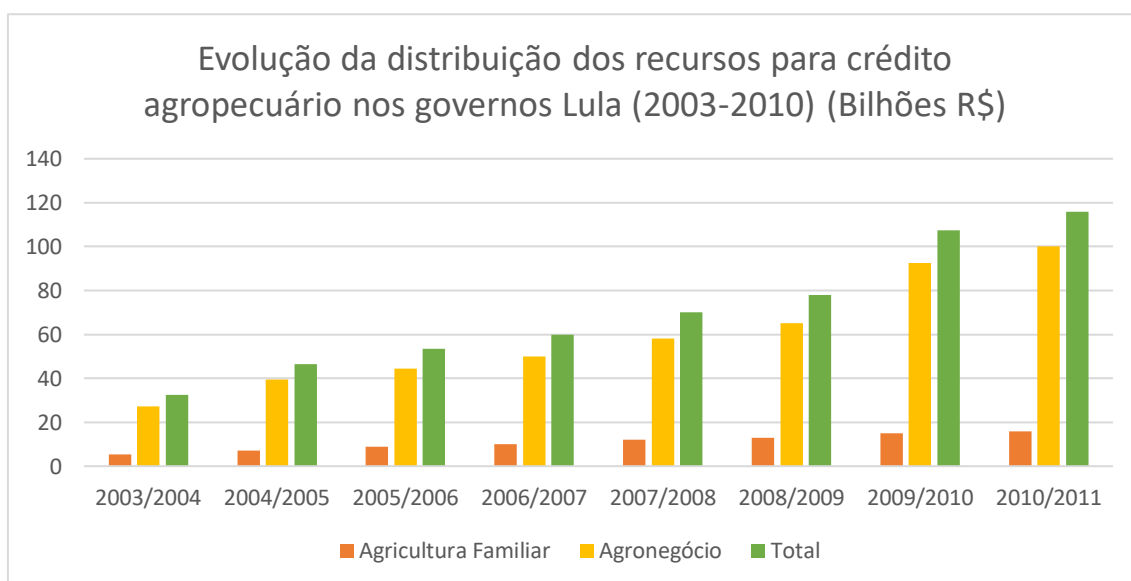
⁶⁴ Tempo de Travessia, autor Fernando Pessoa.

gestão anterior às petistas, conduzida pela presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC), por sua vez, tiveram um total de 287.994 famílias assentadas no primeiro mandato, e no segundo 252.710, um montante bastante próximo e mesmo superior ao de Lula em seu segundo mandato.

Esta exposição de dados ilustra a pesquisa do Instituto sócio ambiental (ISA) sobre a hipótese de que os governos do PT estiveram concentrados na conciliação entre o agronegócio e a reforma agrária através da promoção de políticas para assentamentos, ao invés de distribuição de terras (Cf. ISA, 2016). A divisão dos ministérios responsáveis pelas questões agrárias é outro fator que demonstra em orçamentos, poderes de vetos e projetos de lei, a correlação de forças entre os projetos de campos concorrentes, agronegócio e reforma agrária. Vemos que o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), responsável pelas políticas de crédito ao agronegócio, planos agrícolas e pecuários, sintetizados no lema “estratégia de abertura ao mercado internacional” contava até o limite do nosso recorte, 2016, com um orçamento anual em média de R\$ 187,7 bilhões (MAPA, 2016), o que representou em dados para a desnacionalização rural nos últimos anos:

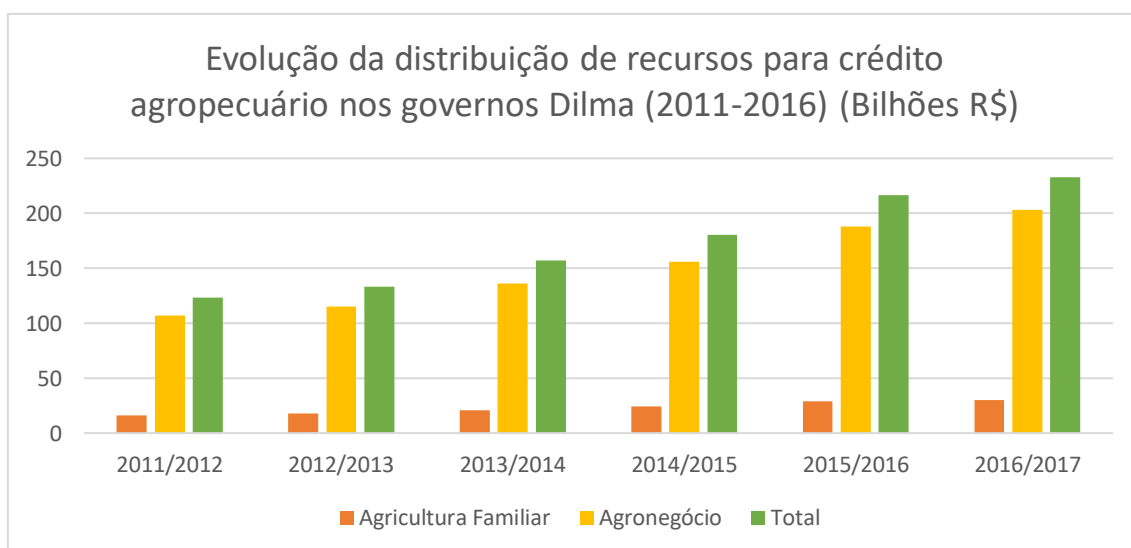
No primeiro semestre de 2012 as corporações estrangeiras adquiriram 167 empresas de capital nacional na maior liquidação de empresas privadas brasileiras num único semestre de toda a história do país, batendo o recorde do primeiro semestre de 2011 (94 empresas desnacionalizadas). Isso não é de se surpreender considerando-se que o mercado global de commodities é controlado por apenas dez (10) grandes empresas transnacionais: Vitol, Glencore, Trafigura, Cargill, Gunvor, ADM, Noble, Mercuria, Bunge e Phibro (CARVALHO, 2013b, p. 37).

O contraponto do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, que tinha como incumbência as políticas de reforma agrária, promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural; contava com um orçamento de R\$ 28,9 bilhões, sendo esse o maior valor já destinado a essa pasta desde sua criação (MDA, 2016). O que ilustra a figura 1 entre os anos de 2003 a 2010:

Figura**1.**

Fonte: MAPA (2002- 2011); MDA (2004-2011).

E figura 2 de 2011 a 2016:

Figura**2.**

Fonte: MAPA (2010-2016); MDA (2010-2016).

A linha ascendente dos orçamentos a partir de 2003 em nenhum momento sofre “baixas”, culminando em 2016/2017 os números mais altos de investimento, dentro de uma constante evolução. Destaca-se o fato de que apesar dos estabelecimentos não familiares contarem com orçamentos significativamente menores e representarem apenas 15,6% do total dos estabelecimentos rurais no país, ocupam até o último levantamento feito pelo IBGE em 2006, 75% da área ocupada. Enquanto os estabelecimentos familiares representam 84,4% do total de estabelecimentos e ocupam 24,3% da área agricultável

total. Apesar de cultivar uma área menor de lavouras, a agricultura familiar é a principal fornecedora dos alimentos básicos para a população brasileira, em porcentagem, 87% da produção de mandioca, 70% feijão, 46% milho, 38% café, 34% arroz, 21% trigo e 16% soja (MDA, 2006). Chama atenção, contudo, que este fato parece não representar uma questão suficientemente problemática para o MST, visto que as críticas ao Estado neste momento não se dão com a mesma contundência que na década precedente, durante os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, ainda que membros do movimento, já durante os primeiros mandatos do PT, tenham feito um balanço negativo dos governos para a pequena agricultura, segundo o próprio Stédile (2006, apud ALIAGA, p. 46): “se o governo fez algo pelos sem-terra, fez muito mais pelo agronegócio”. Sendo assim:

As lideranças do MST deixam transparecer a confusão e a perplexidade diante dos novos rumos de seu aliado histórico. Uma delas diz: “o que não compreendemos ou não admitimos é que não há uma iniciativa de melhorar a correlação de forças para os trabalhadores” (apud FEIX, 2005, p. 105). As análises das lideranças são desencontradas e ambíguas, pois ao mesmo tempo em que acreditam ter como aliado o presidente, criticam a política do governo federal, como se os dois pudessem ser separados de forma a não haver uma “contaminação” neoliberal sobre Lula. A orientação neoliberal seria apenas o reflexo da proeminência das elites na relação de forças em disputa pela orientação da política econômica do país (ALIAGA, 2008, p. 45).

As análises divulgadas pelo MST sobre a política econômica dos governos Lula e Dilma Rousseff, até o final do segundo mandato da presidenta, interrompido em 2016, permanecerá difusa e contraditória, uma vez que o Movimento critica a presença de diretrizes neoliberais em determinadas atitudes da gestão, atribuindo-as, contudo, quase sempre à uma correlação de forças desfavorável ou contingencial, diante disso seria “papel” do MST, “empurrar o governo para fazer mudanças” (FEIX, 2005, apud ALIAGA, 2008, p. 45). A percepção geral e defendida até o momento presente, é, portanto, de um governo neodesenvolvimentista, como um “desenvolvimentismo possível”, no qual seria necessário abrir mão da impossível reforma agrária, ou deixar de tomar medidas populares como Tarifa zero nos transportes e universidades populares. Assim, ao afirmar o desenvolvimento possível num contexto neoliberal “Lula foi honesto; não enganou ninguém. Ele cumpriu o seu programa”, declara Stédile (MST, 16/05/ 2014).

4.1 A política econômica petista: neodesenvolvimentismo ou neoliberalismo?

Armando Boito Jr. (2012) caracteriza o “neodesenvolvimentismo” como a ascensão de uma “nova burguesia nacional no interior do bloco vigente no Estado brasileiro” (p.67), distinta do que a análise marxista nos anos 1970 perscrutava como uma aliança entre operariado e burguesia nacional contra o imperialismo, mas próxima da ideia de uma fração burguesa teorizada por Nicola Poulantzas em 1978 como “burguesia interna”. Dentro da nova organização internacional da economia capitalista a “burguesia interna” corresponderia à uma “posição intermediária entre a burguesia nacional, passível de adotar práticas anti-imperialistas, e a velha burguesia compradora, mera extensão do imperialismo no interior desses países” (BOITO JR., 2012, p.68). Nesta posição, teria a possibilidade de sustentar uma base de acumulação própria, ao mesmo tempo que poderia se associar ao capital imperialista e limitar sua ação no interior do país (idem).

O “projeto neodesenvolvimentista” como uma nova fase do capitalismo a partir dos anos 2000, representaria, nesta leitura, a relação entre a “burguesia interna” e o governo Lula (2002 - 2010), que promove a ascensão política desta fração de classe ao poder⁶⁵. Para Boito Jr. (2012), as dificuldades em saber se a situação do neodesenvolvimentismo configuraria em “uma mudança de modelo ou uma mudança no modelo” neoliberal da década precedente, é resolvida se, ao menos provisoriamente, for definida como “um desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico” (Cf. idem, p.69). As principais características do “neo” em relação ao “desenvolvimentismo” do período de 1930-1980, são destacadas pelo autor na sua adequação aos interesses da grande burguesia interna brasileira e no compromisso dessa burguesia com o capital financeiro internacional – representados pela produção de índices mais modestos no crescimento econômico, limitado pela acumulação financeira; o peso da dívida pública e do juro elevado sobre a receita do Estado; e a aceitação da “especialização regressiva”, recuo imposto pela ordem neoliberal aos países dependentes que logravam construir um parque industrial mais complexo, como foi o caso do Brasil (idem). Segundo o autor, organizador do livro *Política e classes sociais no Brasil* (2012), sua tese do neodesenvolvimentismo consiste em que:

[...] a ascensão política dessa fração da burguesia, representada pelo governo Lula, não alterou o modelo capitalista neoliberal periférico, mas provocou

⁶⁵ Boito jr. (2012) adverte que esta fração de classe nunca esteve fora do poder, mas o que acontece no governo Lula é que ela “melhora sua posição” no interior do bloco (p.68).

mudanças em seu interior no que se refere a um tipo de desenvolvimento impulsionado pela atuação do Estado (BOITO JR.; GALVÃO, 2012a, p.185).

Em defesa às críticas feitas à essa leitura, sobretudo as que afirmam que o governo Lula teria o apoio fundamental da burguesia pela capacidade de conter os movimentos populares para que o novo desenvolvimentismo tivesse vez no cenário nacional, o autor interpõe que o verdadeiro fator determinante consiste na disputa entre uma burguesia “perfeitamente integrada aos interesses do capital estrangeiro” – que teve seus interesses “preteridos” pelo governo Lula – e a burguesia interna (BOITO JR., 2012, p.71). A questão dos movimentos populares é direcionada a outro aspecto do governo petista, que diante da candidatura e vitória nas eleições em 2002, teria formado uma “frente unificada” entre burguesia interna, movimento sindical e popular, grande burguesia interna teria tido que ‘aceitar’ integrar uma frente com o movimento sindical e popular. Essa frente, contudo, padeceria de um pecado original: ela não resultou, fundamentalmente, da iniciativa da sua força hegemônica, que é a grande burguesia interna, mas sim, do resultado indireto e, até certo ponto, inesperado, da luta do movimento sindical e popular. Para Boito Jr. (2012) é possível fazer esta afirmação porque a luta sindical e popular foi o principal fator, ao longo das décadas de 1980 e 1990, para a construção e afirmação do Partido dos Trabalhadores e de um campo reformista eleitoralmente viável, dirigido pelo PT. A grande burguesia não pôde creditar fundamentalmente para si a vitória da candidatura Lula na eleição presidencial de 2002. A capacidade de pressão e ao mesmo tempo, as limitações políticas do movimento operário e popular, empurrara, então, a grande burguesia para uma frente política que o próprio movimento operário e popular não tinha condições de dirigir (Cf. idem, p.72).

Desta forma teria surgido uma “frente unificada”, que ainda que de maneira precária – devido ao desajuste entre os interesses da burguesia interna e a insatisfação dos movimentos sindical e popular –, o governo Lula “manobrando em meio a dificuldades” teria procurado manter (idem, p.73). Vale lembrar que a burguesia interna a que se refere Boito Jr. reúne setores variados, no que se destacam grupos industriais, bancos, agronegócio, construção civil, entre outros, unificados pela “disputa com o capital financeiro internacional, tanto no interior do país quanto – e cada vez mais – na arena internacional, principalmente em países do Hemisfério Sul” (idem, p.77).

Plínio de Arruda Sampaio Jr., economista e estudioso do impacto das políticas neoliberais nas economias periféricas a partir da década de 1990, sobretudo latino-americanas/brasileira, aponta para um conjunto de aspectos que evidenciam que não há

correspondência histórica entre o “desenvolvimentismo” e o “neo” desenvolvimentismo. Como “desenvolvimentismo” o autor considera as medidas econômicas/políticas que visavam a possibilidade de “criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista” (SAMPAIO JR., 2017, p. 150). Os desafios, para tanto, segundo o autor, concentravam-se em dois obstáculos fundamentais na periferia do capitalismo: a situação de dependência externa e a extrema desigualdade entre as classes sociais (idem, p. 157).

Por esta razão a crítica desenvolvimentista passa necessariamente pela necessidade de mudanças estruturais que ataquem as causas do subdesenvolvimento, o que implica numa agenda política de enfrentamento do imperialismo, que submete as economias periféricas ao desenvolvimento das economias centrais do capitalismo internacional. Do mesmo modo, uma agenda desenvolvimentista deve fazer as contas com o latifúndio, que alimenta a pobreza e a segregação social (Cf. idem, p. 151). O desenvolvimentismo na América Latina, assim, sempre esteve atrelado ao papel estratégico da industrialização como base do sistema econômico nacional, formando um bloco que incluía a organização de centros internos de decisão, a formação da *intelligentsia* nacional e a premissa de projetos nacionais que orientassem a ação da política econômica. Ideias desenvolvidas, sobretudo, pelo grupo de pesquisadores latino-americanos reunidos na CEPAL (Cf. idem, p. 152).

Este projeto nacional desenvolvimentista foi encerrado com a ditadura militar de 1964 “interrompendo violentamente o processo de reformas estruturais, cristalizando definitivamente a dupla articulação – dependência externa e segregação social”⁶⁶ (idem, p. 153). A partir disto, o desenvolvimento passa a ser concebido como “simples processo de industrialização e modernização, deixando de lado a questão da autonomia nacional e o problema da integração social”, o que se traduz numa profunda “ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento” (idem, p. 153-154). Desenvolvimento passa a ser compreendido a partir de 1960 apenas em sentido econômico, excluindo o sentido social e nacional. A problemática do desenvolvimento fora reduzida à relação entre acumulação de capital e modernização dos padrões de consumo, rompendo com os vínculos entre

⁶⁶ Vimos na segunda seção do primeiro capítulo o impacto desta ‘interrupção’ nas políticas agrárias, a implementação das premissas da Revolução verde e a expulsão de trabalhadores/agricultores do campo.

industrialização e formação da economia nacional. Em outros termos, desenvolvimento passou a significar apenas desenvolvimento capitalista (idem, p. 154).

O neodesenvolvimentismo frente à isso e enquanto “particularidades da economia e da política brasileiras na segunda metade dos anos 2000” (idem, p. 154), consistiria, sobretudo, numa tentativa de conciliar os aspetos “positivos” do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional – aos aspectos ‘positivos’ do velho desenvolvimentismo – comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (idem, p. 155). O crescimento econômico, neste raciocínio, representa “a chave para o enfrentamento das desigualdades sociais” (idem, p. 156). O cerne da questão, assim, é deslocado para os instrumentos políticos e econômicos eficientes para superar os entraves ao crescimento. O problema da dependência externa e a segregação social – responsável pelo caráter selvagem do capitalismo na periferia, destarte, permanecem intocados (Cf. idem). Desenvolvimentismo e neoliberalismo, portanto, na visão de Sampaio Jr., são incompatíveis, o que é diferente quanto ao “neo” desenvolvimentismo. Para o autor, na prática, este se torna uma espécie de versão ‘light’ da política de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro.

O desenvolvimento assim, entendido apenas pelo viés econômico, perde seus nexos com a dependência externa e com a hegemonia do capital industrial, que são responsáveis a longo prazo pela manutenção das profundas desigualdades sociais e pela desindustrialização brasileira. O desenvolvimento econômico, atrelado a dependência estrutural da exportação de *commodities*, produz reiteradamente a revitalização do latifúndio e do extrativismo – estruturas típicas da economia colonial (idem, p. 158). A aceitação da “especialização regressiva” como parte do neodesenvolvimentismo visualizado por Boito Jr., para Sampaio Jr., corresponde ao caminho para a reversão neocolonial⁶⁷. A contraposição entre o “desenvolvimentismo” e o “neodesenvolvimentismo”, em síntese, revelaria para o segundo autor:

O abismo que existe entre a ideologia burguesa como utopia – expressão trágica de uma vontade política que não tinha condições históricas para se concretizar – e a ideologia burguesa como farsa – expressão falsificada de uma realidade que nega os próprios fundamentos da noção de desenvolvimento (SAMPAIO JR., 2012, p.673).

⁶⁷ Termo discutido no primeiro capítulo.

Leda Paulani, em *“Brasil Delivery”* (2012, p.70), ao analisar as diretrizes político/econômicas dos governos petistas, avalia que “neoliberal” seria a denominação mais correta para o programa implementado durante a gestão do PT, pelos fatos: da adesão sem resistência ao processo de transformação do país em plataforma de valorização financeira internacional; de os Bancos terem alcançado lucros recordes nos anos de governo do PT; a aprovação da lei de falências em 2005, que concedeu primazia aos créditos financeiros em relação aos créditos trabalhistas, o que quer dizer que, quando uma empresa abre falência, pela lei, ela deve dar prioridade para o pagamento dos bancos, antes de pagar os direitos dos trabalhadores (idem, p. 135); A política econômica ortodoxa desde o início do primeiro governo que objetivou em fins últimos melhorar o “ambiente de negócios” em vista dos mercados internacionais de capitais, o que pressupõe reformas neoliberais, a exemplo da reforma da previdência dos servidores de 2003⁶⁸ (idem, p. 70).

Os economistas Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Leda Paulani, desta forma, querem chamar a atenção para a política de favorecimento do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, que tem produzido desindustrialização e fragilizado ainda mais as condições de trabalho no Brasil. Outra razão que aponta o governo Lula como neoliberal, para a autora, encontra-se na chamada “política social”, que tem nas “políticas compensatórias de renda” seu eixo principal. Estas, ao contrário do que se poderia imaginar, seriam sanções nas fraturas sociais, em vez de promotoras de uma “tão falada inclusão” (Cf. PAULANI, 2012, p. 99). Assim, considera que:

Fazer projetos como o Fome zero a base e o fundamento da política social do governo é ao mesmo tempo uma espécie de admissão de que naquilo que importa, ou seja, na condução efetiva da vida material do país, a questão social está em último lugar (a política agrária, por exemplo, é pouco mais que uma farsa, não tendo até agora, ao contrário do que se esperava, enfrentado os grandes interesses latifundiários (idem).

A crítica da autora, neste sentido, consiste não em desmontar a percepção de que as políticas compensatórias dos governos do PT foram eficientes numa relativa desconcentração de renda⁶⁹, mas em atentar para o fato de que estas não alteraram o

⁶⁸ A reforma da previdência proposta e aprovada em 2003, incluiu a criação de fundos de aposentadoria complementar para servidores públicos, cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos e possibilidade de contratação de servidores pelo regime de previdência do setor privado (abre espaço para empresas de previdência privada no setor público) – medidas, consideradas por Sampaio jr. (2017) de caráter claramente fiscalista e privatista (p. 38-39).

⁶⁹ Entre 2003 e 2011 a renda per capita dos brasileiros cresceu à taxa média de 2,8% (SAMPAIO Jr., 2017 p. 140); 2003 a 2010 foram gerados cerca de 14 milhões de empregos (ainda que 1/3 deles tenha sido trabalho terceirizado) (idem); O índice Gini, que mede a concentração de renda, a distância de renda entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres caiu de 53 vezes em 2002 para 39 vezes em 2010 (idem, p.141).

padrão de exploração capitalista no Brasil, principalmente porque não ofereceram resistência ao capital financeiro, ao contrário, aprofundaram seu domínio. Como declarado pelo próprio Lula na avenida paulista no dia 18 de março de 2016: “os banqueiros nunca ganharam tanto dinheiro como nos meus mandatos”, e acrescenta “Só não imaginava que alguns ficariam com ódio porque um pouco do que eles ganharam nós distribuimos com os trabalhadores”⁷⁰. A fala dos ex-presidente evidencia que a hegemonia do capital financeiro foi mantida e que uma parcela muito pequena do bolo foi dividida com os trabalhadores.

Badaró (2013) destaca como consequência das políticas sociais a estabilização da dominação de classes no Brasil, isto é, “da montagem ou aperfeiçoamento dos mecanismos de construção de consensos e de exercício da coerção sobre a classe trabalhadora” (Cf. BADARÓ, 2013, p.1). Nos setores de trabalho formal, o autor analisa a atuação dos governos petistas junto à CUT que se transformara progressivamente, desde os anos 1990 num “aparato integrado ao capital”, ao que se somou a relação problemática com a gestão de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e de participação nos conselhos de gestão dos fundos de previdência privada de estatais (como PREVI e PETRUS)⁷¹.

Por outro lado, entre os trabalhadores precarizados e população pauperizada, investiu-se na “contenção pela assistência” (idem, p. 5) em políticas de assistência social, implementadas num patamar de massas, uma estratégia recomendada pelo Banco Mundial desde a década de 1990, que, avaliando os efeitos desastrosos das diretrizes neoliberais, passou a orientar aos países periféricos políticas sociais mais incisivas, aplicadas pontualmente. Isto significa para Badaró (2013, p.5) que: “ao invés de garantias de direitos universais aos quais todos os cidadãos teriam acesso, incentivaram políticas de assistência social para os setores mais pobres da população, segundo critérios os mais rebaixados de cálculo da miserabilidade”. Em vista da ampliação de tais programas, Badaró (2013, p.6) avalia que:

houve acréscimo importante de recursos para os programas assistenciais – cerca de 1% do PIB, o dobro da proporção destinada no governo anterior (idem, p. 146).

⁷⁰ Cf. UOL, 2016. Nunca ganharam dinheiro como no meu mandato, diz Lula sobre banqueiros. Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/nunca-ganharam-dinheiro-como-no-meu-mandato-diz-lula-sobre-banqueiros-04020D183666C0C15326>.

⁷¹ Sobre o transformismo entre lideranças sindicais e a relação com a gestão de fundo de pensão Cf. BRAGA, R. “Hegemonia lulista: entre a inquietação social e a vontade ativa”. In _____. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 204-214.

Esses aspectos do governo Lula tornam mais complexo o entendimento de sua relação com o neoliberalismo. As propostas de abertura comercial do setor público e serviços defendidas pelo governo brasileiro na Organização Mundial do Comércio e as (contra) reformas, como a da previdência em 2003, assim como o caráter focalizado de suas políticas sociais, evidenciam a continuidade do modelo de abertura de novas áreas de investimento ao capital em detrimento das garantias estatais de serviços públicos universais. Mas isto é feito por meio de uma política que efetivamente apresenta respostas a demandas sociais gritantes, muito embora sempre com um sentido que reforça e naturaliza a subalternização.

Programas sociais como o Bolsa Família⁷², desta forma, tem impacto direto nas organizações populares quando, por exemplo, estabelece critérios para o recebimento do benefício, como a residência fixa. No caso do MST, isso implica muitas vezes na desistência da participação no Movimento social por parte dos acampados ou em processo de assentamento, que preferem a garantia do benefício, mesmo que seja pouco, à insegurança das ocupações e da luta pela terra (Cf. ALIAGA, 2008, p.47). Para Aliaga (2008), o efeito consequente é a relação de dependência entre as famílias atendidas e o Estado, uma vez que as políticas assistenciais não geram uma fonte de renda autônoma para superação da situação de pobreza. Ao mesmo tempo, são políticas eficientes para desmobilizar movimentos de contestação e atenuar a crítica social desta parcela da população, sobretudo no MST, quando tira de foco a não resolução da reforma agrária como causa original dos problemas.

Olhando em perspectiva para este eixo na política de governo petista frente as diretrizes gerais, Francisco de Oliveira (2010) elabora a leitura da “hegemonia às avessas”. O que quer dizer que a correlação entre consenso e coerção formulada por Gramsci, na forma como aparece nos governos petistas, transparece que: “enquanto as classes dominadas tomam a “direção moral” da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada” (OLIVEIRA, 2010, p. 24). Assim, o PT e Lula parecem “vencer” a pobreza, ainda além, com a eleição de Lula estima-se ter “sido borrado para sempre o preconceito de classe e destruídas as barreiras da desigualdade” (idem, p. 25) – quando, na leitura do autor, ocorre o contrário, “Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade” transformando-as em “problemas de administração”, por onde constrói a

⁷² O Bolsa Família é um programa do governo federal criado no governo Lula (reunindo programas como bolsa-escola e bolsa-alimentação, auxílio-gás criados no governo FHC) mantido pela sucessora de Lula, Dilma Rousseff, voltado para famílias com renda mensal média de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) a R\$170 (cento e setenta reais) por pessoa, contanto que no segundo grupo, em sua composição, gestantes ou crianças/adolescentes entre 0 e 17 anos. A média de atendimento está entre 13/14 milhões de famílias, o que corresponde, em torno de 50 milhões de pessoas (cerca de ¼ da população total do país) beneficiadas todo mês com uma tabela de valores que varia de R\$38 (trinta e oito reais) à R\$82 (oitenta e dois reais) por pessoa, podendo o acúmulo de benefício por família, chegar à R\$358 (trezentos e cinquenta e oito reais) (MDS, 2017).

ideia falsa de uma derrota ao suposto representante das burguesias – o PSDB – e funcionaliza a pobreza” (idem).

Sequestrando as lideranças dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil por cargos administrativos ou por políticas de financiamento e assistência, a “direção moral” pelas classes populares, deixa pouco espaço para questionar o governo, o que, para Francisco de Oliveira (2010), instiga a mídia corporativa a atacar a gestão. Por outro lado, as críticas realizadas pela esquerda independente rapidamente se confundem com as da própria imprensa, assim, não são mais os dominados que mantêm o consenso com sua própria exploração, mas “os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista” (idem, p. 27).

Confrontando dialogicamente a tese de Oliveira, André Singer (2009) defende que durante os governos Lula estaríamos diante de um novo “fenômeno” na política brasileira, o programa lulista teria se “amoldado” ao subproletariado⁷³, ao mesmo tempo, que o constituiria como ator político⁷⁴, “Isso implicou um realinhamento do eleitorado e a emergência de uma força nova, o lulismo, tornando necessário um reposicionamento dos demais segmentos” (SINGER, 2009, p. 99). Para Singer (2009), contrariando a percepção de Francisco de Oliveira, em 2006 o Brasil teria passado pela experiência de uma eleição dividida entre “ricos e pobres”⁷⁵ e que tal mudança no comportamento do eleitorado teria

⁷³ Segundo Singer (2009, p.98) “Subproletários são aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”. Estão nessa categoria “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes”.

⁷⁴ A leitura de uma “hegemonia às avessas”, para Singer (2009), é uma confusão sobre o deslocamento provocado entre subproletárias para esfera que “embora majoritária, não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização” e por isso tendia historicamente à adesão ideológica de figuras da direita - em grande medida, por serem contra a perturbação da ordem (por meio de greves e movimentos sociais, que se alinhavam ao PT) (SINGER, 2009, p.85), este vínculo se dissolve, a partir do momento que Lula aparece como alternativa político/ideológica à esta fração de classes, sobretudo pelo “combate à desigualdade dentro da ordem” o que “confeccionou nova via ideológica, com a união de bandeiras que não pareciam combinar (Cf. idem, p.96).

⁷⁵ Para Singer (2009) “A origem do mal-entendido é dupla. De um lado, houve um deslocamento subterrâneo de eleitores não de baixa renda, mas de baixíssima renda, o qual passou despercebido, de outro, porque se deu de modo concomitante ao estardalhaço em torno do “mensalão”, escândalo que teceu, a partir de maio de 2005, um cerco político-midiático ao presidente, deixando-o na defensiva por cerca de seis meses. No período do “mensalão”, o governo efetivamente perdeu parcela importante do suporte que trazia desde a eleição de 2002. Nas camadas médias, essa rejeição desdobrou-se numa forte preferência por um candidato de oposição à presidência em 2006. “Entre os brasileiros de escolaridade superior, a reprovação a Lula deu um salto de 16 pontos percentuais, passando de 24% em agosto para 40% hoje”, escrevia a Folha de S. Paulo em 23 de outubro de 2005. Três meses depois, porém, enquanto os mais ricos, seguindo na linha anterior, optavam em massa (65%) pelo então pré-candidato do PSDB, entre os de renda familiar de

sido impulsionada por “mudanças nas atitudes” da política de governo, que salvaram o presidente “da morte política a que parecia condenado pela rejeição da classe média” (SINGER, 2009, p. 90). De acordo com as pesquisas do *Vox Populi*, teria sido a “sensação de eleitores de renda baixa e média de que o seu poder de consumo aumentara, seja em produtos tradicionais (alimentos, material de construção), seja em novos (celulares, DVDs, passagens aéreas) o fundamento no redirecionamento dos votos. O início desta mudança viria se aprofundando desde o lançamento do Programa Bolsa Família em 2003, que inicia “uma gradual melhora na condição de vida dos mais pobres” (idem, p.91), o que adverte, contudo, não ser o fator principal. Para o autor, fora o conjunto formado pelo Bolsa Família, pelo salário mínimo e pela expansão do crédito, somado aos programas de desenvolvimento de setores específicos⁷⁶, os causadores de uma diminuição significativa da pobreza a partir de 2004, quando a economia voltou a crescer e o emprego a aumentar, o que culminou, segundo Marcelo Neri no “Real de Lula”, a verdadeira causa do “realinhamento eleitoral” (Cf. idem, p.85).

O que está impresso na mudança do perfil de eleitores de Lula, para Singer (2009) é resultado das mudanças no programa lulista, que não consiste em apenas “ajudar os pobres”, mas em criar uma plataforma que dê sentido e direção política para os anseios desta fração de classe, o subproletariado. Isto porque:

Não apenas [...] foram capazes de aumentar a capacidade de consumo de milhões de pessoas de baixíssima renda, como atesta o acesso em grande escala à “classe C”, mas também porque sugerem um caminho a seguir: manutenção da estabilidade com expansão do mercado interno, sobretudo para os setores de baixa renda. Nesse sentido, tais ações colocam Lula à frente de um projeto, que é compatível com aspectos de sua biografia (idem, p.94).

Em *Os sentidos do lulismo* (2012), considerando o subproletariado como “suporte político” do lulismo, Singer analisa o encontro destas forças políticas no Estado e as consequências de quando a “massa se identifica com aquele que, desde o alto, aciona as alavancas do Estado para beneficiá-la” (idem, p.15). O autor afirma que Lula repete o mecanismo Bonapartista percebido por Marx em *O 18 de Brumário*, com a ressalva de

até cinco salários mínimos ocorria uma inflexão, com um aumento dos índices de satisfação a respeito do mandato de Lula. [...] A divergência entre os estratos de renda irá crescer ao longo de 2006, e os números encontrados pelo Ibope perto do primeiro e do segundo turnos expressam uma disputa socialmente polarizada [...] O que atrapalhou a compreensão e levou analistas como Oliveira a considerarem pouco plausível que os quase 40 milhões de votos em Alckmin no primeiro turno fossem apenas dos “ricos” é a dualidade brasileira, que grosso modo transforma em “classe média” todos (aí incluídos setores assalariados de baixa renda) os que não pertencem à metade da população que tem baixíssima renda (idem, p. 85).

⁷⁶ Os exemplos da ativação de setores antes inexistentes na economia são as clínicas dentárias para a baixa renda, uma série de programas focalizados, como o Luz para Todos - de eletrificação rural, regularização das propriedades quilombolas, construção de cisternas no semiárido etc. (SINGER, 2009, p. 93).

que a diferença entre Bonaparte III e Lula está na ausência de uma revolução que tenha precedido o lulismo, “tampouco há elementos militares envolvidos em sua gênese” (idem). Neste sentido:

[...]. Parecem-se apenas na política de massas de caráter projetivo, sem a qual o viés profundamente popular do lulismo se torna incompreensível, e na inclinação a pairar acima das classes, deixando opaco o solo em que finca as raízes. Do ponto de vista dos resultados, sendo um exemplo de movimento sem mobilização, poder-se-ia considerar o lulismo um caso de “revolução passiva”, conforme pensada por Gramsci (idem).

Considerando a afirmação de Carlos Nelson Coutinho de que o conceito de revolução passiva constitui um importante critério de interpretação para compreensão de episódios capitais da história brasileira e de todo o processo de transição do país à modernidade capitalista (COUTINHO *apud* SINGER, 2012, p.16), Singer confirma a pergunta “não seria o lulismo mais um capítulo a ser adicionado ao rol de passagens modernizadoras sem mobilização às quais se aplicaria a noção de revolução passiva?” (idem, p.15). Ao postular a questão, complementa-a com a análise de Luís Werneck Vianna de que, neste caso, haveria uma inversão do modelo (VIANNA *apud* idem), para Vianna, a lógica da Revolução passiva aplicada ao PT, revelaria que as forças da antítese (O PT) não quiseram assumir os riscos de sua vitória, optando por assumir o programa da tese (O PSDB). Deste modo, ao invés de o partido conservador cooptar os quadros revolucionários para executar de maneira controlada as alterações renovadoras, “na prática lulista os elementos conservadores é que foram cooptados pelos dirigentes de origem progressista” (SINGER, 2012, p.16)⁷⁷.

A leitura de uma nova configuração na relação de forças internas, onde a ligação ideológica entre subproletariado e burguesia deixa de existir frente à ‘ruptura real’⁷⁸ provocada pelo lulismo, significaria assim, a criação de um novo bloco de poder, para que as noções “políticas de massa” do *18 de Brumário*, e revolução passiva (Gramsci) são úteis, “desde que filtradas pela cor local” (idem). Para Singer (2012) a conquista deste bloco tem poder “aparentemente acima das classes” e “leva adiante a integração do

⁷⁷ Este diagnóstico teria correspondência com a “hegemonia às avessas” de Oliveira (2010), para quem “parece que os dominados dominam, pois fornecem a ‘direção moral’ e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado”, divergindo, porém, na resolução da “inversão da lógica da revolução passiva”. Para Singer, enquanto Oliveira enxerga “capitulação ante a exploração desenfreada”, Werneck aponta que a “forma bizarra” da revolução passiva lulista implicou o bloqueio da agenda conservadora constituída pelas reformas tributária, previdenciária, sindical e trabalhista”.

⁷⁸ Ainda que não represente uma passagem autônoma desta condição pela classe, o que seria esforço de movimentos sociais como o MST (Cf. idem, p.17).

subproletariado à condição proletária, assim como o varguismo soldou os migrantes rurais à classe trabalhadora urbana por meio da industrialização, da CLT e do PTB”⁷⁹.

A não realização de um programa “intensamente reformista” pelo PT, como queria “a primeira alma do PT”, destarte, é o que “torna difícil avaliar o tamanho da virada em curso no lulismo” (SINGER, 2012, p.18), o que o autor avalia não ser suficiente para classificar a plataforma de governo como “retrocesso”, mas como uma “revolução passiva em andamento” que “mesmo cumprindo parte da agenda dos subordinados, não inclui o roteiro imaginado antes” (idem). Em termos finais, o autor considera que na prática, ocorrera uma espécie de “semitransformismo”, onde os quadros do PT antes defensores de uma agenda “intensamente reformista” se tornaram agentes de um “reformismo fraco, comprometidos com a decisão de não causar a radicalização que pregavam na origem”, o que sintetiza na sequência: “meu argumento é que o reformismo lulista é lento e desmobilizador, mas é reformismo. Cria-se a ilusão de ótica da estagnação para, na realidade, promover modificações em silencioso curso” (idem).

A forma como Singer encaminha a discussão do “reformismo fraco” do lulismo para a fórmula da revolução passiva sugere, mediante a argumentação, o uso desta como programa, o que, contraria a primeira referência usada pelo autor: Carlos Nelson Coutinho, que em *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira* (1988) fora enfático em afirmar que Gramsci teria recusado “explicitamente a possibilidade de uma leitura ‘positiva’ da ‘revolução passiva’” (COUTINHO, 1988, p. 112, nota 7), o que Aliaga (2019) reitera em Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, a afirmação de que “a revolução passiva consiste numa realidade imposta, por esta razão ela não pode ser um programa, ela é, antes, um “critério de interpretação nos casos em que há ausência de outros elementos ativos de modo dominante” (ALIAGA, 2019, p.14).

Para além da função direta na análise das formas históricas da revolução burguesa, Buci-Glucksmann (1978) vê o conceito de revolução passiva, como desenvolveu Gramsci, notavelmente amplo, superando qualquer tendência de um historicismo positivista que limite o conceito ao seu momento histórico, o que permite que fora da Itália e da análise do *Risorgimento* – quando é usado pela primeira como chave de interpretação – tenha uma importância histórica e metodológica geral. O argumento da “revolução passiva”,

⁷⁹ Singer (2012 p.17) adverte que “as linhas de continuidade entre varguismo e lulismo devam ser objeto de cuidadosa pesquisa”.

neste sentido, segundo Gramsci, parece exato não apenas para a Itália, mas também para outros países que modernizaram o Estado por meio de reformas ou guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino (GRAMSCI *apud* BIANCHI, 2008, p.256).

Retomando a gênese do conceito de revolução passiva, em seu décimo *Caderno*, o autor sublinha a aproximação das fórmulas de “revolução-restauração” em Quinet e “revolução passiva” em Cuoco, na medida em que ambas compartilham a finalidade de explicar o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no processo de unificação da Itália, assim como, verificam a resolução desse processo no acolhimento pelas elites de certas partes das exigências que vinham “debaixo”, como reação ao subversivismo esporádico, não orgânico das massas populares. Dessa forma se deram as “restaurações”, como “restaurações progressistas” ou “revoluções-restaurações” ou como “revoluções passivas” (GRAMSCI, 1999, CC10, §41, p.393). A fórmula da revolução passiva, portanto, trata da articulação entre as condições objetivas e subjetivas, a partir de que, segundo Gramsci:

O conceito de revolução passiva deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios fundamentais da ciência 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolvem encontrarem lugar para um ulterior desenvolvimento progressivo; 2) a sociedade não assume compromissos para cuja solução ainda não tenham surgido as condições necessárias, etc. (GRAMSCI, 2002, C15, §17, p. 322)

Das diferentes formas em que podem se compor estes elementos surge, portanto, a possibilidade de que as antigas formas sociais e políticas se renovem na forma d’ “o velho com roupa nova”, as antigas formações sociais dispõem ainda de energias históricas suficientes para persistir (BIANCHI, 2008, p.270). A revolução é passiva, neste sentido, porque é caracterizada pela passividade das classes subalternas e pela intervenção ativa das camadas intelectuais que representam os quadros governamentais, na condução das reformas “pelo alto”, do Estado enquanto absoluto (Cf. BIANCHI, 2008, p. 272). Para Buci-Glucksmann (1978, p.120) “toda revolução passiva desenvolve uma forma de conservadorismo ou reformismo temperado”, que rompe a livre dialética política das contradições entre as classes e neutraliza, orienta a iniciativa popular, buscando satisfazer muito parcialmente algumas das suas exigências “em pequenas doses, legalmente, de modo reformista” (idem). A fórmula da revolução passiva, assim, supera os processos históricos no qual Gramsci se debruça (*Risorgimento*, fascismo e americanismo) para desvendar as formas do capitalismo avançado, os obstáculos colocados pelo Estado a

qualquer forma de ataque frontal, a toda estratégia de “revolução permanente” mais ou menos jacobina (idem, p.121)

Sendo assim, a relação estabelecida por Singer (2012) entre o conceito de revolução passiva e o “realinhamento” do lulismo como surgimento de um novo “bloco de poder” formado com as classes subproletárias, é um livre uso da teoria gramsciana (pode-se dizer contra a teoria que o próprio Gramsci formulou) para a leitura de um processo onde a ação intelectual e estatal neutraliza as possibilidades da dialética política das contradições entre as classes. Em outro sentido, se aproxima da percepção de Luís Werneck Vianna, que baseado também numa leitura própria do pensamento de Gramsci, chega à resolução de que poderia haver uma “positivação” da revolução passiva, como programa das classes subalternas (ALIAGA, 2019, p.13). O que seria possível ao se interpretar a fórmula gramsciana em duas direções: a partir do protagonismo dos fatos ou dos homens. Quando os fatos são protagonistas, isto é, quando os homens não são capazes de intervenção organizada e efetiva na história, as mudanças avançariam lentamente e de modo arbitrário (Cf. VIANNA *apud* ALIAGA, 2019, p.12). Os intelectuais de novo tipo, adequados às transformações estruturais em curso, seriam os responsáveis pela criação do consenso, e por imprimir “direção e maior velocidade às transformações em curso” (idem, p. 9). Assim:

A revolução passiva passaria de uma forma histórica de constituição do Estado (do protagonismo dos fatos) a uma estratégia de transformação política (protagonismo dos homens), isto é, Vianna operará uma positivação no conceito de revolução passiva e de sua forma parlamentar, o transformismo. (ALIAGA, 2019, p.13)

Alterando o sentido da revolução passiva e da prática do transformismo⁸⁰, a ação de um “político realista” seria capaz de imprimir uma nova dinâmica que se imporia à

⁸⁰ Segundo Bianchi (2008), o sardo via o transformismo como modo de agir e pensar do empirismo e do pragmatismo que tinha como marca. Era o âmbito da pequena política, que como serva da contingência, limitava-se a reproduzir as condições de existência do presente (p.264). Assim, os defensores da liberdade política da oposição uma vez no governo proibem o congresso dos socialistas e os advogados da liberdade econômica da oposição, quando ministros propugnam o intervencionismo estatal (idem). Luciana Aliga (2017) afirma que é possível encontrar a crítica de Gramsci à prática do transformismo antes ainda dos Cadernos do Cárcere, em seus primeiros artigos, como em *Neutralità attiva ed operante*, publicado em 1914 em *Il grido del popolo*, onde o sardo constata que a “grande massa do povo” italiano, pouco interessada pela política, se demonstrava uma presa fácil para quem soubesse “demonstrar energia e visão clara dos próprios destinos” (GRAMSCI, 1980, p.12 in ALIAGA, 2017, p.37). Já nos *Cadernos*, Gramsci definirá o transformismo, no interior do conceito de hegemonia e na discussão sobre o *Risorgimento*: O critério histórico-político sobre o qual se deve fundar as próprias pesquisas é este: que uma classe é dominante de dois modos, isto é, é “dirigente e “dominante”. É dirigente das classes aliadas e dominante das classes adversárias. Por isto, uma classe antes de chegar ao poder pode ser “dirigente” (e deve sê-lo): quando chega ao poder torna-se dominante, mas continua a ser também “dirigente”. Os moderados continuaram a dirigir o *Partito d’Azione* também depois de 1870 e o “transformismo” é expressão desta ação de direção; toda a

conservação (VIANNA, 1997 apud idem, p.13). A sugestão de Vianna assim induz à positivação da revolução passiva e do transformismo “que passaria a ser não mais passivo, mas agora um “transformismo ativo” das classes subalternas”, desorganizando gradual e molecularmente a ideologia dominante, criando as bases de uma nova hegemonia (Cf. idem).

Nesta chave de leitura, o “reformismo fraco” do lulismo como positivação da revolução passiva e do transformismo está sujeito em grande medida ao quadro de críticas de Plínio de Arruda Sampaio Jr. ao neodesenvolvimentismo, quando avalia que este não incide sobre os problemas estruturais brasileiros, a dependência externa e a segregação social sobretudo para esta discussão, a revitalização do latifúndio e do extrativismo (SAMPAIO JR, 2017, p. 158). De acordo com o autor, tomar “políticas sociais” como chave de análise dos governos petistas representa um abando do “todo”, o que impede a percepção da complexidade na teia institucional que ata o Estado brasileiro aos interesses do grande capital internacional e nacional e a perpetuação da “dupla articulação” (SAMPAIO JR. 2012, p.682).

A perda da perspectiva do todo faz desaparecer não apenas os vínculos orgânicos entre os diversos componentes do ajuste liberal (processo de liberalização, desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, Lei de Responsabilidade Fiscal, *superávits* primários, limite ao endividamento do setor público, ataque aos direitos trabalhistas) como também os efeitos da ordem global sobre as condições de funcionamento da economia brasileira (livre mobilidade dos capitais, perda da soberania monetária, importância dos centros internos de decisão diante dos movimentos especulativos do capital internacional, restrição à expansão do mercado interno, bloqueios à política industrial, antagonismo entre políticas macroeconômicas e gasto público, concorrência entre políticas sociais universalistas e políticas sociais assistencialistas) É impossível imaginar brechas para mudanças parciais que

política italiana de 1870 até hoje é caracterizada pelo “transformismo”, **isto é, a elaboração de uma classe dirigente nos quadros fixados pelos moderados em 1848, com a absorção dos elementos ativos vindos das classes aliadas e também inimigas. A direção política torna-se um aspecto do domínio, enquanto a absorção das elites das classes inimigas leva à decapitação destas e à sua impotência** (GRAMSCI in ALIAGA, 2017, p.39) O “aspecto de domínio” que a direção política dos moderados exerce sobre o *Partito d’Azione*, verifica Aliaga (2017), leva à uma inversão do “exercício normal” da hegemonia. O que Gramsci define em outro momento como consenso “encouraçado de coerção” aparece, pela “dominação” dos moderados sobre o partido “dirigente” das classes subalternas como coerção “encouraçada de consenso”, uma vez que essa forma de Estado (de centralização burocrática e democracia restrita) “paralisa” o adversário, e pelo processo de transformismo “tolhem suas lideranças e decapitam as classes subalternas, mantendo-as em sua subalternidade” (idem, p.39). Esta forma invertida da hegemonia no Estado, mais apoiada na força que no consenso enfraquece o movimento para formação de intelectuais orgânicos vindos de baixo, de dentro das classes subalternas, desta forma: “O Estado [...] assume um papel paternalista e protetor sobre as classes que nunca conseguem unidade suficiente para formação de uma direção consciente e autônoma” (idem, p.40). Neste formato, no conjunto de “pequenas ondas reformistas sucessivas” capitaneadas “pelo alto”, se define um processo de revolução sem revolução, que modernizam o aparelho de Estado conservando as antigas classes no poder e absorvendo “molecularmente” as lideranças das classes subalternas no interior do aparelho estatal, decapitam as massas “impedindo sublevações violentas vindas de baixo” (GRAMSCI in ALIAGA, 2017, p.40).

possam provocar transformações substanciais no padrão de desenvolvimento da economia brasileira sem uma profunda e radical ruptura com a institucionalidade vigente. É uma ingenuidade imaginar que a ordem global possa ser rompida pelas “beiradas”, pois a institucionalidade liberal funciona como uma amarra muito bem urdida que prende o país cada vez mais nas garras do capital financeiro (SAMPAIO JR., 2012, p.683).

O caminho entre desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo, para Sampaio Jr., se divide na disposição das teorias e articulações do primeiro em enfrentar o imperialismo e o latifúndio, enquanto os “novos desenvolvimentistas são entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas”, defendem os representantes da ordem e não alimentam a necessidade de mudanças qualitativas no curso da história, assim, “são entusiastas do *status quo*”, propõem uma visão de mundo, onde “desenvolvimento e fim da história caminham de mãos dadas” (idem, p.685). Críticas às quais, fundamentalmente, também está sujeito o “reformismo lulista”, mediante o fato de que revolução passiva e transformismo pressupõem a continuidade do antigo “bloco no poder” e “neutralizam” a capacidade de subversão da ordem pelas classes “de baixo”.

O caráter transformista do PT será assim resgatado em seu sentido crítico e integral no artigo *Brazil: the Lula government and financial globalization (2014)*, de Álvaro Bianchi e Ruy Braga, ao indicarem que a administração da presente estrutura econômica em busca de um capitalismo humanizado levada a cabo pelo PT, resulta efetivamente no programa político da revolução passiva: “atualizações graduais da estrutura econômica do capitalismo por meio de sucessivas mudanças dirigidas pelo Estado, evitando a ativa intervenção das classes subalternas no processo” (BIANCHI, BRAGA, 2014, p.1753-1754). Desta forma “o programa do PT pode ser considerado transformista porque atualiza e não supera o capitalismo, tornando-o aceitável às classes subalternas” (ALIAGA, 2019, p.15).

Outra leitura importante neste debate encontramos no mesmo volume de “Hegemonia às avessas” onde Carlos Nelson Coutinho, publica o ensaio “A hegemonia da pequena política” contestando a interpretação do período neoliberal no Brasil como revolução passiva (Cf. idem, p. 32). Para o autor, este período se caracteriza como um período de contrarreformas porque a revolução passiva por definição comporta, necessariamente, elementos progressivos, neste sentido, supõe um “reformismo pelo alto”, que influencia na correlação de forças entre capital e trabalho (Cf. COUTINHO, 2010, p. 33, 36), o que não seria o caso dos governos petistas, ao se levar em conta os

elementos apresentados por Sampaio Jr. e Paulani, sobretudo em vista das reformas no setor trabalhista. Sob a chave de leitura da contrarreforma, Coutinho considera ainda ser possível tratar do transformismo no período neoliberal, como um fenômeno político “não exclusivo dos processos de revolução passiva” (Cf. *idem*, p. 39) Desta forma:

o mesmo fenômeno pode estar ligado a um processo de contrarreforma – que seria uma forma específica de realização da hegemonia, a hegemonia incontestada, a hegemonia da pequena política, que para se realizar necessita continuamente absorver indivíduos e grupos sociais subalternos (ALIAGA, 2019, p.17).

Diante destas leituras, é possível perceber o caráter “em disputa” da leitura do período petista, é ainda notável que o uso das categorias gramscianas sejam mobilizadas dentro das distintas denominações “neodesenvolvimentista”, “neoliberal”, “reformismo fraco”. A divergência, desta forma, reside no sentido da interpretação e, como fora apontado, na inversão da proposta conceitual da revolução passiva e do transformismo, como formulada originalmente.

Concluimos que, não obstante às diferentes interpretações do transformismo do PT, é evidente que a correlação de forças formada pela gestão do partido no Estado alterou substancialmente as diretrizes das ações de massa, diminuindo o potencial de radicalidade destas. O impacto desse transformismo foi sentido especialmente entre os movimentos sociais, sindicais ou populares que compõem a base dos governos do PT, como é o caso do MST, o que trataremos mais de perto na próxima seção.

4.2 O PT: partido e governo

Como “ramos do mesmo cepo”, o MST e o PT foram fundados num mesmo período – junto com a CUT (Central única dos trabalhadores), como organizações que surgem em meio às lutas efervescentes na última década da ditadura militar (1964-1985), frente ao acirramento nas contradições políticas do regime e a insatisfação popular com a crise instaurada na economia. O Partido dos Trabalhadores, fundado em fevereiro de 1980, representa, neste contexto, a consequência de uma agudização da luta de classes, uma alternativa de trabalhadores para trabalhadores, fora do horizonte desenvolvimentista e das alianças com a burguesia brasileira (PINASSI, 2013).

Cria-se assim, um partido que tem “a luta pela democracia e pelo socialismo no centro estratégico de seu projeto” (ALMEIDA, s/d, p.1), que propõe uma reconstrução no caminho da “Questão nacional” através da ação ativa das massas, vislumbrada na

aliança formada com o “novo sindicalismo” – que dá origem à CUT –, contra a ditadura militar e crítico à “pelegagem⁸¹” dentro dos sindicatos. Nesta conjuntura, o MST recompõe em novas bases a luta pela terra e pela Reforma Agrária, aglutinando no Movimento os atingidos pela industrialização truculenta do campo, impulsionadas pela Revolução Verde (PINASSI, 2013, p.2). Concentravam-se em torno do PT intelectuais de esquerda de diferentes orientações com o propósito de uma grande inovação do sistema político-partidário brasileiro, um projeto crítico e essencialmente democrático que alcançava além das tendências atuais a época (ALMEIDA, s/d, p.1):

[...] o PT assumia um lugar único na política mundial, criticando as experiências socialistas existentes, a burocratização do Estado e do partido, o modelo econômico centralizado, as formas políticas autoritárias, etc. E, ao mesmo tempo, assumiria uma posição anti-capitalista, recusando trilhar os caminhos da social-democracia e do revisionismo, procurando construir um projeto de socialismo efetivamente democrático.

A década de 1980, desta forma, foi marcada pela crise na hegemonia burguesa nas vias como propunha o período ditatorial e a disputa entre um projeto liberal (antipopular) e um projeto popular liderado pelo PT. A correlação de forças formada pela tríade PT-MST-CUT, era, neste momento, suficiente para impor aos demais partidos e associações da sociedade civil uma tomada de posição, propor e definir as pautas/agendas das grandes questões nacionais, “buscando a organização de setores díspares da população, com interesses difusos, a conquista de reformas de intenso significado histórico, político e social” (idem, p. 2).

A tática eleitoral fora desde o princípio um consenso para a maioria das tendências dentro do PT, uma vez que representava a retomada da democracia no país. Durante algum tempo, estratégias de enfretamento, como greves e ocupações, caminharam junto ao foco eleitoral, mas um contorno político definitivo se deu com o fim da ditadura, que apontou a saída petista como alternativa real para a classe trabalhadora e destacou as duas linhas de ação: de menor resistência e foco eleitoral e a dos caminhos para a transição socialista, que em últimas circunstâncias, implicou em dissidências (PINASSI, 2013, p. 3).

A linha de menor resistência, no entanto, para Pinassi (2013) não decorre estritamente de uma convicção política, mas de três fatos que mudaram o cenário

⁸¹ Termo informal utilizado para ilustrar a relação de controle e domínio entre o Estado e uma organização da sociedade civil, de maneira velada. – Cf. BOITO JR. O sindicalismo na política Brasileira, Coleção Trajetória, nº.8, Campinas: Unicamp/IFCH, 2005.

político/econômico brasileiro: o resultado da Constituição de 1988, como um significativo avanço democrático; a derrota do PT nas eleições de 1989⁸² e em terceiro lugar e sobretudo determinante, as condições econômicas e sociais concretas impostas à classe trabalhadora brasileira pelo novo padrão de expansão e acumulação de capital, a ofensiva neoliberal no Brasil, a partir dos anos de 1990. Em consequência disto, afirma a autora:

[...] já na segunda metade dos anos de 1980, Lula se converte de líder operário em líder da “socialdemocracia dos trópicos”, tornando-se, entre nós, o paladino de um tardio e brevíssimo “Estado de bem-estar social”. Em que pesem as forças anticapitalistas que disputaram a hegemonia interna do PT, forças das quais passou a emanar uma radicalidade cada vez mais incômoda, a tendência moderada, responsável pelo fenômeno em que se converteu o *lulismo*, foi imperativa e adotou a via branda da negociação com a burguesia que se beneficiara da ditadura. E, ainda, a história de hoje nos permite afirmar que o programa democrático-popular do PT se tornou prevalecente porque inviabilizou todas as alternativas internas que ou apontavam em direção à revolução na ordem ou à ruptura com ela (idem, p. 4).

A partir de então, o PT e sua liderança mais expressiva, Lula, continuaram organizando as forças populares, se aproximando continuamente dos marcos da institucionalidade. O processo vivido pelo PT, desta forma, mesmo antes de Lula assumir a presidência da república, transparece aspectos do transformismo e uma síntese disto pode ser encontrada no conteúdo da *Carta ao povo brasileiro*, lançada em campanha no dia 22 de junho de 2002⁸³. Entre a promessa de quebra com a gestão passada de Fernando Henrique Cardoso, a Reforma agrária para “paz no campo”, a “desoneração da produção” e uma “ampla negociação nacional” foi dada a medida e o ritmo das reformas que estariam por vir (Cf. “LULA” da SILVA, 2002).

Durante os governos que seguem a vitória de Lula em 2002 e 2006 e Dilma Rousseff em 2010 e 2014, o PT assume, gradualmente, a continuidade de uma política de ajuste macroeconômico do governo precedente, como discutido na seção anterior, contrariando as expectativas para os rumos do projeto nacional que propunha (Cf. ALMEIDA, s/d, p.6).

⁸² Gelsom Rozentino de Almeida (s/d, p.4) entende a eleição de 1989, como um momento chave na trajetória do Partido, quando: “O programa econômico do PT na campanha de 1989 – na Frente Brasil Popular – era consciente dos limites impostos pela correlação de forças daquela conjuntura em que foi feito – favorável ao capital. Contudo, pretendia “democratizar” de tal forma a participação no mercado, sob a tutela do Estado e de uma lógica diversa, que até mesmo esse projeto “capitalista” seria visto naquele contexto como contrário aos interesses “dependentes e associados da burguesia no Brasil” (idem).

⁸³ Carta disponível na íntegra do endereço da Folha online: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml> .

4.3 Efeitos do transformismo do PT no MST

Em março de 1997, a Folha de S. Paulo lançava a matéria “PT ”corre atrás” da visibilidade do MST – Na “carona” do movimento, o partido organiza agenda intensa, como a participação em manifestação ontem”. Nesta época, o MST vivia seu período de maior expansão⁸⁴, presente em quase todos os estados do Brasil e detentor de uma grande força política, marcada pela radicalidade de suas ações e o número de ocupações que vinha realizando. Episódios violentos de repressão contra o MST também aumentam sua força e visibilidade, como o episódio de Corumbiara⁸⁵ em Rondônia (agosto de 1995) e depois Eldorado dos Carajás⁸⁶ no Pará (abril de 1996), repercutindo em todo o território nacional, tornando o MST um interlocutor obrigatório entre o governo e os assentamentos (ALIAGA, 2008, p. 35).

A reportagem veiculada pela Folha de S. Paulo retrata na declaração da então filiada ao PT, a socióloga Maria Vitória Benevides, a aproximação do PT com o movimento dos sem-terra neste período como “um novo vigor à alma do partido”, complementando que “o PT perdeu fôlego em movimentos sociais urbanos, graças ao êxito do real e da queda da inflação” e neste caso “ou o PT pega rapidinho o MST ou acaba perdendo também no setor rural”. Para ela, “o MST é o único movimento que FHC não conseguiu destruir” (FOLHA DE S. PAULO, 1997). Outro ponto levantado é o da urbanista Ermínia Maricato também militante do partido à época, que identificara em pesquisa realizada na zona sul de São Paulo, que havia um refluxo em movimentos sociais

⁸⁴ Outro fator importante a ser lembrado, sobre o mesmo período, é que sob o impacto da agenda neoliberal, na reorganização dos Movimentos sociais populares frente à nova relação de força formada entre as frações de classe capitalista, sobretudo no campo, que o MST inicia um processo de redefinição de sua estratégia política “que passa a ser ampliada internacionalmente, na busca de convergência de linhas políticas e agendas em comum, principalmente com a *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC)* e Via Campesinana (RUBBO, 2012, s/p).

⁸⁵ Massacre ocorrido em 10 de agosto de 1995, no acampamento do MST na fazenda Santa Elina, formado desde julho do mesmo ano “foram emboscados de madrugada com bombas de gás lacrimogêneo. 355 trabalhadores foram presos e torturados, mulheres foram usadas como escudo por policiais e jagunços, oito trabalhadores foram executados sumariamente e o acampamento foi incendiado com todos os pertences dos posseiros. (MESQUITA, 2003, p. 34)

⁸⁶ Em 17 de abril de 1996, dezenove trabalhadores rurais sem-terra foram mortos pela polícia militar no episódio que ficou mundialmente conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no sudeste do Pará. “Os trabalhadores do Movimento dos Sem Terra faziam uma caminhada até a cidade de Belém, quando foram impedidos pela polícia de prosseguir. Mais de 150 policiais – armados de fuzis, com munições reais e sem identificação nas fardas – foram destacados para interromper a caminhada, o que levou a uma ação repressiva extremamente violenta e na morte dos trabalhadores” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2016) <https://anistia.org.br/noticias/massacre-de-eldorado-dos-carajas-20-anos-de-impunidade-e-violencia-campo/>

pilotados diretamente pelo PT, nas áreas de moradia, transporte e saúde, e que naquele momento o MST era “maior que o PT” no cenário político do país. “O MST tem uma luz maior”, declara Maricato” (FOLHA DE S. PAULO, 1997). O texto do jornal destaca ainda a participação mais frequente dos principais líderes do PT no palanque do MST, entre eles Lula.

A fim de avaliar a mudança na postura do MST – em vista das gestões anteriores, Collor e Cardoso – em relação ao Estado, queremos chamar a atenção para a convergência em aspectos pontuais desta matéria feita pelo jornal em 1997 e a entrevista dada por Stédile para a revista *IHU online* em 2014, que tem como título “No Brasil, está em curso uma concentração da propriedade da terra, diz Stédile” e o subtítulo: “Em entrevista, João Pedro Stédile, do MST, explica quais são as análises internas do MST em relação à reforma agrária, avalia os 12 anos dos governos Lula e Dilma e rebate as críticas de que os movimentos foram cooptados pelo Estado” (MST, 2014b). Analisando as transformações em curso no MST entre 1997 e 2005, o dirigente aponta na entrevista para a necessidade de reavaliar as estratégias do Movimento frente ao quadro instaurado pelas políticas neoliberais, e as condições de atuação das classes subalternas e do governo frente aos recursos do grande capital na fase atual.

Stédile argumenta que há um “refluxo” da classe trabalhadora entre a derrota eleitoral do PT em 1989 e a implementação do neoliberalismo, que entre o campesinato e as forças populares do campo não teve tanto impacto por não estarem ligados diretamente à luta pelo emprego. Assim, no momento de refluxo de toda a classe trabalhadora, os camponeses se mantiveram mobilizados. Desta forma, o MST, de 1997 a 2005, teria assumido um protagonismo na luta contra o neoliberalismo que não esperava, momento em que “MST e PT” teriam dado novo vigor ao vínculo entre as organizações. De 2005 para frente, este quadro teria mudado em razão própria do processo de luta “os camponeses também refluíram e, nós do MST juntos, como parte dessa onda histórica de refluxo” (idem).

Na entrevista de 2014, Stédile retoma as bases da Reforma agrária popular, as novas dimensões do latifúndio e os déficits da Reforma agrária clássica, no entanto, acrescenta a perspectiva de seu vínculo com o PT, quando questionado pelo entrevistador. No primeiro ponto que destacamos na entrevista, Stédile retoma a compreensão da classe financeira como novo domínio sobre a produção agrícola no lugar do latifúndio tradicional e da burguesia industrial e aponta para a ligação que se forma entre esta e os

meios de comunicação, como um “palanque ideológico da burguesia”. A liderança atribui à mídia, em vista disto, um poder de repressão e criminalização superior ao do Estado:

Há companheiros nas universidades dizendo que o governo está criminalizando as lutas sociais. Não. Nosso problema não é só repressão policial. Nosso problema é a repressão ideológica que os meios de comunicação fazem contra qualquer luta social (MST, 2014b).

Uma argumentação semelhante é trazida em relação a conjuntura política nacional sobre a questão agrária. Quando inquerido se a Reforma agrária seria um tema presente nas eleições de 2014, Stédile responde:

Reforma agrária no sentido *stricto sensu* é um programa de governo para eliminar o latifúndio e democratizar a propriedade da terra. O que está em curso no Brasil é uma concentração da propriedade da terra. **Agora, por que isso acontece? Não é só por causa da ação de tal ou qual ministro. Isso acontece porque o capital financeiro e multinacional tomou a iniciativa de disputar a terra, a água, as sementes, e isso gerou uma hegemonia do agronegócio. O modelo de dominação capitalista está presente na produção, nas mercadorias agrícolas, na mídia, no Estado, no governo, como a força majoritária, e isso bloqueou a discussão e as conquistas da reforma agrária. [...] A concentração da propriedade de terra aumentou porque há a ação do capital independente do governo.** Então, quando se compra uma fazenda, ninguém pede se o governo deixa ou não, se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra quer ou não. O capital tem uma lógica de acumulação e vai concentrando. Nós somos vítimas desse processo (MST, 2014b).

Da mesma forma como a ação da mídia, as declarações dadas por Stédile, deixam a entender que o Estado na atual conjuntura é “refém” do capital financeiro e dos mecanismos que dispõe. Os interesses do agronegócio, assim, teriam uma força que se sobrepõem as forças governamentais. Há, portanto, a percepção de que na fase do capitalismo neoliberal, o mercado se sobrepõe ao Estado e nesta disputa “PT e MST” estariam do mesmo lado, sendo assim, ambas as organizações enfrentariam a mesma correlação de forças e não estaria o MST sendo “cooptado pelo Estado”. Quando questionado sobre o que havia dito em outro momento sobre Lula nunca ter prometido reformas estruturais e se por isso era de se esperar a relação com a reforma agrária brasileira da forma como se apresentava no quadro atual, Stédile afirma que “Lula defendeu na campanha presidencial de 2002 não foi o programa democrático e popular. O programa que ele defendeu foi o de breicar o neoliberalismo” e que sim, no governo que *a posteriori* se chamou neodesenvolvimentista, “ele cumpriu o seu programa”. Avalia criticamente, contudo que os limites do neodesenvolvimentismo estariam na dependência do capital internacional e o seu caráter de composição de classes, que para o dirigente, “até pode dar certo eleitoral e politicamente, mas não consegue ter forças para fazer as reformas estruturais, nas quais as classes proprietárias percam parte de seus privilégios” (MST, 2014b). No entanto, na sequência da avaliação, o dirigente analisa que frente aos

impasses da crise e a renúncia de parte da burguesia em dar apoio ao governo, poder-se-ia formar uma “nova coalizão de forças sociais mais de centro-esquerda, que pode exigir mudanças que resolvam os problemas do povo”, ou seja, a partir do momento que a gestão petista prescindisse do compromisso que havia assumido com a burguesia, voltaria ao projeto inicial, democrático e popular.

Em vista disto, é importante retomar três informações já trazidas neste trabalho:

- 1) O fato de o PT ter, ao longo de sua trajetória, transformado a base de seu discurso democrático-socialista em uma narrativa institucional anti-neoliberal/popular
- 2) A “aposta” divulgada pelo MST no Manifesto ao povo brasileiro em 2000, na eleição do candidato petista em 2002, em vista da construção de um projeto “popular” e por fim,
- 3) o “novo fôlego” dado ao vínculo entre PT e MST em 1997.

Articulando estes três fatores, podemos inferir que a proposta popular do MST e a plataforma de governo do Partido dos trabalhadores eleita em 2002 – apesar da declaração dada por Stédile de que esta não era desde o início a proposta lulista – lançam, ao menos em termos retóricos, o objetivo comum de “brecar” o avanço do neoliberalismo como estratégia democrática-popular. Neste caso, podemos inferir também que o que leva o presidente Lula, recém-empossado, a vestir o boné do MST, durante solenidade no Palácio do Planalto em Brasília no dia 3 de julho de 2003, é a intenção de transparecer a “vitória” de um projeto comum entre as duas organizações. Pelo mesmo motivo, o MST faria a avaliação *a posteriori* de um governo petista restrito pelas forças de oposição dentro do governo ao programa “neodesenvolvimentista”, desprovido de meios para a concretização de um projeto democrático-popular. Passemos às consequências deste conjunto de elementos para as políticas de Reforma agrária durante os mandatos petistas.

4.4 A gestão petista e o MST

Durante os primeiros anos do governo Lula, as ONGs ligadas ao MST foram as que contaram com o maior aumento no orçamento, entre as organizações que compunham sua base de apoio. Dos três últimos anos da administração Fernando Henrique Cardoso – 2000 a 2002 – para os três primeiros anos de mandato Lula, a verba repassada à Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola), a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária) e o Iterra (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária) praticamente quadruplicou, de R\$7 milhões para R\$30 milhões

FOLHA DE S. PAULO, 2006). O que aparece sistematizado no trabalho de Aliaga (2008 p.51), na seguinte tabela:

Quadro 1 – REPASSES DO GOVERNO LULA PARA O MST NO PRIMEIRO MANDATO

ENTIDADE	2006	2005	2004	2003
ANCA	5.231.314,84	3.914.645,67	7.868.775,07	5.267.691,18
ANCA	-	-	-	-
ANCA	-	1.706.125,00	46.600,00	-
CONCRAB	2.262.826,00	2.870.074,00	2.578.280,00	1.186.411,00
ITERRA	956.417,00	2.746.476,08	2.137.672,51	1.095.430,00
8.450.557,84	11.237.320,75	12.631.327,58	7.549.532,18	
TOTAL 39.868.738,35				

Quadro 2 - REPASSES DO GOVERNO FHC PARA O MST NO SEGUNDO MANDATO

Entidade	2002	2001	2000	1999
ANCA	1.463.930,00	1.512.989,00	1.874.000,00	1.808.389,50
ANCA	-	-	-	-
ANCA	-	-	-	142.085,00
CONCRAB	-	-	177.776,00	-
ITERRA	706.568,00	682.935,00	674.082,50	558.480,00
2.170.498,00	2.195.924,00	2.725.858,50	2.508.954,50	
TOTAL 9.601.235,00				
FHC				

Fonte: Agência Contas Abertas - http://contasabertas.uol.com.br/noticias/detalhes_noticias.asp?auto=1686, acesso 25/01/2007.

Entre as entidades beneficiadas está o ITERRA, principal fonte de organização e realização de projetos educacionais no MST e um dos principais vetores de concretização da produção agroecológica, através de cursos de capacitação, formação técnica e política. Contudo, os repasses feitos pelo governo não parecem, a princípio, frear a radicalidade que mantinha o MST desde a década de noventa, sendo que no primeiro mandato do presidente Lula, os números de ocupações aumentaram:

O número de invasões de terra nos três primeiros anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva superou em 55% o registrado nos 36 últimos meses da gestão tucana de Fernando Henrique Cardoso. No mesmo intervalo, a quantidade de assassinatos por conta de conflitos agrários avançou 63%.

Segundo balanço da Ouvidoria Agrária Nacional, o governo petista acumulou 770 invasões a imóveis rurais em todo o país entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005. Nos três últimos anos de FHC (2000 a 2002), a ouvidoria registrou 497 ações desse tipo.

Sob Lula, que em campanha eleitoral dizia ser o único candidato capaz de conter os sem-terra, ocorre uma média de 21 invasões a cada mês. Entre 2000 e 2002, a média ficou um pouco abaixo de 14 casos a cada 30 dias. Criada em 1999 pelo governo para prevenir e controlar os conflitos no campo, a ouvidoria passou no ano seguinte a quantificar invasões e mortes no campo -logo, não há dados anteriores para comparação.

Há dois fatores que devem ser considerados para explicar o aumento. **Primeiro, em 2000 o governo FHC baixou uma medida provisória segundo a qual quem invadia terra perdia direito a assentamentos. Lula deixou de aplicá-la na prática. Além disso, o MST deu uma trégua em 2002 para evitar que suas práticas fossem associadas ao então candidato Lula, que tinha seu apoio (FOLHA DE S. PAULO, 2006).**

Paralelamente, a nomeação de Marcelo Resende⁸⁷ como presidente do INCRA, em janeiro de 2003, acompanhado de um total de 29 superintendentes com vinculações com o MST, também não teria provocado queda no número de ocupações e consequentemente “irritado os ruralistas” (ESTADÃO, 2009). Por este mesmo motivo, afirma-se que Resende teria sido demitido no início de setembro do mesmo ano (FOLHA DE S. PAULO, 2003):

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, anunciou ontem a troca do geógrafo Marcelo Resende, 34, pelo economista Rolf Hackbart, 45, no posto de presidente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

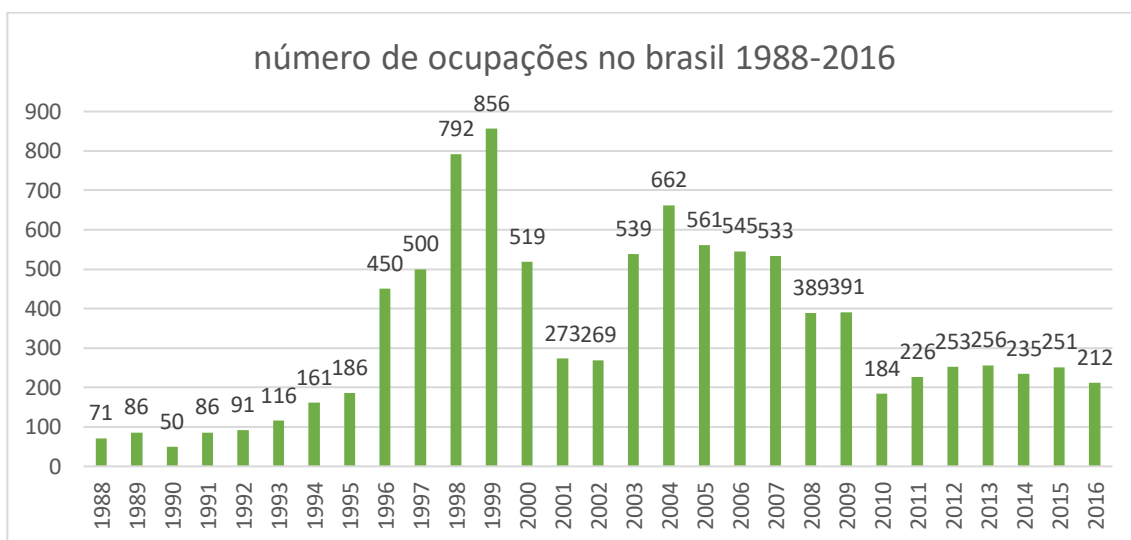
A demissão de Resende, desgastado após 171 invasões de terra nos oito meses deste ano, foi justificada como parte de um ajuste técnico, mas o próprio Rossetto afirmou que, com a escolha de Hackbart, seu amigo, buscará "afinar" o discurso entre o ministério e o instituto.

Deste modo, à luz dos dados, na média de suas ações entre 2003 e 2007, o MST teria mantido coerência com seu projeto popular apresentado em 2000, que neste momento caminha em duas frentes: político-pedagógica, com disponibilidade de recursos para ampliar o setor educacional, entre outros⁸⁸ e uma frente ativa de ocupações e conquista de assentamentos. O que é possível verificar nos dados do DATALUTA⁸⁹ (1988/2016):

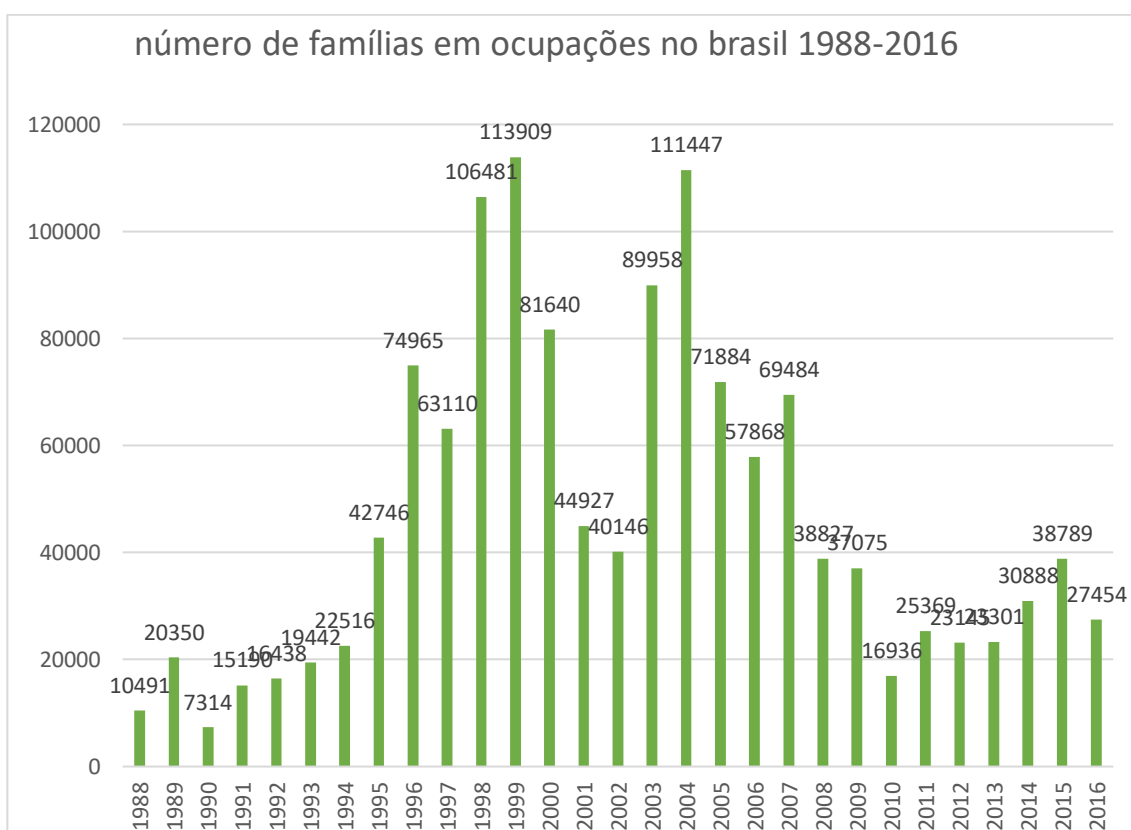
⁸⁷ Marcelo Resende é geógrafo, nascido em Minas Gerais, possui especialização em Direitos Humanos e Cidadania. Membro histórico da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (CPT, 2002, p. 12). Atuou no Instituto de Terras de Minas Gerais (Inter-MG) como diretor-geral, superintendente-geral fundiário e diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável. Também foi coordenador do Programa de Pequenos Projetos do Fundo Mundial do Meio Ambiente da ONU. Durante dois anos foi pesquisador na Universidade Federal de Uberlândia/Embrapa.(TERRA, 2002).

⁸⁸ De acordo com Peschanski (2007) a conjuntura “favorável” refletiu na estrutura organizativa do MST, num ambiente de maior liberdade, que avaliava ser desnecessário um centralismo rígido. De forma que foi possível a abertura da Direção Nacional a novos membros (idem, p. 106). Mudanças em outros setores também são possíveis de verificar a partir do conteúdo trabalhado no segundo capítulo, à exemplo do setor de formação e produção.

⁸⁹ O DATALUTA é um banco de dados com informações em escala nacional sobre ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária, mantido pelo NERA (Núcleo de

Figura 3.

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2017 www.fct.unesp.br/dataluta.

Figura 4.

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2017 www.fct.unesp.br/dataluta

Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária) onde são desenvolvidas pesquisas em nível de pós-graduação: mestrado, doutorado e pós-doutorado; em nível de graduação: iniciação científica e bacharelado por mais de uma dezena de pesquisadores, sediados na UNESP (Universidade Estadual Paulista).

Observando os dados, percebemos que em 2007 este cenário muda, e há uma desaceleração entre o número de ocupações, principalmente entre famílias acampadas, que até o fim do segundo mandato Rouseff é sobremaneira menor do que os governos precedentes aos petistas. Outro dado importante a ser observado são os que mostram que entre maio e agosto de 2006 os números de ocupações caem mais que a metade, ao mesmo tempo que os benefícios orçamentais crescem, conforme pesquisa divulgada pela agência Contas abertas:

Nos últimos quatro meses, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pela política fundiária do país, dobrou seus gastos em relação ao início do ano. Se de janeiro a abril, o ministério desembolsou R\$ 449,1 milhões com os programas da pasta, de maio a agosto, a conta chegou a R\$ 1 bilhão, considerando os restos a pagar pagos de anos anteriores [...]

O ápice dos empenhos do MDA ocorreu em junho, mês em que a candidatura do presidente Lula à reeleição foi oficializada, chegando a R\$ 724,2 milhões. Coincidência ou não, foi esse também o período em que o MST realizou o menor número de ocupações: apenas uma. De janeiro a agosto deste ano, o ministério empenhou (reserva orçamentária) R\$ 2,8 bilhões. O valor é 37% superior a quantia comprometida no mesmo período do ano passado (R\$ 2 bi) (BRAGA, 2006).

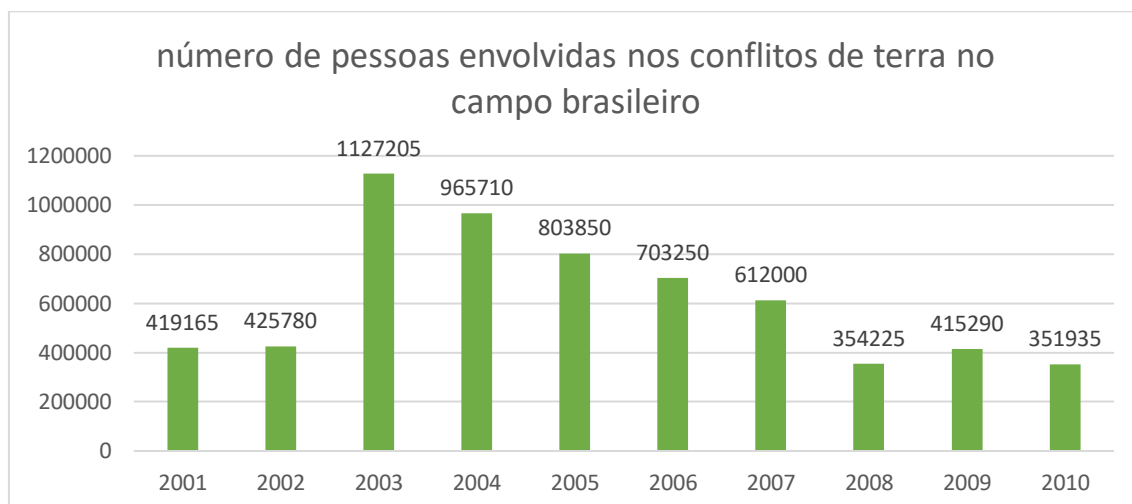
Se, por um lado, os dados expostos nesta ordem sugerem o que fora destacado no artigo da FOLHA DE S. PAULO (2006) sobre Lula se considerar o único candidato capaz de “conter” os Sem-terra, por outro, meses antes ao período eleitoral, o MST organizava ações de grande repercussão nacional, como a destruição do centro de pesquisas da Aracruz Celulose⁹⁰, no Rio Grande do Sul. A queda no número de ocupações assim, não seria preocupante em vista de uma estratégia conjuntural. Contudo, deste período para frente o MST não retoma o fluxo de ocupações e adentra ao que Stédile chamou de um “refluxo”⁹¹ dos Movimentos sociais. A figura abaixo, permite reconhecer a existência de

⁹⁰ Sobre este mesmo episódio, deve-se tomar nota do que constata Stédile em vista dos métodos da Reforma agrária popular: A reforma agrária de agora é de outro tipo. É uma reforma agrária que nós chamamos popular, porque ela interessa a todo o povo. Não é mais uma reforma agrária camponesa. Não é mais uma reforma agrária de sem terras. Os sem terras queriam reforma agrária para quê? Para ter terra. Mas ter terra não resolve o problema. **Agora precisamos de uma reforma agrária mais ampla, que interesse a todo o povo. E por que é difícil ela sair? Porque a nossa forma de luta, de ocupar terras, de fazer marchas, era apropriada para enfrentar e derrotar o latifúndio. Era suficiente como tática de luta para conquistar a terra. Agora não. Agora tu enfrentas uma Bunge, uma Monsanto, a Aracruz. Quando nós fizemos aquela ação das mulheres, há cinco anos, contra a Aracruz, veja o "massacre" que nós sofremos na mídia. Porque a população na cidade ainda não tinha consciência de que o eucalipto é um prejuízo também para a cidade. Nós pagamos sozinhos aquela conta. E nós seguramos no peito.** A nossa sorte é que Deus existe e que o próprio capitalismo levou a Aracruz à falência. Aquele viveiro no qual destruímos as mudas, hoje está fechado. Foi fechado pela própria contradição do capital. (MST, 2014b).

⁹¹ “Por outro lado, e vivemos repetindo isso porque este debate está ausente da academia, a escola de pesquisadores britânicos marxistas — que se baseiam em Marx, Lenin e em todos os pensadores clássicos — interpreta que a luta de classes nos países capitalistas aparece na forma de ondas. Há momentos em que

uma baixa dos conflitos por terra vividos no campo desde 2003, estabilizada desde 2007/2008:

Figura 5.



Fonte: CPT (2001-2010).

O ano de 2003, com o maior número de pessoas registradas, envolvidas em conflitos no campo, aproximadamente, 1,1 milhão de pessoas envolvidas, bastante acima dos registrados em 2001 e 2002, com 419 e 425,5 mil respectivamente, marca o acirramento nos antagonismos sociais, ilustrando as estratégias e a esperança em como o governo eleito trataria o tema da reforma agrária. Já no ano de 2006 observa-se a queda para 703 mil, chegando a 352 mil pessoas envolvidas em conflitos, no ano de 2010. Número este abaixo dos registrados nos últimos 2 anos de governos de Fernando Henrique Cardoso (COSME, 2016, p.336).

Em relação aos assentamentos implantados, o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA aprovado em 2003, que previa o assentamento de 430 mil famílias em quatro anos, apresentava dados bastante aquém do estipulado. O que se agrava pelo fato de que, segundo trazia o DATALUTA, de 2003 a 2005 teriam sido assentadas 244.289 famílias, no entanto, apenas 25% das famílias foram assentadas em terras desapropriadas, enquanto 183.202 famílias foram assentadas em “assentamentos já existentes ou em assentamentos implantados em terras públicas ou em assentamentos já existentes em terras públicas” (idem). Pelo menos um terço destas famílias foram assentadas em projetos extrativistas, reservas e assentamentos feitos pelos estados (FOLHA DE S. PAULO, 04/11/2007). A

tu tomas a iniciativa, há momentos em que há disputa, como foi o caso em 1964 e em 1989, e há momentos de refluxo.”(MST, 2014b)

“fabricação” de índices de assentamentos não é uma invenção dos governos petistas, já era uma prática sistemática do governo Fernando Henrique⁹², denunciada pelos movimentos sociais, continuada na gestão Lula.

O fim do primeiro mandato Lula, marcado pela percepção de que este era um “governo em disputa”, teria provocado, de fato, uma “confusa paralisia” entre as lideranças do Sem-terra, que enxergavam uma disputa político-ideológica no interior do governo entre “uma tendência conservadora, neoliberal com influência, sobretudo, na área econômica e uma tendência progressista, influente na área social. Lula estaria entre os progressistas e por esta razão não seria inimigo do MST” (FEIX, 2005, p. 96 apud ALIAGA, 2008, p. 45). Com o passar do tempo, no entanto, tal situação deixou de estar confusa e, segundo Stédile (idem): “o Movimento percebera que se tratavam não de políticas neoliberais transitórias e sim programáticas”. Contudo, ainda caberia ao MST, como tarefa, “empurrar o governo para fazer mudanças” (FEIX, 2005, p. 96 apud ALIAGA, 2008, p. 46).

Para Mitidiero (2017), O MST, entre 2005 e 2006, vivia um “pico” de sua força ao perceber que o “governo do PT era um governo em disputa” e que a realização da reforma agrária “não dependeria da boa vontade de uma figura pública ou partido político” (MITIDIERO, 2017, p.6). No entanto, o que acontece a partir de 2005 é um processo de refluxo, que reunindo as declarações dadas por Stédile, resgatadas neste trabalho, deve-se à três principais motivos: à uma dinâmica própria da luta de classes, da ação da mídia e da correlação de forças internacionais do grande capital.

Uma outra leitura sobre a “baixa” na radicalidade do Movimento é elaborada por Aliaga e Deni (2016) onde, sem desconsiderar os elementos apontados por Stédile, indicam que o aspecto central da análise consiste na relação entre o Estado e a Reforma agrária na gestão petista, isto é, como esta intervém na mudança de estratégia no MST. Sob o entendimento da “forma partido” do MST e da ligação orgânica com o PT, os autores analisam o fato de um encontro entre MST E PSDB⁹³ expressar uma continuidade

⁹² Por meio do DATALUTA, conferimos todo ano os assentamentos em todos os municípios. Com esse procedimento identificamos o processo de clonagem de assentamento, no segundo governo FHC. Descobrimos essa artimanha na conferência dos assentamentos por municípios. Encontramos assentamentos criados na década de 1980 sendo divulgados como implantados em 2001” (FERNANDES, 2007, s/p).

⁹³ O episódio que provocara a reflexão dos pesquisadores, é descrito como: “um evento no Palácio dos Bandeirantes, no dia 14 de janeiro, reuniu as duas entidades para a inauguração da sanção do governador acerca do projeto de lei estadual 1.209/15, que permite a transmissão de terras a herdeiros de assentamentos rurais e o acesso deles a meios de financiamento. Assim, se o titular do lote falecer, a concessão passa para

no Movimento do processo de transformismo vivido pelo PT, perceptível nos recentes posicionamentos políticos assumidos pelo MST. O “transformismo” do MST, seria assim definido como:

[...] o esvaziamento do conteúdo socialista que o movimento construiu ao longo de sua história, o enfraquecimento da crítica social radical que sustentava e das ações diretas maciças que promovia. Em suma, representa a opção pela administração do problema da ausência de reforma agrária em detrimento da “Reforma agrária na lei ou na marra”. A palavra de ordem foi cortada pela metade: a ausência prática do “na marra” e a supervalorização da “lei” deixa transparecer a priorização das políticas públicas do Estado à ação direta – esse é o “x” da questão (ALIGA; RUBBO; 2016).

Por esta chave, o “refluxo” vivido pelo MST coincide com a dinâmica apontada pelos autores sobre o MST ter mantido um “pragmatismo político”, que o tornou “refém dos jogos eleitorais da ordem no país, e nesse contexto, procura aproveitar as contradições dessa dinâmica” (idem). Assim, não seria um espanto o encontro entre o MST-SP e o governo Alckmin, uma vez que a ligação com o PT, a essa altura (2016), representa claramente a negociação com um governo que tem como ministra Kátia Abreu, expoente da atual geração de representantes do patronato rural e do agronegócio.

Uma outra reflexão que corrobora para os fins deste debate é elaborada Sampaio Jr. (2013, p. 228) acerca da relação entre os governos do PT e movimentos sociais. No raciocínio do autor, os rumos tomados na luta pela reforma agrária exemplificam a desorganização nos propósitos do Movimento, provocada em grande medida, pela ação neutralizadora ou repressora do Estado:

Mesmo mobilizando expressivo contingente de trabalhadores Sem Terra [...] a luta pela terra não conseguiu descongelar a reforma agrária. A derrota foi duplamente condicionada. De um lado, os trabalhadores rurais não lograram acumular força necessária para enfrentar o latifúndio. Ao desvincular a luta pela reforma agrária da luta pela revolução brasileira, ou seja, da luta contra o capitalismo dependente, os Sem Terra não conseguiram nem unificar o próprio campo em torno da bandeira da reforma agrária, nem muito menos unificar os trabalhadores do campo e da cidade em torno de uma bandeira comum. Sem unidade de classe, as lutas sociais pulverizam-se em reivindicações corporativas que eram, de uma maneira ou de outra maneira, neutralizadas, seja pela repressão, seja pelo cooptação. De outro lado, a burguesia brasileira revelou a

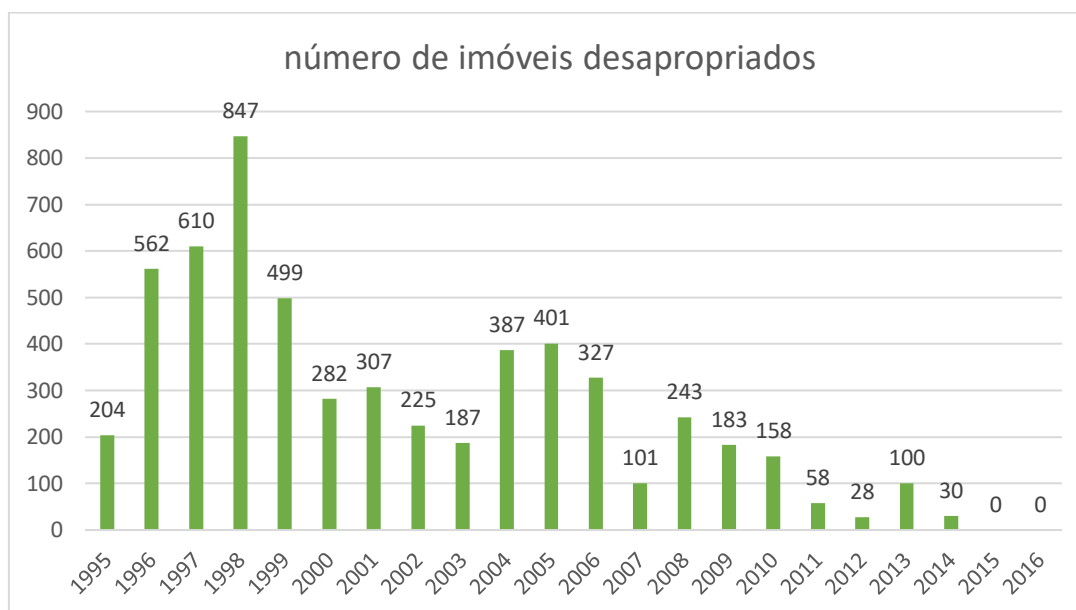
o filho ou sucessor legal. Segundo a própria página do MST, a lei garantirá a segurança jurídica para a concessão de uso da terra seja repassada a outro membro da família e beneficiará cerca de 7 mil famílias. Todavia, o que chamou atenção foram as declarações de Gilmar Mauro, dirigente do MST, que estava presente no evento: “Há uma orientação política de que queremos avanços, de votar em setores progressistas. Se dentro de setores progressistas tiver alguém do PSDB...” O dirigente chegou a afirmar que a lei sancionada foi “a melhor lei de terras do Brasil aprovada no estado de São Paulo e nós esperamos que o exemplo daqui sirva também em nível nacional”. Um cutucão claro em relação governo federal e sua morosidade no andamento dos projetos de reforma agrária e sob uma ambiguidade do ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, que coloca e tira o boné do movimento, conforme a plateia” (ALIGA; RUBBO, 2016).

sua posição implacável a qualquer alteração que pudesse ameaçar o domínio absoluto do latifúndio sobre o campo, confirmando – mais uma vez – que um desenvolvimento capitalista controlado pelo capital internacional e baseado na super exploração do trabalho não pode dispensar o latifúndio como viga mestra da organização econômica, social e política no campo (SAMPAIO JR, 2013, p.228).

Para Sampaio Jr., a “meteórica opção do PT pelo latifúndio” já havia sido definida no início do governo Lula, quando demitira Marcelo Resende da Superintendência do INCRA, surpreendendo a CPT e o MST. Nos anos seguintes, as políticas agrícolas e agrárias viriam para revitalizar o agronegócio, liberando forças que reforçaram a concentração fundiária e o poder do grande capital financeiro sobre o campo. O abandono da reforma agrária no governo Dilma, caracterizado pela paralisia das desapropriações, que veremos na próxima seção deste capítulo, seria assim, o resultado inexorável desse processo (idem). Ao que se somou como fator agravante: a diminuição no número de ocupações realizados pelo MST e por consequência, a perda efetiva na capacidade de pressionar ou representar uma oposição ao governo.

4.5 PT – limite para o projeto nacional popular: O MST e a administração pública

Os efeitos de transfiguração sobre a hipótese de um governo nacional-desenvolvimentista não foram suficientes para todas as medidas político/econômicas de caráter neoliberal mantidas e sobremaneira aprofundadas no governo de Rousseff, e as consequências desta gestão no agravamento dos entraves ao desenvolvimento de políticas de Reforma agrária no país, foram consideradas pelo coordenador nacional do MST, Alexandre Conceição, as piores na história da Reforma agrária (O GLOBO, 2014) – ainda sem saber que 2015 entraria “para a história como o ano que não existiu para a Reforma Agrária”, como afirma o mesmo dirigente em janeiro de 2016 (MST, 2016). Conquanto se tente desvincular as premissas políticas da gestão Lula de sua sucessora, os dados demonstram um decrescimento contínuo entre os governos de 2006 em diante, chegando ao ponto mínimo de uma “Reforma agrária paralisada” como demonstra a figura 6:

Figura 6.

Fonte: Incra (1995 – 02/2016).

O argumento petista de que o foco do governo Rousseff seria na “qualidade” e não na quantidade de assentamentos versava sobre uma “nova lógica” da Reforma agrária, que não olha “pura e simplesmente” para a distribuição de terras, mas para a necessidade de garantir condições de desenvolvimento na terra, segundo que “nada adianta a distribuição com a permanência das populações na extrema pobreza”⁹⁴. Uma declaração conveniente ao momento que passa o MST, que, a princípio, coincide como as novas bases da Reforma agrária popular, não fosse pelo que Stédile reafirma no 6º Congresso Nacional sobre se poder “falar qualquer coisa da reforma agrária, que a reforma agrária é uma feijoada, mas que sem feijão não há feijoada” (MST, 2014a), a metáfora do dirigente se refere a “redistribuição do latifúndio” como o “feijão” desta “feijoada”. O que quer dizer que, sem redistribuição de terra não há Reforma agrária.

Da forma como coloca Stédile, nessa ocasião, e com base no que reunimos do conteúdo sobre a Reforma agrária popular! e seu projeto agroecológico, o MST não elege a nova matriz de produção a fim de suspender o conflito de terras e sua disputa territorial com o grande latifúndio. Não seria, portanto, uma escolha entre “quantidade” ou “qualidade” dos assentamentos, ou a prioridade de uma pela outra, a mudança fundamental na sua nova orientação política. O que acompanhamos por dentro do material

⁹⁴ Informação verbal da Presidente Dilma Rousseff durante a posse do Ministro do Desenvolvimento Agrário Pepe Vargas em 14 de março de 2012 (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA, 14/03/2012)

disponibilizado ao público em geral e na maioria das entrevistas concedidas por dirigentes à mídia e a comunidade, a agroecologia é compreendida como um “salto de qualidade” e um aprofundamento no que torna a Reforma agrária um movimento além da posse da terra, preocupado com uma mudança na visão de mundo dos sujeitos que compõe sua base, capacitando-os para a crítica do seu próprio modo de produção e organização do trabalho.

Sendo assim, medidas que apontam para o aumento na concentração de terras⁹⁵, e um índice de Gini⁹⁶ ainda mais elevado dentro da estrutura fundiária, não podem ser consideradas dentro de uma mesma “nova lógica” da Reforma agrária, agroecológica e popular, compartilhada entre MST e PT, se não de forma inconsistente e paradoxal. Para além dos fatores nacionais, as políticas para facilitar a presença de empresas internacionais e de capital estrangeiro na posse de terras, durante os governos Lula e Dilma, implicaram em um aumento significativo da estrangeirização de terras, na posse de recursos naturais, bem como no controle produtivo de *commodities*⁹⁷, o que põe por terra bandeiras como a da Soberania alimentar, compartilhada pelo MST e Via Campesina, motriz da internacionalização das lutas camponesas. Diante disto, é incontornável reconhecer um impasse entre a proposta de reformulação e “ressignificação” da reforma agrária e o vínculo entre MST e PT, uma vez que o projeto de Reforma agrária não pode se consolidar a despeito do avanço do agronegócio em suas diversas frentes.

4.6 Os termos da conciliação

A opção pelo agronegócio nos governos Lula e Rousseff, reafirmada ao longo da gestão petista, revela ser de fato “vencedora de recordes”, como propagado na matéria de capa da seção “agronegócio” na página virtual do Instituto Lula “Governos Lula e Dilma

⁹⁵ Trouxemos na nota 26, no capítulo I, os dados pré-divulgados pelo novo censo do IBGE, a ser lançado em 2019, que evidenciam o aumento na concentração de terras do último censo realizado em 2006.

⁹⁶ “O índice de Gini é um coeficiente de mensuração da desigualdade que varia entre 0 e 1, utilizado principalmente em estudos sobre a distribuição de renda. No caso do estudo sobre a distribuição de terras, 0 corresponde à completa igualdade (a terra está igualmente dividida entre os imóveis), portanto quanto mais próximo de 1 estiver o valor, mais desigual será a distribuição das terras.” (LEITE, 2018). No caso brasileiro, o índice de Gini resultava em 0,838 em 1998; passando para 0,816 em 2003; 0,838 em 2010; 0,839 em 2011; 0,833 em 2012; e 0,860 em 2014, segundo tabela divulgada pelo DATALUTA (2017, p.33).

⁹⁷ cf. DATALUTA, 2017, p. 55-73.

multiplicam por cinco a oferta de crédito e o agronegócio bate recordes sucessivos” (INSTITUO LULA, 2019). Nesta reportagem, o Instituto discute a relação prodigiosa com o agronegócio, que diante dos maiores planos safra da história “respondeu à altura” (idem), tornando-se um gigante mundial. Podemos dizer que o conteúdo da matéria confirma o seguinte discurso feito pelo ex-presidente em 2007, sobre seu comprometimento com o setor.

Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias. E têm políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser mais sérios, porque nós temos que garantir para eles o atendimento ao suprimento”, afirmou o presidente, ao discursar durante evento na cidade de Mineiros (GO) (Discurso do Presidente Lula no ano de 2007).⁹⁸

Durante o governo Rousseff, as críticas pontuais feitas pelo MST em relação ao PT se intensificaram, sendo o status “paralisado” da Reforma agrária atribuído à má gestão deste governo, pelo Movimento e por membros do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários (FOLHA DE S. PAULO, 2016), ainda que, numa tentativa de reaproximação com os Movimentos sociais, o governo Rousseff tenha nomeado à frente do MDA Patrus Ananias⁹⁹ e em 2016 o Ministério tenha tido o maior orçamento anual desde sua criação. A questão que chama atenção para a nossa análise, destarte, consiste no fato de que as estratégias para conduzir e cobrar medidas sobre tais críticas não mudou o “refluxo” no quadro de ocupações ou intervenções diretas e de massa, mas que, entre marchas e manifestações, o Movimento exigira a “Dilma que elegeram”¹⁰⁰ (MST, 2015d).

⁹⁸ Informação verbal do presidente Lula durante a inauguração do Complexo Industrial da Perdigo Mineiros-GO, 20 de março de 2007 (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA, 20/03/2017).

⁹⁹ Patrus Ananias de Sousa é advogado, especialista em poder legislativo, mestre em direito processual, professor na faculdade mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e pesquisador da escola do legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. De 1989 a 1992, exerceu o mandato de vereador em Belo Horizonte pelo PT, onde foi relator da Lei Orgânica do Município. Entre 1993 e 1996, foi prefeito de Belo Horizonte. Em 2002, elegeu-se deputado federal, exercendo o mandato em 2003. Em 2004, durante a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, onde, dentre outros programas sociais, foi responsável pela implementação do Bolsa Família, permanecendo no cargo até março de 2010. Em 2014 foi eleito deputado federal. Em janeiro de 2015 foi nomeado ministro do Desenvolvimento Agrário do governo Dilma Rousseff. (PT, 2019). Ainda sobre a nomeação do Ministro é interessante a declaração dada por Alexandre Conceição, dirigente do MST e crítico do governo Dilma “O coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Alexandre Conceição, disse que vê “com alegria” a posse de Patrus Ananias no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ele afirmou que o movimento ajudará o novo ministro a “fazer o debate da função social da terra” e que a posse dele simboliza um “novo momento para a reforma agrária”. O coordenador do MST disse acreditar que Patrus fará um “contraponto” à nova ministra da Agricultura, Kátia Abreu, criticada pelos movimentos sociais. Conceição rebateu Kátia Abreu, que afirmou em recente entrevista que não existe mais latifúndio no Brasil. “A ministra é uma latifundiária, ela está negando a própria origem” (VALOR ECONÔMICO, 2015).

¹⁰⁰ A matéria veiculada pelo site do MST trata diretamente de uma postura da Frente Brasil popular, que tem o MST como membro e a declaração de Stédile no conteúdo da reportagem “Nas manifestações, os movimentos sociais disseram querer “a Dilma que elegeram”, cobrando que a presidenta assumia

As críticas à Rousseff, assim, em diversas ocasiões recaem sobre uma “inabilidade” política, que no limite, não soube realizar uma composição de forças como as do governo Lula.

O tratamento que o governo Lula dava ao movimento é diferente do que o governo Dilma?

Claro! O governo Lula tinha uma composição de forças mais progressista. No governo Lula, o corpo ministerial vinha de um processo de luta social, agora é um corpo ministerial tecnocrático. O Lula tinha carisma popular e não sofria tantos ataques para desgastar o governo. A pressão da mídia não assusta a presidente Dilma, mas assusta todo o aparato estatal. Quando sai uma notícia ruim de um ministério, a pasta toda fica em pânico. Essas mudanças, a gente percebe, foram para pior. Além disso, no governo Dilma as forças do agronegócio têm uma presença maior do que no governo Lula. Eles ocuparam um espaço maior, fruto de um avanço do agronegócio no Congresso. Agora, a bancada ruralista fica o tempo todo blefando com o Executivo, para ampliar seu espaço nos programas e no governo. As coisas chegaram a um ponto absurdo. Quem diria que a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), uma das primeiras a assinar o pedido de impeachment do presidente Lula e da CPMI do mensalão, agora é da base do governo (idem).

A insatisfação com o governo Rousseff, parece não só atingir o MST, mas também empresários do agronegócio, que em conjunto entoam “Volta, Lula”¹⁰¹ (O GLOBO, 2014), entre eles Maurílio Biagi, presidente do agrishow¹⁰² de Riberão Preto. Distanciando o ponto de vista, a crise que se instalara em proporções mundiais nesse momento, que já se estabelecia em proporção avançada no Brasil, parece impor um fim à composição de classes iniciada por Lula e provocar a reação de ambos os setores. O cenário que se instaura nestas condições parece assim se resumir em grande parte deste trecho de entrevista concedida pela coordenação nacional do MST na Bahia, Evanildo Costa em dezembro de 2015 (MST, 2015e):

Recentemente o presidente do DEM-BA, José Carlos Aleluia, disse que a Veracel não duplica sua fábrica por causa do MST. Segundo ele, houve um acordo entre a empresa e o MST para que a empresa destinasse uma área à entidade para assentamentos de famílias em troca da suspensão das ocupações, mas o movimento não teria cumprido sua parte e voltado a ocupar terras da Veracel. O que o senhor tem a dizer em relação a isso?

Primeiro quero deixar claro que estamos vivendo mais um momento de criminalização dos movimentos sociais, principalmente o MST. Ocorreu com

compromissos de campanha com os trabalhadores e a manutenção de conquistas sociais. O líder do MST, João Pedro Stedile, disse que os movimentos sociais estarão ao lado do governo na defesa do mandato de Dilma se o processo de impeachment for levado adiante, mas também criticou a demora do Palácio do Planalto em reagir a problemas da economia que afetam diretamente os trabalhadores, como o aumento do desemprego e da inflação.

¹⁰¹ “Empresários dos setores do agronegócio e exportação estão entre os mais entusiastas do “Volta, Lula”. Uma parte significativa deles entende que a gestão do ex-presidente foi melhor para seus negócios. Há também, no entanto, os que fazem pesadas críticas à presidente Dilma Rousseff e decidiram apoiar candidaturas da oposição. De modo geral, os dois grupos estão apreensivos com os juros altos, a retomada da inflação, o baixo crescimento econômico e o crescente déficit público, entre outras incertezas da economia.”

¹⁰² Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação, a maior do país e entre as três maiores do mundo. disponível em: <https://www.agrishow.com.br/pt/Home.html>.

frequência na década de 1990 no período em que Fernando Henrique Cardoso era o presidente e os principais meios de comunicação procuraram difamar o MST. Isso tem ressurgido muito forte, em especial nessa **conjuntura onde há uma tentativa de golpe para a retirada da presidente da República e muita gente tem pedido o retorno do regime militar**. Temos nos posicionado contra isso e mobilizado para impedir o golpe. Por causa disso existe um ódio muito grande da elite e os meios de comunicação tipo Rede Globo, que tem relações fortes com o poder econômico.

Mas e a questão da Veracel?

A luta naquela região começou em 2005. A Veracel chegou na década de 90 com muita força na região, com muita promessa de emprego, também prometido pelas outras empresas do ramo, a Fibria e a Suzano. Mas ultimamente as pessoas têm caído na real. Onde está concentrado o eucalipto está a maior parte da miséria - em Porto Seguro, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Mucuri. São municípios que cada dia se tornam mais violentos, com aumento de desemprego, prostituição infantil. O eucalipto não gera renda para a população. A renda vai para o capital financeiro internacional. Daí vem a luta. Em 2005 fizemos a mobilização de uma área em Porto Seguro que teve uma repercussão internacional. **Na época o presidente Lula estava indo à região para inaugurar uma fábrica de celulose da Veracel e nessa visita ele propôs à empresa e ao movimento, para evitar um conflito, esse acordo. A Veracel se comprometeu a passar algumas propriedades para o MST e os governos estadual e federal apressaram a desapropriação de outras áreas na região. Com isso ocorreu uma apaziguada na região. Em 2009 voltamos a mobilizar diante do aumento de demanda por terras, já que mais famílias estavam sendo expulsas de suas propriedades.**

O MST tem criticado a política de reforma agrária das duas gestões da presidente Dilma Rousseff. O novo ministro da Reforma Agrária, Patrus Ananias, que foi apoiado pela entidade, mudou o quadro?

Durante o primeiro mandato de Dilma e esse início do segundo tivemos muita dificuldade no processo de desapropriações de terras. Não tinha diálogo na gestão passada. Agora tem uma pessoa comprometida com a reforma agrária, o ministro Patrus, além da presidente do Incra, Lúcia Falcon, mas essa boa vontade não tem se traduzido em coisas concretas.

Falta dinheiro...

É. Veio a crise econômica e tudo se justifica na crise. Num primeiro momento houve um corte de 45% na área de reforma agrária e hoje já chega a 60%. Vieram com boa vontade, apresentaram plano para assentar 120 mil famílias em todo o país. Criou a expectativa de assentar todas as famílias acampadas, depois veio o corte no orçamento, e quando vem a crise quem sofre mais é o lado social. Foi cortado orçamento também da saúde e educação. Não foram taxadas as grandes fortunas deste país. No Brasil este ano não teve nenhum decreto de desapropriação, embora o governo continue afirmando que vai assentar todas as famílias que estão acampadas 10, 15 anos. O discurso tem que sair do papel.

Mas essas dificuldades e problemas não são motivos para vocês se negarem a ir às ruas defender o mandato da presidente Dilma ante o impeachment...

São duas coisas diferentes. Uma é lutar pela reforma agrária e a gente tem feito isso: muitas caminhadas, ocupações de fazenda, de órgãos públicos na Bahia e no Brasil. É uma luta por nós e contra o sistema, que tem um parlamento conservador, contra o Judiciário que não ajuda, atrapalha. Mas somos contra esse processo de golpe que está sendo construído no Brasil. A democracia foi feita a duras penas, muita gente morreu para derrubar a ditadura. Quando você tem uma presidente eleita legitimamente e vê no dia a dia as pessoas querendo derrubá-la a qualquer custo, os movimentos sociais não

aceitam isso e vai para a rua defender a democracia, mas ao mesmo tempo questionam o modelo econômico. Não concordamos com a política do ministro Joaquim Levy, que para resolver o problema da crise prefere cortar nos orçamentos da classe trabalhadora em vez de cortar dos ricos. É um absurdo também o tratamento que a televisão dá a Eduardo Cunha e outros políticos de esquerda. Veja o caso do helicóptero apreendido com cocaína em Minas Gerais [aeronave pertencente ao deputado estadual Gustavo Perrella]: até hoje não tem ninguém preso. Os escândalos da direita no metrô de São Paulo e a gente não vê também ninguém preso. Ao contrário dos políticos de esquerda. Não somos a favor da corrupção. As pessoas que cometeram crime têm de ir para a cadeia, mas primeiro tem que provar

Diante da crise, o governo Rousseff passou a não ter mais recursos para manter em vigor o desenvolvimento paralelo dos interesses do MST e do agronegócio. Os acordos e as medidas representativas - como a presença de Patrus Ananias - passaram a ser, por um lado, incômodas e, por outro, insuficientes. O conjunto de insatisfações provocou críticas de diretorias do MST ao governo, mas ainda insuficientes para uma ruptura com a gestão, sobretudo frente à ameaça de um golpe institucional que se desenhava, visto que, se diante das eleições de 2014, Rousseff era considerada a melhor das opções para evitar que o país “retornasse ao neoliberalismo” (MST, 2014b), em 2016 este cenário ameaçava se tornar ainda mais desfavorável.

4.7 A “confusa paralisia” como “aspecto de domínio”

As condições concretas de um movimento surgido de uma camada “expulsa” do seu meio de produção e, portanto, de sua possibilidade de reprodução material, representa, evidentemente, os maiores desafios para que o MST se desenvolva em condições completamente autônomas, sobretudo em vista da heterogeneidade – de objetivos e consciência/adesão ao projeto do Movimento – que apresenta a base de militantes. No entanto, as soluções imediatas que representam uma política de governo mais voltada para medidas compensatórias do que propriamente para um projeto de reforma agrária integral, firma a possibilidade de que as antigas formas sociais e políticas se renovem na forma “do velho com roupa nova”.

Nesta direção, o que se viu durante o período de governo do Partido dos Trabalhadores foi a conciliação de classes por meio da divisão desequilibrada de orçamento entre o pequeno agricultor e o agronegócio, sendo o orçamento destinado ao segundo constantemente superior. A convivência da agricultura familiar com o agronegócio, como vimos, não é um impasse para o setor de *commodities*, uma vez que este não tem o interesse de produzir bens de consumo para a população, isto é, de produzir

alimentos. Não obstante, o impacto do agronegócio na agricultura familiar é devastador, tanto pelas consequências da exposição aos produtos químicos, quanto pela dependência financeira e controle da produção. Sendo assim, políticas que impulsionam a combinação dos dois modelos, privilegiam sobremaneira o setor do agronegócio, principalmente quanto à concentração de terras.

A relação entre PT e MST transparece, nesta configuração, um “aspecto de domínio” de direção política, uma vez que provoca uma “confusa paralisia” no MST. Assim, questões estruturais como a reforma fundiária e redistribuição de terras, que tornam possíveis a construção material de um terreno onde possa desenvolver uma “nova concepção de mundo”, como vimos no segundo capítulo, estão distantes ou inatingíveis dentro do quadro de relações de força que se forma em dada aliança. Desta forma, enfraquece-se a formação de intelectuais orgânicos, dispostos a disputar os interesses fundamentais do Movimento pela substituição de um Estado paternalista, como no processo de transformismo descrito por Gramsci, por onde “tolhem suas lideranças e decapitam as classes subalternas, mantendo-as em sua subalternidade” (ALIAGA, 2017, p. 39).

CONCLUSÃO

A premissa monográfica gramsciana permitiu-nos compreender que ao tratarmos do MST como objeto, em meio às relações de força nacionais e internacionais, estamos diante de uma sobreposição de questões da subalternidade. O MST surgiu em resposta às contradições que estruturam o desenvolvimento do capitalismo no país, ao mesmo tempo em que é resultado da organização popular, que reage contra a precarização da vida no campo de um amplo contingente de famílias “despossuídas” da terra.

No início de sua trajetória, diante das necessidades mais urgentes da base e organização da produção, orientado por uma ideia de coletividade e de progresso da agricultura “moderna”, o MST, contraditoriamente, utilizou no setor produtivo dos pressupostos da Revolução verde, mesmo paradigma adotado para expansão do agronegócio brasileiro e subsídio técnico para a concentração de terras. A fim de encontrar alternativas aos problemas gerados por esta contradição e para conter o impacto do avanço do neoliberalismo brasileiro e o consequente encurralamento político/econômico que ameaçava os movimentos sociais, o MST iniciou em seu IV congresso nacional, em fevereiro do ano 2000, uma profunda revisão interna, que resultou na adoção da agroecologia como nova orientação política do Movimento. No mesmo ano, o adjetivo “popular” tornou-se o novo lema do projeto de Reforma agrária, caracterizando mudanças nas propostas do MST para agricultura no país, mas também um movimento interno, de reestruturação na metodologia de formação do movimento, na relação entre intelectuais e base.

A busca por uma “qualificação do debate” sobre o modo de vida e produção no campo, frente à complexidade criada pela trajetória econômica/nacional de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, evidenciam o avanço do Movimento para o terreno do “novo”¹⁰³. Na medida em que o MST concentra seus esforços no embate ideológico com as concepções burguesas para o mundo rural e a necessidade de enfrentar o senso comum e reconstruir a história das classes subalternas, como premissa para elaboração de uma nova concepção de mundo no campo, como parte de seu projeto, o Movimento busca criar uma vontade coletiva democrática e popular, dando centralidade

¹⁰³ Usamos neste momento a crítica de Carlos Nelson Coutinho à Caio Prado Jr., para tratar do movimento interno que realiza o MST. Neste sentido a crítica na análise onde “o que predomina não é a emergência do novo, mas sim a conservação do velho” (COUTINHO, 1988, p. 227) é usada para evidenciar o sentido oposto, a atenção ao “novo” frente ao velho.

a soberania nacional e o papel da reforma agrária para alcançá-la, o que consideramos corresponder às elaborações gramscianas sobre a construção da “nação” no sentido “povo-nação” ou nacional-popular. Em vista disso, entendemos que o MST dá “um passo atrás” na sua estrutura interna, para “avançar dois à frente”¹⁰⁴ na contemporaneidade de seu projeto, nos ganhos em complexidade acumulados no meio rural, sobretudo, pelas características do capitalismo brasileiro, autocrático e dependente¹⁰⁵.

O que parece não estar claro, contudo, é se o projeto integral da Reforma agrária popular! se direciona para a soma de uma transformação radical da sociedade ou se pretende uma “melhora” na relação com Estado, na disposição de mais recursos e programas de governo com objetivos pontuais. A segunda opção, levaria à um cenário conveniente às políticas com foco na “qualidade” das condições de vida nos assentamentos e acampamentos, como trazia a proposta do governo Rousseff (2011-2016) para as políticas de Reforma agrária, o que, no entanto, vimos, adveio em detrimento do avanço na reestruturação fundiária. Destarte, levantamos no terceiro capítulo a discussão sobre as diferentes propostas de leitura sobre as diretrizes econômicas e políticas dos governos petistas e a avaliação do Movimento diante delas. O levantamento de dados e trechos de falas de lideranças durante o período, denotam uma “confusa paralisia” por parte do Movimento em avaliar criticamente o governo e uma perda substantiva no poder de ação para pressionar o Estado e mobilizar a população para a reestruturação fundiária.

O diagnóstico de Francisco de Oliveira (2010) em “hegemonia às avessas” foi, neste momento, uma das referências que contribuíram para a continuidade no curso de nossa análise, aplicando-o ao projeto popular e agroecológico do MST expõem-se o que Oliveira (2010) indicou ser prática nos governos petistas, enquanto os Movimentos sindicais e populares exercem o papel como “direção moral” nos projetos do Estado, a “dominação burguesa se faz mais descarada” (p.44). Neste quadro, a agroecologia, comporia a paisagem de “palmeiras no deserto”, onde as experiências nos assentamentos seriam “pequenas ilhas agroecológicas” em meio ao avanço do agronegócio e o deserto da “reversão neocolonial”¹⁰⁶ que designa o Brasil para seu ramo de “vantagem”, primário

¹⁰⁴ Significado para Lênin do programa Nova Política Econômica (NEP).

¹⁰⁵ LIMOEIRO, 1995, p. 5 *et seq.*

¹⁰⁶ SAMPAIO JR., 1999, p. 24 *et seq.*

exportador, sem mecanismos de proteção de sua própria riqueza e a consequente dependência financeira e tecnológica.

O MST, assim, estaria dando “um passo atrás” para que o agronegócio avance “dois passos à frente”, na medida em que, as estratégias agroecológicas restritas aos assentamentos já existentes não são suficientes para impedir a continuidade e avanço da concentração de terras como fonte de poder político e econômico das elites latifundiárias. Enxergamos, portanto, o efeito “neutralizador” da política de governo petista sobre a ação de massas de sua base aliada, a reposição da subalternidade no MST através do “esvaziamento” no conteúdo transformador do Movimento popular e de massas que representa, o que elaboramos durante o terceiro capítulo sob a orientação conceitual gramsciana, nos aspectos do transformismo.

Na contramão da convivência entre agroecologia e agronegócio, estariam os esforços como a da produção do arroz agroecológico no Rio grande do Sul¹⁰⁷, que corroboram com o trabalho de Pinheiro Machado (2014) em seu livro *A dialética da agroecologia*, ao apontarem para necessidade de implantar a agroecologia numa escala capaz de atender as necessidades humanas e substituir definitivamente o modelo do agronegócio, enquanto uma conquista da ciência e da política. Para isso, o autor ressalta que é preciso superar a circunscrição do paradigma aos ambientes das “feirinhas” ou como atividades da “economia solidária”, não porque essas formas de circulação não ofereçam ambientes agradáveis e humanizados, mas porque, por concepção “é um mercado restrito a alguns produtores e seus consumidores” (MACHADO, 2014, p. 68). Com isso, o autor quer chamar a atenção para que:

[...] usar as “feirinhas” como modelo para enfrentar o agronegócio é, pelo menos, caricatural, e quem apregoa isto só pode fazê-lo por ignorância ou má-fé. Quando uso a expressão “má-fé” é porque os arautos do agronegócio se incluem entre os “apologistas” das “feirinhas”, não como um mercado restrito e seletivo, mas como uma solução. Fazem-no com a intenção de desviar a atenção e a rebeldia, especialmente dos jovens, do objetivo de uma luta maior e consciente contra o agronegócio, pois, enquanto se dedicam para usar a “modelo feirinha” como arma contra o agronegócio que,

¹⁰⁷ Contexto trazido na página 66 deste trabalho.

desde logo é inócua, deixam de atacar o inimigo principal, o próprio agronegócio. (MACHADO, 2014, p.68-69).

As considerações do autor revelam também o elemento individualista das “feirinhas”, que representam as “formas sutis que o sistema capitalista usa para desviar a atenção de questões maiores e principais” (idem, p. 69). Desta forma, a prioridade da Reforma agrária enquanto reestruturação fundiária é incontornável, uma vez que é o pressuposto material para que a agroecologia somada à cooperação supere o modelo preconizado pela Revolução verde, e seja possível explorar seu potencial democrático e transformador, incidindo sobre as questões históricas deixadas pelo processo de modernização brasileira e as estruturas de poder tradicionais.

Consideramos que o Projeto de Reforma agrária popular e a matriz produtiva agroecológica, pode oferecer em seu conjunto, uma nova perspectiva de mundo para as classes subalternas do campo - como chamou Rubbo (2012) “os párias da terra” -, o potencial anunciado por esta “ressignificação” nos rumos da Reforma agrária faz sinal às “condições necessárias e suficientes [...] em vias de aparecer e se desenvolver”, que falava Gramsci sobre a relação de forças no processo histórico. Diante disto, é preciso entender os caminhos “que levam sempre aos mesmos lugares” e as possibilidades e condições de uma travessia para o “novo”, que possa projetar em seu sentido o sexto ponto trazido na premissa monográfica gramsciana “as formações que afirmam a autonomia integral, etc.” (GRAMSCI, 2002, CC25, §5 p.140).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIAGA, L. *A forma política do MST*. 2008. 208 p. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- _____. Gramsci e a questão meridional. In: NASCIMENTO, A.; LEITE, J. O. (Org.) **Gramsci em perspectiva**. 1ª ed. Maceió: Edufal, 2017. p.25-47.
- _____. Gramsci no Brasil: Da democracia como valor universal ao lulismo. Artigo não publicado, 2019.
- ALIAGA, L.; RUBBO, D. MST: A reforma agrária dentro da ordem. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 2016. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/mst-a-reforma-agraria-dentro-da-ordem/> acesso em: 16 de junho de 2018.
- ALMEIDA, G. R. PT 30 anos: democracia, socialismo, transformismo e o poder. *Marxismo 21:10 anos de governos do PT: Dossiê Marxismo 21*. Disponível em: <https://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/> acesso em: 14 de fevereiro de 2019.
- ANDRADES, T. O. de. GANIMI, R. N. Revolução Verde e a apropriação capitalista. *CES Revista*. v. 21, Juiz de Fora, p. 43-56, 2007.
- BIANCHI, A. Revolução/ Restauração. In: **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008, p. 253-296.
- BIANCHI, A.; BRAGA, R. Brazil: the Lula government and financial globalization. *Social Forces*, Chapel Hill, v. 83, n.º 4, p. 1745-1762, 2005.
- BOITO, JR. A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR. GALVÃO A. (orgs). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 67-104.
- BOITO, JR. GALVÃO, A. Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. *Revista Crítica Marxista*, n.38, Campinas, p.185-187, 2014.
- BORSATTO, R.S. A agroecologia e sua apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e assentados de Reforma agrária. 2011. 298 p. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2011.
- BORGES, J.L. A transição do MST a agroecologia. 2007. 185 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2007.
- BUCCI-GLUCKSMANN, C. Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva. In: FERRI, F. (org). **Política e História em Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 1978, p.117-148.
- CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. Campinas, Edição especial p.31-43, 2013b.
- _____. Uma ressignificação para a reforma agrária no Brasil. Texto I-teses. In: STÉDILE, J.P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013a, p. 127-141.
- CORTÉS, M. Gramsci contemporâneo: ecos de la voluntad nacional-popular en América Latina. Las Torres de Luca: *Revista internacional de filosofía política*, p. 73-96, 2017.

COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, C.N e NOGUEIRA, M.A (org). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 103-127.

_____. Marxismo e “Imagem do Brasil” em Florestan Fernandes. In: COUTINHO, C.N. **Cultura e Sociedade no Brasil. Ensaio sobre ideias e formas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.221-241.

_____. O Conceito de Vontade coletiva em Gramsci. Revista Katál. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 32-34, 2009.

COSME, C. M. Os Governos do PT e os descaminhos com a Questão Agrária no Brasil: Contribuições para um diálogo polêmico, necessário e imprescindível à classe trabalhadora. Revista Pegada, vol. 17 n.1, p. 312-343, 2016.

DAINOTTO, R. Filosofia da práxis. FROSINI, F. Reforma intelectual e moral. FROSINI, F. Nação. LIGUORI, G. Senso comum. (2017b). In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (Orgs.). Dicionário gramsciano (1926-1937), 1. Ed., São Paulo: Boitempo, 2017.

DEL ROIO, M. T. Capitalismo e revolução em Caio Prado Jr. Revista Lutas Sociais, vol.20, São Paulo, p.10-23, 2016a.

_____. Gramsci e a emancipação do subalterno. Revista de sociologia política, vol.29, Curitiba, p. 63-78, 2007.

_____. Sodré e a dialética da formação social brasileira. Revista Crítica Marxista, Campinas, n.42, p.85-102, 2016b.

DIAS, E. F. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, E. F. *et al.* **O outro Gramsci**. São Paulo, Xamã, 1996, p. 9-80.

FERNANDES, B. M. A territorialização do MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. n. 1 p. 2 – 44. 1998.

FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974.

_____. Capitalismo dependente e classes sociais na América latina. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2ª ed., 1975.

GALASTRI, L. O. Reforma intelectual e moral: o aporte soreliano. V Colóquio Internacional Marx Engels, Campinas: IFCH, v. 5, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Vol.1, ed. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Vol. 3, ed.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Vol. 4, ed.1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

_____. Vol. 5, ed.1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Vol.6, ed. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUHUR, D. TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R.S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (orgs.) **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012. p. 57-66.

LEITE, J. O. Hegemonia e revolução passiva: a dialética da passivização no pensamento gramsciano. In: NASCIMENTO, A.; LEITE, J. O. (Org.) **Gramsci em perspectiva**. 1ª ed. Maceió: Edufal, 2017. p. 71-103.

LIGUORI, G. O uso do termo “subalternos” em Gramsci e na atualidade. In: DEL ROIO, M. (Org.). **Gramsci: Periferia e Subalternidade**. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2017a. p. 23-41.

LIMOEIRO, M. C. Capitalismo dependente, Autocracia burguesa e Revolução social em Florestan Fernandes. Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: www.iea.usp.br/artigos, acesso em: 12 de julho de 2018.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L.C.P.; A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MATTOS, M. B. Dez anos de governo petista e a consolidação da dominação burguesa no Brasil. *Marxismo 21: 10 anos de governos do PT: Dossiê Marxismo 21*. Disponível em: <https://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/> acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

MITIDIERO, M. Os Governos do PT e a Reforma agrária. In: *Revista A Margem*. Ano 6. n.13, p. 5-7, 2017.

NETO, W. M. Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Org.). **Questão Agrária, cooperação e agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 231-263

NOVAES, H.T.; SANTOS, L.; PIRES, J. H.; FUZER, A.C.P. A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Org.). **Questão Agrária, cooperação e agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 209-231.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R. RIZEK, C. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-27.

_____. O Ornitorrinco. In: OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 121-150.

PAULANI, L. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira. In: PAULANI, L. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 105-139.

PICOLOTTO, E.L.; PICCIN, M.B. Movimentos camponeses e questões ambientais posituação da agricultura camponesa? *Revista Extensão Rural*, Santa Maria, ano XV, n. 16, p. 5-36, 2008.

PINASSI, M. O. O PT e os trabalhadores brasileiros: lutas, conciliação, desregulamentação. *Marxismo 21: 10 anos de governos do PT: Dossiê Marxismo 21*. Disponível em: <https://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/> acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

PORTANTIERO, J. C. O nacional-popular: Gramsci em chave latino-americana. In: BADALONI et al. [tradução C. N. Coutinho, M. A. Nogueira]. **Gramsci e a América Latina**. Paz e terra, 1988.

PRADO Jr., C. A questão agrária. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RODRIGUES, F. C. A questão agrária no Brasil - as contribuições de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Octavio Ianni. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Org.). **Questão Agrária, cooperação e agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 21-41.

RUBBO, D. I. A. Párias da Terra: o MST e a mundialização da luta camponesa. 2012. 323 p. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

SAMPAIO JR, P. A. A opção do PT. Marxismo 21: 10 anos de governos do PT: Dossiê Marxismo 21. Disponível em: <https://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/> acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

_____. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Revista Serviço social. São Paulo, n. 112, p. 672-688, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400004&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 02 de fevereiro de 2019.

_____. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p.189-237.

_____. Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial. In: SAMPAIO JR. P. A. **Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma**. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2013, p. 123-162.

_____. Transnacionalização do capitalismo e dilemas do desenvolvimento nacional. In: SAMPAIO JR. P. A. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso furtado**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 15-60.

SANTOS, S. F. A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Org.). **Questão Agrária, cooperação e agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 41-65.

SCOPINHO, R.A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. Revista Psicologia & Sociedade, vol. 19, Edição Especial 1, p. 84-94, 2007.

SEMERARO, G. Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci. Revista Educação & Sociedade, ano XX, nº 66, p.65-83, 1999.

SILVA, P.M; ANTUNES, I. F.; FEIJÓ, C. T.; BEVILAQUA, G. A. P;. Transgênicos e erosão Genética: O paradoxo da (In)Segurança alimentar. Revista Agroecologia, vol.12, p.81-87, 2017.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. Revista Novos Estudos, ed. 85, CEBRAP, p. 83-102, 2009.

_____. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

THOMAZ, F. O modelo socialista de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA): contradições e avanços - estudo de caso da COPAVA. 2010. 188 p. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TOCQUEVILLE, A. A democracia na América: leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZAMBERLAN, J; FRONCHETI, A. Preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2001.

Documentos do MST:

MORAIS, C. S. de. Elementos sobre a teoria da organização no campo. Caderno de Formação n. 11. São Paulo: MST, 1986.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Caderno de formação 38 - trabalho de base e formação popular. São Paulo: 1ed., 2009.

_____. Caderno de Textos 14ª jornada de agroecologia – diálogos e experiência. Irati, 2015a.

_____. Carta do 5º Congresso Nacional do MST - REFORMA AGRÁRIA: Por Justiça Social e Soberania Popular! Brasília, 2007.

_____. Carta da 14ª Jornada de agroecologia. Irati, 2015b. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/07/28/carta-da-14a-jornada-de-agroecologia.html> acesso em: 23 de setembro de 2018.

_____. Manifesto ao povo brasileiro. Brasília, 11 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documento/manifesto-ao-povo-brasileiro-sobre-o-4%C2%BA-congresso-nacional-do-mst> acesso em: 23 de agosto de 2018.

_____. Nossa história. MST, 2018b. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/05-14/> acesso em: 18 de junho de 2018.

_____. Nossa Produção. MST, 2018a. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-producao/> acesso em: 18 de junho de 2018.

_____. Projeto popular. MST, 2018c. Disponível em: <http://www.mst.org.br/projeto-popular/> acesso em 23 de agosto de 2018.

_____. Proposta de Reforma Agrária do MST – 1995. In: STÉDILE, J.P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 187-210.

_____. O Papel estratégico da agroecologia para o MST. Revista Sem-Terra. Ed. especial Agroecologia. São Paulo, p.10-15, 2009/2010.

_____. Vídeo oficial sobre o 6º Congresso Nacional do MST. 2014a. 29 min. son. color. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/12/11/video-oficial-sobre-o-6-congresso-nacional-do-mst.html> acesso em: 25 de janeiro de 2019.

Entrevistas:

ENTREVISTADO 1: Mulher, 50 anos, assentada, direção administrativa na cooperativa COANA (cooperativa de produção Avante), no município de Querência do Norte, Paraná.

ENTREVISTADO 2: Homem, 45 anos, assentado, direção pedagógica Escola de agroecologia Milton Santos, no município de Maringá, Paraná.

ENTREVISTADO 3: Homem, 50 anos, assentado, agricultor, município de Querência do Norte, Paraná.

ENTREVISTADO 4: Homem, 41 anos, assentado, direção estadual na Paraíba, agricultor, município de Solânea, Paraíba.

Documentos oficiais do Estado:

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Pronera. 2019. Disponível em: http://www.incra.gov.br/educacao_pronera Acesso em: 22 de fevereiro de 2018.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Ministério. 2016. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/ministerio> . Acesso em: 18 de junho de 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Agricultura familiar no Brasil e Censo Agropecuário 2006. 2006. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/09/AF-Censo-2006-MDA.pdf> . Acesso em: 18 de junho de 2018.

_____. Histórico. 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/historico> . Acesso em: 18 de junho de 2018

_____. PRONAF; PAA; PNAE; Cooperativismo. 2018. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/pronaf-paa-pnae-cooperativismo> acesso em: 16 de junho de 2018.

SENADO. 1964: pouco antes do golpe, reforma agrária esteve no centro dos debates. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado> acesso em: 18 de dezembro de 2018.

Documentos de organizações políticas da Sociedade Civil:

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos no Campo - Brasil. Goiânia, 2015. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2019.

COORDINADORA LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DEL CAMPO (CLOC). Brasil: Um Ano da Partida Física de Clodomir Santos de Moraes. 2017. Disponível em: <http://www.cloc-viacampesina.net/portugues/brasil-um-ano-da-partida-fisica-de-clodomir-santos-de-moraes> acesso em: 16 de junho 2018.

LA VÍA CAMPESINA. Las luchas del campesinato em el mundo. 2009. Euskal Herriko Nekazarien Elkartasuna (EHNE). Disponível em: <https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2009/10/La-via-campesina-Ehne-ES-min.pdf> acesso em: 19 de julho de 2018.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). Patrus Ananias. 2019. Disponível em: <https://pt.org.br/patrus-ananias> acesso em: 12 fevereiro 2019.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL (ISA). O que o governo Dilma fez (e não fez) pela reforma agrária?. 2016. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pela-reforma-agraria> acesso em: 12 de junho de 2018.

Artigos de jornais, revistas e sites:

BRAGA, M. Gastos do desenvolvimento agrário dobram e freiam invasões do MST. **Agência Contas abertas**. 14 set. 2006. Disponível em: <http://agenciacontasabertas.com.br/noticia/gastos-do-desenvolvimento-agrario-dobram-e-fream-invasoes-do-mst> acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

CARTA CAPITAL. O Brasil pode ser o primeiro país a liberar semente terminator. nov. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/brasil-pode-ser-o-primeiro-pais-a-liberar-semente-terminator-9110.html> acesso em: 18 junho 2018.

ESTADÃO. Veja o histórico de ações do MST durante o governo Lula. 27 out. 2009. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,veja-o-historico-de-acoes-do-mst-durante-o-governo-lula,457224> acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

FOLHA DE S.PAULO. Gov Collor, FHC, no Lula o Estado não foi inimigo - União repassou R\$ 60 mi a entidades pró-Lula. Brasília/São Paulo, 03 abril 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u78047s.html> acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

_____. Governo Dilma congela reforma agrária. Brasília, 27 mar. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1754395-governo-dilma-congela-reforma-agraria.shtml> acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

_____. Na “carona” do movimento, partido organiza agenda intensa, como a participação em manifestação ontem - PT “corre atrás” da visibilidade do MST. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc170314.htm> acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

_____. Rossetto cita falta de "sintonia" e nomeia amigo para o cargo - Desgastado depois de invasões, presidente do Incra é demitido. Brasília, 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0309200302.htm> acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

IHU *on-line*. Censo Agropecuário: 'Os dados que apareceram já são muito ruins e mostram o agravamento dos problemas do campo brasileiro'. 08 ago. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/581608-censo-agropecuario-os-dados-que-apareceram-ja-sao-muito-ruins-e-mostram-o-agravamento-dos-problemas-do-campo-brasileiro> acesso em: 12 dezembro 2018.

INSTITUTO LULA. Governos Lula e Dilma multiplicam por cinco a oferta de crédito e o agronegócio bate recordes sucessivos. 2019. Disponível em: <http://www.brasildamudanca.com.br/agronegocio/agronegocio>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

LOWY, M. Michael Löwy: O golpe de Estado de 2016 no Brasil. **Blog da Boitempo**. 17 set. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/> acesso em: 02 de novembro de 2018.

MOVIMENTO DE TRABALHADORES SEM TERRA- MST. 2015 entra pra história como o ano que não existiu para a Reforma Agrária", afirma dirigente. 13 jan. 2016. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/01/13/2015-entra-pra-historia-como-o-ano-que-nao-existiu-para-a-reforma-agraria-afirma-dirigente.html> acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

_____. A Batalha entre dois modelos agrícolas: agronegócio vs agroecologia. MST, 25 jun. 2015c. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/06/25/a-batalha-de-dois-modelos-agricolas.html> acesso em: 22 de janeiro 2019.

_____. Em entrevista para o Jornal A Tarde, coordenador do MST na Bahia sinaliza luta contra o impeachment da presidente Dilma. 08 dez 2015e. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/12/08/mst-vai-as-ruas-defender-a-democracia-afirma-dirigente.html> acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

_____. Os movimentos querem “a Dilma que elegeram”, cobrando que a presidenta assuma compromissos de campanha com os trabalhadores e a manutenção de conquistas sociais. 21 dez. 2015d. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/12/21/movimentos-sociais-defendem-democracia-e-fim-do-ajuste-fiscal.html> acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

_____. Para Dilma, o Brasil tem de saber que a agroecologia é possível. 20 mar. 2015d. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/03/20/o-brasil-tem-de-saber-que-a-agroecologia-e-possivel-afirma-dilma-rousseff.html> acesso em: 12 de janeiro 2019.

_____. Está em curso uma concentração da propriedade da terra, diz Stedile. 16 mai. 2014b. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/05/16/no-brasil-esta-em-curso-uma-concentracao-da-propriedade-da-terra-diz-stedile.html> acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

_____. Sem Terra apontam a agroecologia como modo de vida capaz de garantir a Soberania Alimentar. 27 nov. 2017. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/11/27/sem-terra-apontam-a-agroecologia-como-modo-de-vida-capaz-de-garantir-a-soberania-alimentar.htm> acesso em: 18 de junho de 2018.

O GLOBO. MST diz que governo Dilma foi o pior para a reforma agrária. 04 fev. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/mst-diz-que-governo-dilma-foi-pior-para-reforma-agraria-11498212> acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

_____. ‘Volta, Lula’ é entoado por empresários do agronegócio. 04 abril 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/volta-lula-entoado-por-empresarios-do-agronegocio-12376141> acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

VALOR ECONÔMICO. Para MST, Patrus Ananias simboliza "novo momento para reforma agrária". Brasília, 06 jan. 2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/01/06/para-mst-patrus-ananias-simboliza-novo-momento-para-reforma-agraria.ghtml> acesso em: 19 de fevereiro de 2019.

Entrevistas veiculadas em sites, jornais on-line e revista:

BOGO, A. Luta pela terra e educação do campo. [dezembro, 2016]. Salvador: Revista Marxismo e Educação em Debate, v. 8, n. 2, p. 184-192. Entrevista concedida a Adriana D’Agostini.

CHICÃO. Não há possibilidade de produzir agroecologia plena onde se predomina o grande capital. [22 de maio, 2014]. Juazeiro: Site oficial do MST. Entrevista concedida a Alan Tygel.

ROSSET. P. Via Campesina critica apropriação da agroecologia pelo capital. [26 de junho, 2015]. Brasília: Site oficial do MST. Entrevista concedida a Iris Pacheco.